

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA MARIA STABELINI

**O MUNDO PÚBLICO E A AUTOGESTÃO EM ROSA LUXEMBURGO: UMA
ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO EM 2015**

**SÃO CARLOS - SP
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA MARIA STABELINI

**O MUNDO PÚBLICO E A AUTOGESTÃO EM ROSA LUXEMBURGO: UMA
ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO EM 2015**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de São Carlos
para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação, Cultura e
Subjetividade.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Riscal.

**SÃO CARLOS - SP
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Ana Maria Stabelini, realizada em 25/03/2019:

Prof. Dra. Sandra Aparecida Riscal
UFSCar

p/skyne

Prof. Dra. Débora Corrêa Gomes
UFRGS

maria Ribeiro do Valle

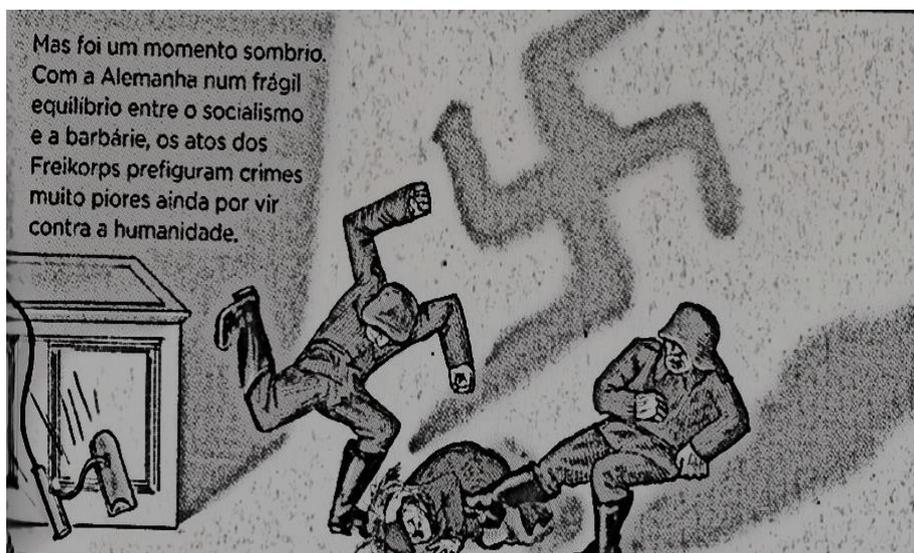
Prof. Dra. Maria Ribeiro do Valle
UNESP

Prof. Dra. Renata Maria Moschen Nascente
UFSCar

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Débora Corrêa Gomes e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Sandra Aparecida Riscal



EVANS, K. **Rosa vermelha:** uma biografia em quadrinhos de Rosa Luxemburgo. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda., 2017. Organização e posfácio de Paul Buhle.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de dedicação intensa durante um longo período de minha vida e reflete parte das minhas experiências e aprendizados. Agradeço por ter contado com o apoio necessário para a finalização desta etapa de minha formação profissional, que foi “tecida a muitas mãos”.

A realização deste trabalho só foi possível, graças à orientação precisa, recebida de minha orientadora Sandra Aparecida Riscal que, com grande dedicação, me auxiliou em todos os desafios que enfrentei durante este percurso. Agradeço imensamente a oportunidade oferecida pelo professor Michael Löwy para a realização de parte de meus estudos em um consolidado centro de estudos em Paris, durante o estágio de doutorado sanduíche. Esses dois grandes profissionais contribuíram de forma decisiva para a realização da pesquisa, além de me oferecerem a oportunidade de estudar e debater com eles sobre o pensamento de Rosa Luxemburgo, que se tornou uma fonte de grande inspiração. Agradeço o trabalho e a atenção dos professores Luiz Roberto Gomes, Renata Nascente, Débora Corrêa Gomes e Maria Ribeiro do Valle, que participaram de meu exame de defesa e contribuíram significativamente para a finalização deste trabalho.

Agradeço a todos os meus familiares pelo amor que me dedicam ou me dedicaram diariamente. Em especial, minha mãe Eide Aparecida Varussa Stabelini, meus tios Denise Maria Leonardo e Marcelo Leonardo e aos meus avós Alice Conti e Antônio Varussa. Dedico estes agradecimentos também à memória de meu pai Djalma Antônio Stabelini, e de meus avós paternos Loreni Borin Stabelini e Antônio Stabelini.

Agradeço profundamente a todos os meus amigos, que são fundamentais em minha vida, pela presença amorosa e pelo incentivo que recebi durante todos esses anos. Em especial, os laços consolidados durante atuação política junto à Associação dos Pós-Graduandos (APG-UFSCar): Isabela Alline Oliveira, Grazielle Lima, Thiago Rodrigues e Gabriel Augusto, que me propiciaram muito aprendizado, diversão e apoio durante todo o doutorado. Agradeço também ao André Luiz pelo incentivo e companheirismo e às minhas grandes amigas Juliana Jodas, Julia Bayer, Luna Castro Pavão, Érica Julian, Camila Ugino, Márcia Freitas, Mariana Martinez, Vera Mendes Lima e Karen Caires.

RESUMO

Este trabalho é fruto de um estudo conceitual da obra de Rosa Luxemburgo, que teve como intuito contribuir com o desenvolvimento de estudos ligados à concepção de autogestão e sua articulação com as concepções de conselhos, espaço público, autoeducação política e discutir o caráter autogestionário do movimento das ocupações das escolas do Estado de São Paulo em 2015, além de abordar a possibilidade de sua aplicação na concepção de conselhos escolares. Para o desenvolvimento desta tese, alguns aspectos apresentam-se como fundamentais: a noção de educação com base na ação política e a possibilidade de autonomia e autogoverno escolar. Para tanto, consideraremos a escola não apenas como uma organização instituída pelo Estado, mas como uma organização social, com características intrínsecas aos grupos sociais que a compõem. A compreensão do problema proposto se fundamentará nas concepções de liberdade política, socialismo democrático, autonomia e autogoverno, crítica à burocracia e a formação de órgãos participativos na obra de Rosa Luxemburgo. Partimos da hipótese de que os conselhos autogestionários, tal como concebidos por Rosa Luxemburgo, constituídos como espaços de realização de autonomia e liberdade, visariam à formação de uma consciência pública, fundada na ação política. Nesse sentido, foi realizado um estudo conceitual na área de filosofia da educação, com vistas à análise de concepções presentes na obra de Rosa Luxemburgo que podem explicitar seu conceito de autogestão. Um dos elementos que embasaram este estudo foram as experiências autogestionárias das ocupações estudantis em 2015, com destaque à luta das mulheres e protagonismo feminino nas ocupações. Desse modo, consideramos esse estudo relevante à área da educação por abordar algumas de suas discussões fulcrais: o processo de democratização das escolas públicas, a gestão democrática da educação e a formação de conselhos escolares participativos.

Palavras-chave: Filosofia da *práxis*; Autogestão; Rosa Luxemburgo.

ABSTRACT

This work is the product of a conceptual study on the work of Rosa Luxemburg, and aims to contribute to the development of studies related to the conception of self-management and its articulation with conceptions of councils, public space, political self - education, as well as to discuss the self-managing character of the occupations movement of the schools of the State of São Paulo in 2015 and to discuss the possibility of its application to the design of school boards. In order to develop this thesis, some aspects are presented as fundamental: the concept of education based on political action and the possibility of autonomy and school self-government. Thus, we will consider the school not only as an organization established by the State, but also as a social organization, with characteristics that are intrinsic to the social groups belonging to it. The comprehension of the proposed problem will be fundamented on the conceptions of political freedom, democratic socialism, autonomy and self-government, criticism of the bureaucracy and the creation of participative organs in Rosa Luxemburg's work. We start from the hypothesis that the self-managed councils, as conceived by Rosa Luxemburg to be spaces for the achievement of autonomy and freedom, would aim at the development of public consciousness, based on political action. In this sense, a conceptual study was carried out in the area of philosophy of education, with a view to the analysis of conceptions present in the work of Rosa Luxemburg which can explicitly give its concept of self-management. One of the elements that underpinned this study was the self-managerial experiences of the student occupations in 2015, highlighting the women's struggle and the female protagonism in the occupations. Thus, we consider this study relevant to the area of education for approaching some of its central discussions: the process of democratization of public schools, the democratic management of education and the creation of participative school councils.

Keywords: Philosophy of *praxis*; Self-management; Rosa Luxemburg.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
APM	Associação de Pais e Mestres
EE	Escola Estadual
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIMA	Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional
COS	Conselhos de Operários e Soldados
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
KPD	Partido Comunista Alemão
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Queer +
MC	Mestre de Cerimônias
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organizações Sociais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
PPS	Partido Socialista <i>Polonês (Polska Partia Socjalistyczna)</i>
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SDKPiL	Partido Social Democrata da Polônia e Lituânia (<i>Socjaldemokracja Królestwa Polskiego i Litwy</i>)
SPD	Partido Social Democrata Alemão (<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i>)
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo

UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo
UPES	União Paulista dos Estudantes Secundaristas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AUTOGESTÃO EM ROSA LUXEMBURGO	20
2.1 Nações, Estados Nacionais e a Gestão Pública do Estado	23
2.2 O Problema das Nacionalidades	26
2.3 Burocracia, Capitalismo e Estado Moderno	35
3 DEMOCRACIA, CONSELHOS E EDUCAÇÃO	39
3.1 Democracia: o Movimento Indispensável	39
3.2 Os Conselhos, Ação Política e o Espaço Público	55
3.3 Os conselhos em Rosa Luxemburgo e em Hannah Arendt	58
3.4 Rosa Luxemburgo e Movimentos Anarquistas Contemporâneos	63
3.5 Educação, Gestão e Rosa Luxemburgo <i>“Eles são educados quando passam à ação”</i>	70
3.6 Conselhos e Gestão Democrática da Educação	75
4 ROSA LUXEMBURGO E A LUTA DAS MULHERES	77
4.1 Um chamado à ação	79
4.2 Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt: ação e revolução	83
4.3 Rosa Luxemburgo e o protagonismo das mulheres	89
5 “OCUPAR E RESISTIR”: O MOVIMENTO DOS SECUNDARISTAS EM SÃO PAULO	93
5.1 <i>“O cara fecha escola e abre cela, não tô nem entendendo, tio!”</i> : A proposta de reorganização escolar do governo Geraldo Alckmin (2014-2018)	95
5.2 <i>“O Estado veio quente, nós já tá fervendo”</i> : Os Protestos e Ocupações Promovidas pelos Secundaristas	97
5.3 O Mal-Educado	99
5.4 <i>“Hoje vocês não entram. Chegaram atrasados. O sinal já bateu!”</i> : as ocupações tomam força	100
5.5 Rosa Luxemburgo e a luta dos secundaristas	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
7 REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

“Suas ideias pertencem a todos os lugares em que se ensine seriamente a história das ideias políticas.” (NETTL, 1974).

Nesta introdução traço o percurso acadêmico que me conduziu aos escritos de Rosa Luxemburgo, personalidade histórica e marcante. Recordo-me da primeira menção feita a essa grande filósofa: uma aula em que discutíamos sobre lei marcial e foi mencionado seu assassinato. Depois disso, ao iniciar esta pesquisa resgatei e estudei com mais afinco o material acadêmico produzido sobre ela até o momento no Brasil.

Menciono, neste momento, alguns estudos: Débora Corrêa Gomes (2016) que retoma a importância de Rosa Luxemburgo como filósofa, suscitando a exploração de sua obra ao destacar que, apesar de ser tarefa dos pesquisadores novas proposições, é igualmente fulcral reaver uma pensadora que ainda é pouco estudada no Brasil. Kate Evans (2017) que apresenta Rosa Luxemburgo ao público por meio da linguagem da história em quadrinhos e aborda de forma original alguns aspectos de sua obra e de sua personalidade.

O início de minha pesquisa, felizmente, coincidiu com um momento em que os holofotes se voltaram para seus estudos em várias frentes, o que possibilitou a ampliação dos debates sobre seu pensamento – fundamental para os rumos apresentados neste estudo. Acredita-se que tal fato se deve, em parte, à centralidade que o movimento feminista assumiu nos últimos anos, ao centenário tanto da Revolução Russa, em 2017, como do assassinato de Rosa Luxemburgo em janeiro de 2019. Essas linguagens e abordagens plurais auxiliam na promoção de outros debates e na divulgação de sua obra, bem como o recente lançamento de sua biografia escrita por Paul Frölich – obra inédita em português¹.

Outra questão importante foi o crescimento de manifestações populares caracterizadas por ataques aos sistemas políticos como os movimentos ocorridos em junho de 2013 no Brasil e o movimento dos secundaristas em 2015. O último foi objeto também deste estudo.

Procurarei abordar, no decorrer deste trabalho, os temas que assumem grande relevância em sua obra e que são pertinentes à pesquisa e à discussão a que nos propusemos. Destaco aqui que o primeiro momento de divulgação de seu pensamento, no Brasil, foi pelo estudo de Mário Pedrosa que resultou no livro *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*, em seguida interessaram-se por seu pensamento Michael Löwy e Maurício Tragtenberg, com várias publicações, as quais trataremos com mais profundidade a seguir, bem como a única tese

¹ A editora Boitempo lançou biografia de Rosa Luxemburgo escrita por Paul Frölich em janeiro de 2019, ocasião em que se completaram 100 anos de seu assassinato.

publicada sobre sua obra no Brasil de autoria de Isabel Loureiro, que é a pesquisadora de referência de sua obra no Brasil.

Por meio deste estudo foi feita uma discussão sobre sua obra em um campo no qual tradicionalmente ela não é discutida: a Educação, o que pode gerar certo estranhamento. Contudo, consideramos a educação um campo chave para discussões sobre autonomia dos trabalhadores, tanto se pensarmos em termos de divulgação da obra de Rosa Luxemburgo, como no significado dela para uma perspectiva que busque evidenciar o caráter político das ações e o significado do espaço público e, ainda, o que podemos absorver da ligação entre sua obra e a filosofia da *práxis* para o funcionamento dos órgãos que visam uma democratização dessas instituições.

Destaco ainda que Rosa Luxemburgo viveu em um período de suma importância para o movimento socialista e teve o importante papel de discutir em profundidade os objetivos dos programas dos partidos sociais democratas alemães e russos, além de abordar a questão polonesa² e a política interna e externa de diversos países ao problematizar o imperialismo. Luxemburgo posiciona-se, dessa forma, com uma visão crítica de grandes nomes da esquerda no contexto que conta, entre outros elementos, com a segunda internacional, travando batalha discursiva com Vladimir Ilyich Ulyanov (Lenin), Eduard Bernstein, Karl Kautsky, além de diversas críticas aos anarquistas e pontualmente a Mikhail Bakunin. Figura, portanto, em uma posição central em sua época, papel bem pouco reconhecido pela esquerda de forma geral até os dias de hoje. Entretanto, é sempre interessante lembrar que ela encontrou um eco de suas ideias durante a Revolução Espanhola (1936-1937).

Por que é tão importante revisitar a obra de Rosa Luxemburgo? Principalmente em épocas hodiernas, na qual falsos e novos profetas pretendem conduzir as massas populares, é necessário que se repensem as formas como são travadas nossas lutas que, sem se aterem aos modelos preestabelecidos, podem ser criadas por meio de novas experiências políticas.

Este trabalho tem como proposição abordar alguns aspectos das concepções apresentadas nos textos de Rosa Luxemburgo com a finalidade de desenvolver um estudo sobre o conceito de autogestão, presentes nas elaborações teóricas dessa autora e estabelecer sua articulação com a concepção de gestão democrática da escola pública e o movimento de ocupações das escolas públicas por secundaristas de São Paulo em 2015.

² Isabel Loureiro (2019) em Posfácio a biografia de Paul Frölich afirma que esta obra tem grande relevância por abordar em um de seus capítulos a questão da Polônia quanto ao objetivo do SDKPiL de manter a unidade dos trabalhadores de todas as nações que compunham o império Russo em relação à luta contra o tsarismo e a favor da criação de uma República, o que possibilitaria a liberdade a todas as nações oprimidas pela Rússia (LOUREIRO, 2019).

Tais ocupações permitiram uma experiência política de pertencimento a um mundo público, que conduziria à reflexão não apenas sobre a escola, mas sobre o próprio papel político da comunidade, para além dos muros escolares. Além disso, os acontecimentos deram ainda mais visibilidade para a necessidade de mudanças na gestão das escolas e de efetivação de uma proposta que seja realmente democrática.

Trata-se, assim, neste estudo, de resgatar o conteúdo emancipador dos movimentos sociais que, nos anos de 1980, introduziram a ideia de gestão democrática, em particular aqueles de caráter autonomista, com o significado de governo coletivo. As deliberações desses movimentos eram assinadas por coletivo das mulheres, dos negros, dos índios, entre outros, o que permite compreender-se que o conceito de gestão assumia aí o significado de uma organização que coletivamente se constituía e governava a si mesma, sem dirigentes ou hierarquias de poder. A ideia dominante naqueles movimentos era a de autogestão, com uma perspectiva crítica da burocracia, tal como idealizada por Proudhon, cujo sentido era a criação de uma sociedade autogestionária, organicamente autônoma, que se autoadministraria, e cuja vida exigiria a coordenação e não a hierarquização (MOTTA, 1981).

Consideramos também que a obra de Rosa Luxemburgo oferece perspectivas interessantes e atuais aos estudos sobre as formas de gestão pública. Sua perspectiva de autonomia, bem como a ênfase na democracia, é relevante, particularmente, por assumir características inovadoras para sua época e, na atualidade, para os debates contemporâneos.

Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma importante teórica polonesa do campo da ciência política. Uma curiosidade abordada por Diana Assunção (2019) no Prólogo à edição brasileira de uma de suas mais famosas biografias, escrita por Paul Frölich, é que Rosa Luxemburgo era uma secundarista quando iniciou sua atuação junto ao movimento revolucionário clandestino da Polônia. Foi em decorrência de sua participação no movimento operário polonês que ela se refugiou na Suíça e lá iniciou seus estudos na Universidade de Zurique, onde anos depois, em 1897, defendeu sua tese de doutorado sobre o desenvolvimento econômico da Polônia.

No final da década de 1890, mudou-se para a Alemanha e se tornou militante do Partido Social Democrata Alemão (SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), com o qual rompeu, tempos depois, pela discordância em relação às posições majoritárias do partido. Foi uma mulher ativa politicamente, envolvendo-se em debates sobre o socialismo democrático durante momentos importantes dos movimentos de esquerda de sua época, fato que lhe proporcionou uma rica reflexão sobre esses acontecimentos históricos.

Por sua militância ativa foi presa três vezes e sua quarta detenção, em 1919, culminou em seu assassinato³. Ela viveu em um período histórico peculiar em que ocorreram dois momentos revolucionários que ficaram conhecidos como a Revolução Russa de (1905 e 1917) e a Revolução Alemã (1918)⁴, eventos que possibilitaram a Luxemburgo envolver-se com o movimento revolucionário e exercer uma crítica coerente às posições adotadas pelos partidos socialistas (Bolcheviques–1917 e SPD–1918) durante esses acontecimentos.

Hannah Arendt (1987), em seu artigo sobre Rosa Luxemburgo, estabelece um diálogo com a bibliografia da autora escrita por John Peter Nettl (1974) e faz seus apontamentos acerca das polêmicas, “erros” e acertos que envolvem essa importante figura. De forma clara, firme e coerente, Arendt faz uma interpretação da biografia como uma das mais completas a respeito deste tempo histórico (início do séc. XX) “atravessado e refratado pelo prisma de um grande caráter” (ARENDDT, 1987.p.37) e aponta elementos da vida e obra dessa autora que deixam nítidas algumas questões que são, muitas vezes, mal compreendidas, destacando o fato de Rosa Luxemburgo ter sido considerada uma figura marginal no movimento de esquerda alemão.

Para Arendt (1987) a genialidade da biografia de J.P. Nettl (1974) reside na escolha de uma candidata pouco provável para esse gênero literário, dedicado por vezes a grandes estadistas e outras figuras públicas. Isto porque, mesmo no movimento socialista europeu do qual participou, Luxemburgo era considerada uma figura marginal que dificilmente poderia ter sua influência comparada a de seus contemporâneos como, por exemplo, a Plekhanov, Trotski e Lenin, a Babel e Klautsky, a Jaurès e Millerand (ARENDDT, 1987). É pelo destaque dado à

³Hannah Arendt (1987) destaca que o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram legais – de acordo com a lei marcial (ou seja, lei bélica), que suspendeu direitos básicos dos cidadãos, o Estado passa a operar em regime de exceção a partir um conjunto de leis militares. Arendt (2007) destaca também ainda que os assassinatos de Rosa Luxemburgo eram membros do ultranacionalista e oficialmente ilegal Freikorps “uma organização paramilitar de onde as tropas de assalto de Hitler logo recrutariam seus matadores mais promissores” (ARENDDT, 1987). Isabel Loureiro (2004) chama atenção para o depoimento do capitão Wademar Pabst: “*Naquela época participei de um comício no qual Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo falaram. Fiquei com a impressão de que eram líderes intelectuais da revolução e decidi mandar mata-los. Por ordem minha os dois foram capturados. Era preciso tomar uma decisão de rejeitar o ponto de vista do direito [...] A decisão de eliminar os dois não foi fácil para mim [...] ademais, também defendo a ideia de que essa decisão, inclusive do ponto de vista moral e teológico, é totalmente justificável.*” (LOUREIRO, 2004).

⁴ Oliveira (1952) afirma que os eventos que ficaram conhecidos como a Revolução alemã, ocorreram após o final da primeira guerra mundial, no período de 1918 a 1919. Após a derrota na primeira guerra, a Alemanha passa por um período de crise econômica e social e uma situação política desorganizada, resultado da falência do Estado e das elevadas reparações de guerra impostas à Alemanha após o tratado de Versalhes, pelos países vencedores. Estes aspectos favoreceram uma conjuntura revolucionária. Influenciada pela vitória bolchevique na Rússia em 1917 e fomentada pelo internacionalismo comunista, os partidos de esquerda conseguiram expandir o seu movimento chegando a fundar uma república socialista, abolindo a propriedade privada latifundiária e das fábricas. O movimento teve maior intensidade na região da Baviera. A revolução fracassou principalmente pela oposição do SPD (partido Social Democrata Alemão), da burguesia e conservadores.

Rosa Luxemburgo como uma das grandes teóricas do século XX, juntamente com a importância do conceito de espaço público, são os motivos para este trabalho apresentar também algumas concepções de Hannah Arendt.

Nos momentos revolucionários que Rosa Luxemburgo vivenciou, seu apoio foi dado aos conselhos de operários⁵, considerando-os como órgãos legítimos para o exercício do poder. Sua discordância em relação às posições majoritárias do SPD e seu profundo desgosto após a aprovação dos créditos da Primeira Guerra Mundial pelo partido levaram-na, naquele momento, a romper com o SPD e criar juntamente com Karl Liebknecht e outros socialistas o Grupo Internacional – que em novembro de 1918 assumiu a denominação de Liga *Spartakus*.

Loureiro (2004), em “*Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária*”, realizou um estudo filosófico, buscando estabelecer uma conexão entre teoria e prática nos temas fundamentais para compreensão da obra de Rosa Luxemburgo. Afirma também que a teoria política de Rosa Luxemburgo é uma teoria de ação revolucionária, ou seja, uma teoria voltada para a prática. Em suas palavras: “para ela a teoria está a serviço da prática” (LOUREIRO, 2004, p. 45). E esse entrelaçamento entre teoria e prática se dá de tal forma na vida e na obra de Rosa Luxemburgo, que é impossível compreender uma sem a outra.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto à linha de pesquisa de Educação, Cultura e Subjetividade do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, que investiga as formas de constituição das subjetividades nas práticas socioculturais e suas manifestações nos processos educacionais, nos debates promovidos pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional, Soberania e Relações de Poder, e recebeu financiamento da CAPES no período correspondente a dois anos e seis meses. Durante seu desenvolvimento, buscamos realizar uma pesquisa conceitual da obra de Rosa Luxemburgo, pertinente ao campo da filosofia da educação e política educacional, tendo como finalidade abordar aspectos relevantes que não têm a necessária atenção no campo educacional. Em particular, enfoca seu conceito de autogestão, visando explorar sua produção e propor discussões que possam contribuir para a área da educação e de gestão educacional.

Uma parte desta pesquisa foi realizada junto ao *Centre d’Etudes en Sciences Sociales du religieux (Césor)* da *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS)* em Paris–França, de abril a agosto de 2017, sob co-orientação Professor Dr. Michael Löwy. Autor de vasta literatura nas áreas de sociologia e filosofia, é considerado um dos maiores pesquisadores

⁵ *Soviets* na Rússia em 1905 e os conselhos de operários e soldados (COS) na Alemanha no período da revolução que resultou na queda da Monarquia (1918-1919).

da obra de Karl Marx, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, György Lukács, Lucien Goldmann e Walter Benjamin. Entendemos que o intercâmbio entre pesquisadores para a realização de pesquisas acadêmicas é de extrema importância para a qualidade do estudo, pois com base nessas iniciativas foi possível o aprofundamento da pesquisa e o acesso a cursos, fontes bibliográficas e referências que ampliaram as possibilidades disponíveis no Brasil. Esta etapa da pesquisa recebeu o financiamento do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES).

O tema de pesquisa aqui proposto pode ser considerado original e relevante para os estudos da área de educação, na medida em que permitirá elevar a compreensão dos conceitos de autogestão, democratização, autonomia e gestão participativa a elementos constituintes de um processo educativo, capaz de formar sujeitos políticos participantes da vida política nacional e da constituição de uma esfera verdadeiramente pública. O estudo das concepções de Rosa Luxemburgo, que pouco têm frequentado os estudos acadêmicos sobre esses temas, poderia contribuir significativamente para uma educação mais democrática e participativa.

Discutir como a obra de Rosa Luxemburgo pode influenciar o debate sobre a gestão das escolas públicas significa refletir sobre aquele que é, atualmente no Brasil, um dos maiores desafios da educação. Este é o desafio que nos propomos, por considerarmos o tema da educação não apenas pelo viés institucional, mas também em termos de educação política.

Houve, no decorrer deste estudo, uma mudança de perspectiva. No início da pesquisa, propusemo-nos a verificar a potencialidade dos conselhos escolares como local de expressão da democracia direta em ambiente escolar. Após uma série de debates em torno do projeto e do exame qualificação, consideramos que, mais interessante do que explorar os conselhos, mesmo como análise conceitual sobre suas potencialidades, seria abordar a luta auto organizada dos estudantes secundaristas em São Paulo em 2015, por esta traduzir de forma mais adequada nossa argumentação em torno dos escritos de Rosa Luxemburgo. Dessa forma, também podemos discutir aspectos importantes relativos à problemática da gestão das escolas públicas.

A educação é uma área para onde convergem e se articulam diferentes saberes e conhecimentos, produzindo seus próprios significados por meio de um processo de repensar as problemáticas atuais, que não pode excluir, em suas indagações, experiências que tenham se mostrado inovadoras. Estudos de natureza conceitual, especialmente aqueles de cunho filosófico, proporcionam à área em que são desenvolvidos uma renovação e arejamento de ideias, principalmente quando se propõem a pesquisar pensadores pouco abordados que, por meio de olhares diferentes, instigam a imaginação para novas experiências. Nesse sentido, o

estudo de Luxemburgo propiciaria uma nova fundamentação para pesquisas e experiências democráticas na gestão escolar.

Em pesquisa realizada no portal de banco de teses da CAPES não foi encontrada nenhuma tese que aborde a temática. Foram encontrados alguns trabalhos com temas próximos. Entretanto, tais estudos têm enfoque diferente daquele indicado neste trabalho, como é o caso da tese de Isabel Loureiro defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), que foi publicada como livro: *Rosa Luxemburgo e os dilemas da ação revolucionária*. Duas dissertações de mestrado apresentam temas com alguma proximidade, são elas: 1) *O socialismo democrático segundo Rosa Luxemburgo* de Tatiane de Macedo Soares Rotolo defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2007; 2) *Organização e espontaneidade: A relação dialética e o papel de agente transformador na teoria de Rosa Luxemburgo* de Sheila Aparecida Rodrigues Soares defendida na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília) em 2009. Foi consultado também o portal da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) desde sua 32ª reunião anual no Grupo de Trabalho (GT) 17 – Filosofia da educação. Verificamos que nenhum trabalho aborda o problema proposto por esta pesquisa.

A problematização que orienta este estudo é a possibilidade de se pensar a gestão democrática na constituição de um espaço público participativo e democrático no campo educacional, com base nos trabalhos de Rosa Luxemburgo. As leituras dos textos da autora permitiram concluir que sua concepção de autogestão pode contribuir de forma significativa para a perspectiva de constituição de processos de democratização, formação de conselhos escolares participativos e autoeducação política. A pertinência deste tipo de estudo para a área de educação está, assim, diretamente ligada à possibilidade de se pensar não apenas a gestão escolar, mas de se estabelecer um processo de educação política que possa se propagar por todas as esferas da vida pública.

A hipótese, da qual parte esta pesquisa, foi formulada nos seguintes termos: os conselhos autogestionários, tal como concebidos por Rosa Luxemburgo, constituiriam espaços de realização de autonomia e liberdade, visariam à formação de uma consciência pública, de uma *práxis* política, possibilitando uma perspectiva educativa fundada na interação política.

O objetivo proposto para este estudo é compreender-se, em que medida, com base nas concepções de Rosa de Luxemburgo, os conselhos escolares poderiam constituir um espaço propício para a experimentação de uma nova concepção de esfera pública, por meio de uma perspectiva autogestionária, de autoeducação política, que se traduziria na aprendizagem de

uma prática política autonomamente vivenciada. Pretende-se realizar um estudo em profundidade do conceito de autogestão em Rosa Luxemburgo, em suas diferentes acepções, acompanhando os caminhos trilhados por seu pensamento, interpelando e averiguando as possibilidades de diálogo de suas obras com o campo educativo. As ocupações das escolas públicas em 2015 constituíram uma importante oportunidade para averiguar as possibilidades de experiências autogestionárias nas escolas.

Pretende-se, especificamente, averiguar a concepção de ação educativa como um dos fundamentos dos conselhos autogestionários, de forma a considerar: *a)* as possíveis relações entre os elementos conceituais fundantes de sua obra: autonomia, autogoverno, liberdade e ação política e suas articulações e mediações, de forma a explicitar e compreender sua concepção de autogestão; *b)* em que medida, a análise da concepção de gestão, por meio de conselhos participativos, pode contribuir para a elevação da consciência política e participativa e a constituição de uma esfera educativa realmente pública; *c)* em que medida o movimento secundarista de ocupação das escolas em 2015 pode ser pensado a partir das concepções de Rosa Luxemburgo, como uma nova forma de participação política autogestionária das escolas, abrindo espaço para uma nova constituição dos conselhos escolares.

Com base nesses objetivos, desenvolveu-se, então, uma pesquisa bibliográfica, na qual foram feitos estudos dos temas centrais para a discussão sobre o conceito de autogestão, a partir da leitura de parte da obra de Rosa Luxemburgo. Após as leituras iniciais, procedeu-se à escolha das categorias de análise que são fundamentais para o trabalho argumentativo. Essas categorias foram escolhidas com base na verificação de concepções que podem auxiliar na explicitação do conceito de autogestão, presentes na obra de Rosa Luxemburgo, de acordo com os objetivos expostos acima. Realizou-se, ainda, a leitura dos estudiosos da obra dessa autora, com o intuito de compreender as diferentes acepções, repercussões e a atualidade de suas ideias e sua contribuição para a discussão aqui proposta.

Desse modo, fizemos a opção de expor a análise de Rosa Luxemburgo sobre a questão das nacionalidades presente no livro *A questão nacional e a autonomia* (1980) para, com base nessa leitura, iniciar um processo de compreensão acerca de seu conceito de autogestão, categoria que constatamos ser fundamental para este estudo e, em seguida, problematizar outras categorias indispensáveis para a pesquisa, quais sejam: a noção de conselhos, espaço público, ação política e de educação política.

Para o desenvolvimento da temática investigada, a tese foi estruturada em quatro seções. Na primeira seção apresentamos o conceito de autogestão e seu papel na obra de Rosa

Luxemburgo, discutindo as questões relativas ao problema da constituição das nações e a gestão do Estado. Na segunda seção há as concepções de democracia, conselhos e as possibilidades abertas pelas compreensões de Luxemburgo para uma perspectiva democratizante da educação, além de contemplar a filosofia da *práxis* de Luxemburgo, por meio do estudo das categorias de autogoverno, liberdade e ação política e suas articulações e mediações em sua obra. A terceira seção traz a produção de Rosa Luxemburgo sobre a luta das mulheres em sua época e quais foram os possíveis impactos para o movimento feminista atualmente. Dessa forma, visamos destacar também o protagonismo das jovens secundaristas durante as ocupações em 2015. A quarta seção apresenta as reflexões e análises dos movimentos dos secundaristas em São Paulo e, por fim, apresentam-se as considerações finais sobre os conselhos participativos e as possibilidades de contribuição para a elevação da consciência política e participativa, além da constituição de uma esfera educativa realmente pública.

2 AUTOGESTÃO EM ROSA LUXEMBURGO

A importância da análise dessa obra de Rosa Luxemburgo *A questão nacional e a autonomia* (1988) para o estudo aqui proposto, reside nas reflexões em torno da concepção de gestão, em termos de gestão pública estatal. Sua posição, acerca de temas polêmicos, difere, muitas vezes, das posições adotadas pelas táticas e discursos assumidos, de forma majoritária, pelos socialistas de sua época – sociais democratas alemães e bolcheviques.

Rosa Luxemburgo teve uma participação política ativa no decorrer de sua juventude e idade adulta, em maior parte filiada aos partidos sociais democratas da Alemanha e da Polônia, até que em seus últimos anos de vida exerceu sua atividade política na Liga *Spartakus*, juntamente a demais dissidentes da social democracia alemã. Entretanto, olhar para seus escritos apenas por meio das contribuições a esse momento político seria uma análise rasa de seu pensamento, porque muitas dessas questões ainda não foram superadas, por mais que se modifiquem os contextos e tornem-se mais complexas as relações políticas.

Destaco que seu trabalho intelectual não tem alcance apenas e especificamente para aqueles países em que ela viveu e para os partidos em que atuou. Isso porque, ela se vale de uma problematização que oferece diversos exemplos e conceitos para uma análise conjuntural. Preocupava-se, principalmente, com a coerência entre os objetivos e as táticas dos partidos aos quais se vinculou, fugindo de generalizações e clichês, para que esses se baseassem em uma política que realmente favorecesse os trabalhadores.

Na análise do livro *A questão nacional e a autonomia* (1988), exposta nesta primeira seção, a questão das nacionalidades é motivo do debate para ajuste desses objetivos às políticas que deveriam ser empregadas, e é por meio dessa análise que ela explicita sua compreensão de gestão em termos de gestão pública do Estado ligada aos interesses da classe trabalhadora. Mesmo os seus trabalhos programáticos, que nada mais são do que suas contribuições para programas de partidos sociais democratas, representam claramente o que em determinado momento de sua atividade política ela compreendia como o tipo de gestão que deveria ser executada pelos trabalhadores, uma vez que o partido representante dessa classe chegasse à gestão do estado. Ela adotou, em maior parte de sua vida, a atuação junto à Social Democracia Alemã para fortalecer a ala revolucionária, até romper definitivamente em 1918. Essa posição combativa, exercida por ela, evidencia debates importantíssimos e é uma de suas particularidades.

A discussão central deste trabalho diz respeito ao conceito de autogestão presente em alguns textos de Rosa Luxemburgo. Interessa-nos, particularmente, compreender qual é a

concepção de autogestão que ela adota em sua obra. Recorremos a dois textos principais *O que queremos?* (2011i), publicado originalmente em 1906 e *A questão nacional e a autonomia* (1988), publicado no período entre 1908 a 1909, além de alguns comentadores de sua obra que nos auxiliaram nesta tarefa.

Tema espinhoso, pois de acordo com Daniel Guérin (1971)

O problema que ela colocou ainda não encontrou solução, nem o debate que iniciou seu ponto final. Apenas, talvez, os anarquistas na tradição de Bakunin e seus herdeiros espanhóis da Federação Anarquista Ibérica (FAI), aproximam-se, mais ou menos, do segredo da relação entre massas e vanguarda: “fraternidades” bakuninistas no seio da organização operária que era a Primeira Internacional, Federação Anarquista fecundando, do interior, a central sindical espanhola que era a Confederação Nacional do Trabalho (CNT) (GUÉRIN, 1971, p. 76).

No livro “*A questão nacional e autonomia*” (1988)⁶, há uma série de artigos escritos por Rosa Luxemburgo e que datam de 1908–1909 e foram traduzidos tardiamente, permanecendo inéditos em outras línguas até 1971⁷.

Segundo Weill (2016), seria em *A questão nacional e a autonomia* (1988) que Luxemburgo teria iniciado um novo tipo de reflexão sobre as perspectivas do processo de democratização, afirmando repetidamente que a tarefa da Social Democracia alemã deveria ser a retomada do processo de democratização abandonado pela burguesia. Mais tarde, durante a Revolução Alemã de 1918, ela apresenta essa noção de democracia que assume contornos de uma democracia direta ou “participativa” em *O que quer a liga Spartakus?* (2004) (WEILL, 2016).

Nos artigos que compõem o livro *A questão nacional e a autonomia* (1988), Rosa Luxemburgo discute o apoio da social democracia à formação de Estados Nacionais, utilizando como exemplo a questão polonesa no Império Russo e outros exemplos em contexto internacional, que lhe serviram como base para discutir essa questão. Aborda, ainda, questões referentes à formação dos Estados Modernos e alguns aspectos de modelos políticos e

⁶ Há uma nova edição que ainda será traduzida e publicada, pois a edição completa em francês está esgotada. A edição que utilizei em português não foi traduzida do francês e sim do espanhol.

⁷ Em 1971, foi publicada uma parte desses artigos na revista francesa *Politique aujourd’hui* e outra parte na *Partisans*. Em 1979, o texto foi integralmente editado na revista argentina *Cuadernos de pasado y presente*, n. 81 em uma tradução direta do polonês. Em 1980 foram publicados dois artigos em “*Questão nacional e marxismo.*” Apenas em 1988 – Primeira versão desses artigos na íntegra em português que foram traduzidos da versão em espanhol. Entretanto, essas edições não estão completas. Há apenas uma edição francesa deste livro que contém todos os artigos dessa época escritos por Rosa Luxemburgo (LUXEMBURG, 2001).

administrativos como o federalismo, o centralismo, o particularismo e o autogoverno, passando também por questões como: necessidades públicas, burocracia, cultura e consumo⁸.

J.P Nettl (1974), em sua biografia sobre Rosa Luxemburgo, apresenta um apêndice ao final do estudo, especificamente para comentar esse livro. Segundo ele, a polêmica sobre a questão nacional preocupou socialistas poloneses no início da década de 1880. A polêmica passa pela constituição do Império Russo, multinacional e multicultural, e a autonomia dos Estados que o compunham, por meio de um programa de autodeterminação dos povos que defendia a constituição de Estados nacionais autônomos, fundados nas especificidades nacionais.

Em 1892, foi fundado, na Polônia, o Partido Socialista Polonês (em polonês: *Polska Partia Socjalistyczna, PPS*) durante o período de lutas pelo renascimento do Estado polaco. Inicialmente Rosa Luxemburgo participou desse partido, mas já em 1893 ela e um grupo de amigos deixam o PPS. O motivo foi a divergência em relação à questão nacional.

Assim, em 1885, Luxemburgo elabora sua primeira fundamentação da posição teórica do SDKP Social Democracia do Reino da Polônia (em polonês: *Socjaldemokracja Królestwa Polskiego*), partido fundado pelos dissidentes do PPS, acerca da questão nacional e, entre 1895 e 1897, escreve os artigos que são a base teórica de sua posição antinacionalista, discutindo o tema para além da questão polaca. Para ela, o programa de autodeterminação era um primeiro indício do oportunismo burguês, presente nos partidos socialistas, conceito sobre o qual se dedicaria tempos depois (NETTL, 1974).

No que diz respeito à questão das nacionalidades, Luxemburgo considerava que a fórmula do “direito das nações” não bastaria para justificar a atitude de apoio dos socialistas à formação de Estados por nacionalidades, por não considerarem aspectos fundamentais como: as condições históricas desiguais (tempo e espaço); a direção geral do desenvolvimento das condições universais e a teoria fundamental do socialismo moderno: a sociedade de classes. O conceito de nação seria, no caso dos nacionalismos, considerado em sua totalidade, representando assim uma unidade social e política hegemônica. Entretanto, na sociedade de classes, não existe a nação como entidade sociopolítica hegemônica, pois em cada nação existem classes com interesses e direitos antagônicos. Por esse motivo, a fórmula de “direito das nações” não poderia ser determinante para o ponto de vista de um partido socialista sobre a questão nacional (LUXEMBURGO, 1988).

⁸ Tais artigos, que contêm parte de suas concepções contrárias as de Lenin, receberam a réplica dele em dois ensaios: “*Notas críticas sobre a questão nacional*” (1981) e “*Sobre o direito das nações à autodeterminação*” (1986).

Nesse sentido, a social democracia polonesa deveria associar-se à luta da população russa durante o movimento revolucionário. Apenas em 1908 os russos tiveram acesso às opiniões de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional.

Um dos aspectos mais interessantes da argumentação de Luxemburgo era que a ideia mesma de “nação” é temporal. Em lugar de ser uma norma absoluta e permanente, a nação seria uma forma particular, em que a sociedade burguesa condensava sua disposição estrutural, e que chegaria ao final com o término do estágio capitalista da história.⁹

Em um dos artigos da coletânea, denominado “*Centralismo e Autogoverno*”, Rosa Luxemburgo discute a constituição do Estado Moderno e a tendência dupla ao centralismo e ao autogoverno. De acordo com ela, a economia burguesa exige homogeneidade e eficácia e eficiência na execução das funções estatais e a aparição da burocracia estaria relacionada ao centralismo dos Estados Modernos. Na economia medieval, baseada em relações de servidão, o controle político vinculava-se à propriedade rural. Já no absolutismo, as funções políticas foram separadas das propriedades agrárias, o que exigiu a criação de um grupo de funcionários para o exercício das tarefas administrativas, a burocracia (LUXEMBURGO, 1988).

Entretanto, a tendência centralizadora da burocracia nem sempre é favorável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. O desenvolvimento de grandes centros urbanos levou à necessidade de constituir uma previdência, saúde e instrução públicas, como funções sociais, além do desenvolvimento de infraestrutura de comunicação, como estradas e a proteção de pessoas e propriedades. O processo de centralização foi acompanhado da tendência à constituição de autogovernos locais, a partir de mobilização das populações locais para a execução das funções estatais (LUXEMBURGO, 1988).

No próximo tópico, aprofundaremos cada um dos aspectos anteriormente expostos, tomando como base os próprios escritos de Rosa Luxemburgo (1988) e de alguns de seus comentadores.

2.1 Nações, Estados Nacionais e a Gestão Pública do Estado

No artigo *O que queremos?* (2011i), originalmente publicado em 1906, Rosa Luxemburgo tece comentários precisos sobre o programa da Social Democracia do reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL - *Socjaldemokracja Królestwa Polskiego i Litwy*- Partido Social

⁹ Paul Frölich relaciona a abordagem de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional a sua origem judia, assim como destaca também J.P Nettl: *Se han hecho intentos ocasionales de descubrir un aspecto especificamente judio em sufilosofia internacionalista* (NETTL, 1974, p. 606).

Democrata da Polônia e Lituânia – nome assumido em 1893). A questão é explicitar as táticas adotadas no caso específico da Polônia. A especificidade do caso da Polônia em relação a outros movimentos reside no fato de a Rússia ainda operar em regime absolutista. Mais tarde, em *A questão nacional e a autonomia*, ela apresenta sua posição contrária à formação de Estados Nacionais. Esse artigo trata de um caso específico em um contexto político e cultural, mas não deixa de nos oferecer, assim como toda a obra dessa autora, elementos para compreendermos suas ideias e, além disso, para pensarmos sobre os desafios de hoje.

Nesse sentido, mesmo levando em conta seu internacionalismo, ela pondera que a classe operária tem sua específica luta política em cada país e no caso da Rússia é favorável à Proclamação da República por considerar que nesse modelo, por mais que o proletariado continuasse a ser explorado, teriam melhores condições de luta (LUXEMBURGO, 1988). Já na questão polaca, Claude Weill explica sua posição:

As posições de Rosa Luxemburgo não são igualmente imóveis: com a Revolução de 1905 no Império Russo ela toma consciência da importância do sentido nacional e de suas potencialidades revolucionárias na Polônia. Ela anuncia, neste caso, um dos pressupostos de sua caminhada: a necessidade de fazer com que deixem de sair do gabinete as certezas do movimento operário onde eles são guardados como tesouros. Ela contribui na elaboração da reivindicação de autonomia territorial para a Polônia (WEILL, 1999, p. 1).

No artigo de autoria de Rosa Luxemburgo *O que queremos?* (2011i), há uma explanação sobre o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels para que, em seguida, ela se dedique às reivindicações do SDKPiL, sem deixar de lado as fases de desenvolvimento, crises do capitalismo e a importância do desenvolvimento cultural, que deveria ter por objetivo pôr fim a todas as formas de dominação do homem sobre o homem.

Não só o capitalista tem poder econômico sobre os trabalhadores e sua fábrica, como também toda a classe capitalista exerce o poder político sobre a população trabalhadora. Em função disso, retirar os instrumentos da produção capitalista é impraticável, se os trabalhadores não retirarem, em primeiro lugar, o poder político: Exército, Legislação e Administração (LUXEMBURGO, 2011i, p. 215).

Sobre pontos do programa, explicita o que entende por igualdade entre as nacionalidades. Nesse caso específico da Rússia e da Polônia, a Proclamação da República em todo Império Russo, a garantia de liberdade de seu desenvolvimento cultural implicaria: escola nacional, e liberdade de uso da língua materna, autogoverno nacional, ou seja, autonomia para a Polônia; direito a voto universal, igual, direto e secreto; governo municipal e comunal; eleições para conselhos municipais e comunais com base no direito a voto universal, igualitário,

secreto e direto; elegibilidade dos funcionários e juízes pela população e sua responsabilidade ao descumprir a lei; igualdade de todos perante a lei; inviolabilidade da pessoa e da habitação, liberdade de expressão e de imprensa, de associação e reunião; liberdade de consciência; igualdade de direitos para as mulheres; abolição do exército permanente e criação do exército do povo; escolas do povo obrigatórias e gratuitas, manutenção das crianças na escola a expensas do Estado, educação superior gratuita para aqueles com maior capacidade; abolição das taxas e impostos indiretos e introdução de um imposto progressivo para renda, riqueza e herança; legislação protetora dos trabalhadores (LUXEMBURGO, 2011i).

Consideramos que, para a compreensão do conceito de gestão em Rosa de Luxemburgo, o artigo *O que queremos?* (2011i) e o livro *A questão nacional e a autonomia* (1988), constituem obras importantes, uma vez que ela se preocupa em delimitar quais seriam as medidas a serem adotadas pelo partido para exercer uma gestão favorável à classe trabalhadora. Abordaremos a seguir o significado de cada um desses pontos.

Rosa Luxemburgo vê a necessidade da república como tática, por esse motivo defende a proclamação da república em todo o Império Russo¹⁰. Exemplifica com a questão francesa e estadunidense. Mesmo com limitações, a república seria ainda uma melhor possibilidade para a futura implementação do socialismo, pois oferece mais alternativas de luta contra a dominação burguesa.

Na verdade, mesmo na república o povo trabalhador não para de ser explorado e oprimido. Enquanto existir o trabalho assalariado e o capitalismo, existirá burguesia – a classe dos exploradores –, que será dominadora e tratará de oprimir o proletariado tanto quanto possa (LUXEMBURGO, 2011i, p. 223).

A necessidade da igualdade entre as nacionalidades no Império Russo advém do fato de que era comum a disputa entre as diferentes nações que compunham o Império Russo naquele momento, mas isso não deveria resultar em um apoio a formação de estados nacionais. Nesse sentido, ela é bem específica quanto à defesa da garantia de direitos.

No livro *A questão nacional e a autonomia* (1988), que contém artigos publicados entre 1908 e 1909, Rosa Luxemburgo questiona o que seria um dos objetivos propostos pelo PPS à II Internacional¹¹ – a independência da Polônia e toca em um ponto importante: a questão do

¹⁰ Primeiro item das reivindicações do SDKPil: “1. Proclamação da República em todo e Império Russo”.

¹¹ A Segunda Internacional, conhecida como a Internacional socialista, foi criada, em 1889 por iniciativa de Friedrich Engels, entre outros, com a finalidade de organizar os partidos e sindicatos operários em função de um movimento socialista internacional. Sua constituição visava dar continuidade à primeira Associação Internacional dos trabalhadores, fundada em 1862 por Karl Marx e outros expoentes do movimento operário da época que fora

nacionalismo para os partidos de esquerda. Faremos uma discussão sobre esse tema. Entretanto, esse livro para nós é determinante para compreendermos, para além dessa questão, qual era sua perspectiva de gestão de forma a identificar claramente quais aspectos ela considerava para tratar desse assunto.

2.2 O Problema das Nacionalidades

No primeiro artigo da coletânea *A questão nacional e a autonomia*, Rosa Luxemburgo discute a questão das nacionalidades como um problema vinculado a todo o sistema político interno e externo do Estado, problemática que passa a ser considerada por partidos das mais diversas vertentes, visando uma solução do ponto de vista político e prático para seus objetivos diretos. Entretanto, para Luxemburgo (1988), quando esse aspecto é presente em programas de partidos que visam representar os trabalhadores, o âmbito político deve ser abarcado juntamente com a questão da organização das classes.

Sua crítica se dirigiu, naquele momento, ao programa do partido operário social democrata russo, que propõe em um de seus pontos: *a todas as nacionalidades que fazem parte do Estado o direito à autodeterminação*. Isso significaria a constituição de tantos Estados Nacionais, quantas nacionalidades existissem no interior do Império Russo. Afirma que tal proposição é oriunda das resoluções do Congresso de Londres de 1896¹². No entanto, é preciso destacar que tal formulação não constituía naquele momento um objetivo a ser empregado. Se proposta como tática e adotada por partidos operários, torna-se contrária aos seus interesses, já que ela identifica a tendência implícita na criação de um Estado nação a dominação sobre as outras nações. Esses novos Estados “nasceriam” na mesma lógica imperialista dos Estados já existentes.

O caráter demasiadamente geral do nono ponto do programa social democrata russo já nos indica que soluções dessa natureza são estranhas à doutrina do socialismo marxista. “O direito das nações” – que abarque todos os países e todos os tempos com idêntica justiça – não é outra coisa senão um clichê, uma frase metafísica, com seus análogos “direito dos homens” e “direito dos cidadãos”. O materialismo dialético – fundamento do socialismo científico – eliminou definitivamente de seu vocabulário esses axiomas “eternos” (LUXEMBURGO, 1988, p. 17).

dissolvida, em 1876, em função da elevada repressão internacional aos movimentos operários e às divergências internas entre comunistas, sociais democratas, anarquistas. A partir da dissolução da primeira Internacional, foi realizada uma série de congressos entre 1876 e 1889 para a organização de uma segunda internacional, que se constituiu oficialmente em 1889 (MUSTO, 2014).

¹² O IV Congresso da segunda internacional caracterizado pelas discussões sobre questões que geraram a divisão entre os socialistas e anarquistas.

É notável a coerência de suas afirmações, já nesse momento, ao analisar as táticas propostas no sentido de adequá-las aos objetivos de um partido social democrata operário, em uma estrutura de poder baseada na democracia representativa. Aqui já aparece a noção que ela desenvolverá tempos depois, segundo a qual ao modificar-se a estrutura política, a questão que passaria a ser disposta em termos de como e de quem exerceria o poder.

Sua discussão estende-se a outros pontos do programa, que discutem a questão da autonomia local e da autonomia provincial, para localidades onde existam condições particulares de vida e onde haja diversificação na composição da população.

Luxemburgo (1988) considera, entretanto, que a autodeterminação das nações não é suficiente como medida tomada isoladamente. O programa russo prevê a completa igualdade de direitos para todos os cidadãos, sem diferenciação de sexo, religião, raça ou nacionalidade, além de afirmar que a população da nação deve ter o direito de frequentar escolas gratuitas e autônomas, que ensinem o idioma nacional. Portanto, se esses objetivos forem levados a cabo, não há necessidade de autodeterminação dos povos, já que garantiria a autonomia local e provincial, por meio de igualdade de direitos e do direito a idioma próprio. Nesse sentido, ela se posiciona contrária a criação de outros Estados pelo critério da nacionalidade.

Luxemburgo (1988) defende que a social democracia deveria, portanto, manter uma solução coerente, baseada no método materialista histórico, considerando a variedade de formas que assume a questão das nacionalidades, nascida da diversidade social, histórica e étnica do Império Russo. Se o método é materialista histórico, a questão das nacionalidades deve ser vista pelo mesmo prisma.

É muito interessante como Rosa Luxemburgo (1988) atenta às questões importantes para os partidos operários e sua época, buscando discutir esses pontos nos programas dos partidos, de forma a gerar um debate acerca das concepções e táticas que devem estar alinhadas aos interesses dos partidos e, nesse sentido, a criação de mais Estados nacionais de nada teria a contribuir aos trabalhadores, pois tais Estados, assim que estabelecidos, iniciariam a reprodução da lógica de exploração de outros povos.

Essa questão não fica restrita à análise do programa do partido russo. Luxemburgo (1988) articula a discussão com o programa polonês e o austríaco que, nesse caso, não traçava como objetivo o direito à autodeterminação das nações, apesar de constituir um Estado de composições nacionais extremamente diversas, para o qual a questão das nacionalidades figuraria como central.

A solução do partido social democrata austríaco para essa questão se daria a partir de um plano estatal, bem definido, com a supressão daquele que era o regime estatal da Áustria, configurado por uma mistura de reinos e países coroados. Sua origem era medieval e teria se consolidado por meio da política dinástica dos Habsburgos, a partir de agrupamento de várias nacionalidades, divididos em reinos e países, em territórios misturados por diferentes critérios. A proposta do partido social democrata da Áustria, o SPÖ (*Sozialdemokratische Partei Österreichs*), previa a união desses territórios multiculturais em uma federação estatal, acrescida de um direito especial para a defesa das minorias nacionais nos territórios assim constituídos (LUXEMBURGO, 1988).

A crítica de Luxemburgo (1988) se dá em relação ao caráter geral e absoluto da proposição de autodeterminação dos povos, o que contraria os preceitos marxistas do materialismo dialético e do socialismo científico, que já conteria a revisão desses clichês vazios de sentido prático e de abstrações como “democracia”, “liberdade do cidadão”, “igualdade”, dentre outras, que constituíam, para a Social Democracia, *verdades ou direitos supremos que pairam acima dos homens e dos tempos*. Para ela [...] *a eterna mutação é a única verdade “eterna”* (LUXEMBURGO, 1988, p. 18).

Portanto, a questão das nacionalidades não pode constituir uma exceção entre todos os problemas políticos, sociais e morais, considerados sobre a mesma luz do socialismo moderno, e não é possível dar-lhe uma solução com uma frase feita, incerta e generalizadora, ainda que seja uma palavra de ordem tão bela como “o direito das nações à autodeterminação”. Porque tal axioma, ou não expressa nem significa absolutamente nada e é um clichê vazio que não leva a nada ou implica o dever incondicional dos socialistas a apoiarem todas as tendências nacionais, neste caso é francamente equivocado (LUXEMBURGO, 1988, p. 19).

Em sua análise, Luxemburgo (1988) demonstra uma grande habilidade em identificar termos problemáticos dentro dos programas dos partidos políticos sociais democratas. No caso de sua análise sobre a questão das nacionalidades, ela não restringe sua argumentação apenas aos exemplos europeus, utiliza também o caso das colônias europeias como o Brasil, por exemplo, para embasar sua argumentação.

Outro debate que Luxemburgo (1988) apresenta, refere-se a algumas proposições adotadas por Karl Marx e Friedrich Engels em relação às nacionalidades nos casos suíço e húngaro. Marx e Engels seriam contrários à autodeterminação nacional no caso suíço e favorável à questão húngara. Esse exemplo é utilizado por Luxemburgo (1988) para demonstrar que se deveria levar em consideração alguns elementos para a formalização de uma posição e

que não há uma alternativa única. Sua posição, inclusive, é oposta à de Marx e Engels, sendo favorável à autodeterminação suíça e contrária no caso húngaro.

Do mesmo modo, Luxemburgo (1988) aponta a apreensão diferente de Karl Marx e Karl Kautsky sobre a questão das nacionalidades, afirmando que, enquanto Kautsky enfatiza o aspecto econômico e pacífico do desenvolvimento, Marx opta para seu aspecto político, cuja expressão tangível é a luta.

A marcha histórica para uma comunidade, para uma civilização universal, evidentemente é realizada entre negociações e absurdos, do mesmo modo que todo o desenvolvimento social; contudo, essas contradições não são encontradas ali onde Kautsky as procura, isto é, nas aspirações a um “Estado nacional” ideal, mas muito mais onde Marx aponta: na luta mortal entre as nações, na tendência para a criação – além e apesar dos amplos círculos culturais – dos grandes Estados capitalistas (LUXEMBURGO, 1988, p. 33).

Outro ponto discutido por Luxemburgo (1988) diz respeito a uma análise sobre o desenvolvimento imperialista. Para exemplificar a complexidade da questão das nacionalidades, quando baseadas em um “direito dos povos”, e a partir do exemplo das colônias europeias, ela afirma que as nações pequenas não têm garantia de sobrevivência nessa etapa do desenvolvimento capitalista.

Entretanto, as condições econômicas e políticas dos grandes super-Estados são tão equilibrados dentro da luta capitalista, que inclusive os pequenos Estados politicamente soberanos e formalmente independentes que existem na Europa desempenham na vida política europeia o papel de meros espectadores e, mais frequentemente de bodes expiatórios (LUXEMBURGO, 1988, p. 34).

Além de não terem um processo histórico de desenvolvimento econômico compatível com os demais Estados, há ainda outra característica do imperialismo capitalista que se torna mais um empecilho para os novos Estados Nacionais. No século XVIII, a Alemanha e a Inglaterra já empreendem em suas colônias a criação de Estados coloniais, em que a etapa de formação de Estados nacionais não existiu. Exemplo que é seguido por outras nações capitalistas precoces nos séculos XVIII e XIX (LUXEMBURGO, 1988).

O mesmo podemos dizer do Brasil, da Argentina e de outras colônias cujo elemento preponderante é constituído pelos imigrantes portugueses e espanhóis; estes países conseguiram sua independência dos reinos europeus principalmente para terem o monopólio do comércio de escravos e de sua exploração nas plantações, e para conquistar as colônias mais fracas da vizinhança (LUXEMBURGO, 1988, p. 37).

O desenvolvimento do comércio internacional torna esses novos Estados Nacionais dependentes do desenvolvimento capitalista e da política internacional. É nesse sentido que eles iniciam ou mantêm um regime de exploração da força de trabalho e da conquista ou sobreposição entre outras colônias.

Rosa Luxemburgo pontua, de forma contundente, que a consideração da categoria povo, como totalidade social e político hegemônico, além de abstrata, esvazia a compreensão de uma sociedade em que há diferenças políticas pautadas pela classe social, dando a impressão de que em uma nação há interesses homogêneos. Nesse sentido, a fórmula que leva a denominação “direito dos povos” não pode caracterizar uma posição socialista sobre a questão das nacionalidades, uma vez que desconsidera a variedade das condições históricas de cada caso. Essas considerações permitem a compreensão de teoria de Rosa Luxemburgo sobre o desenvolvimento do capitalismo e introduz a concepção de “desenvolvimento desigual e combinado”¹³ que inspirará as análises de Trotsky sobre o desenvolvimento capitalista.

Numa sociedade de classes o povo, como todo social e político hegemônico não existe, enquanto o que existe em cada nação são classes sociais com seus interesses e direitos “antagônicos” (LUXEMBURGO, 1988, p. 39).

Luxemburgo (1988) chama a atenção para as terminologias que descaracterizam o conteúdo político e mascaram o sentido do discurso proferido. Em particular, no caso dos programas políticos que analisa, a utilização de tais termos não é bem-vinda, por se tratarem de generalizações. Rosa Luxemburgo cita outros exemplos esvaziados de significado específico como a “liberdade do cidadão”, a “igualdade diante da lei”, entre outros, que escondem conteúdos históricos bem definidos e remete tais termos à ideologia burguesa. Ao utilizar generalizações desse tipo, torna-se difícil a diferenciação entre os objetivos de cada programa:

¹³ Trotsky contribui de forma original para a teoria marxiana ao discutir o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais onde subsistem relações pré-capitalistas. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo trata dessa questão ao tentar explicar as contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. Trata-se de uma análise econômica, social e cultural. Nesse sentido, rompe com as perspectivas evolucionistas, de progresso linear e eurocêntricas. A primeira menção à essa teoria está presente em “Balanços e Perspectivas” (1906) na discussão sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, elemento que distingue Trotsky do pensamento marxista hegemônico no período da Segunda Internacional Socialista. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é desenvolvida de forma mais específica no livro “1905”, que foi publicado em 1909. Nesta obra Trotsky afirma que os diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo não podem ter sua natureza definida pela busca de lugares comuns históricos. Para ele a revolução Russa foi possível justamente pela especificidade da natureza de seu desenvolvimento capitalista. Tal análise possibilita também abranger as formações sociais situadas na periferia do sistema capitalista. Essa visão dialética do desenvolvimento históricos através de saltos súbitos e mudanças históricas, tem como consequência o reconhecimento do potencial transformador dessas configurações periféricas (LÖWY, 1995).

Inclusive no campo das relações, digamos, pan-humanas, isto é, no que se refere à ética, às correntes artísticas ou à educação, os interesses, os pontos de vista e as ideias da burguesia por um lado, e os do proletariado consciente de outro”, representam dois campos inimigos separados por um abismo (LUXEMBURGO, 1988, p. 40).

O termo democracia é outro exemplo que aparentemente representa uma convergência de interesses, mas esconde uma dissonância quanto ao conteúdo da política real, pois, apenas em alguns momentos políticos específicos houve a compatibilidade entre interesses das classes burguesa e proletários. Nesse sentido, a questão nacional deveria ser considerada pelo partido socialista com base na premissa da oposição de classe.

E pelo fato de que as noções de “povo”, “direitos” e “vontade do povo” como um todo hegemônico são, como dissemos, resquícios dos tempos de imaturo e inconsciente antagonismo entre proletariado e a burguesia, seu uso pelo proletariado consciente e organizado seria uma tola contradição – e não uma contradição contra a lógica escolar, mas contra a lógica *histórica* (LUXEMBURGO, 1988, p. 41).

Luxemburgo (1988) retoma a argumentação segundo a qual a garantia da emancipação das nações que compõe o Estado, no sentido político e cultural, já é, por si só, a garantia desses direitos dentro de um Estado capitalista, ou seja, não há necessidade de criar outro Estado.

Portanto, é basicamente errada a analogia que às vezes procuram demonstrar os partidários do “direito dos povos à autodeterminação entre este direito e os demais postulados democráticos, como a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de associação e de reunião. Se o reconhecimento do direito à livre associação – proclamam – é um dever em nossa qualidade de partido das liberdades políticas, o que não nos impede de combater associações dos partidos burgueses inimigos[...] A liberdade de associação, de expressão, de imprensa etc., constituem formas de existência da sociedade burguesa madura legalmente formulada, enquanto o “direito dos povos à autodeterminação” constitui tão-somente a fórmula verbal de uma ideia metafísica, totalmente irrealizável no seio da sociedade burguesa e só é possível no terreno do regime socialista (LUXEMBURGO, 1988, p. 43).

Esse debate é fundamental para o desenvolvimento da análise proposta nesta pesquisa, pois ao apresentar tal problematização, visando adequar objetivos e táticas dos programas dos partidos sociais democratas, Luxemburgo (1988) apresenta uma noção tática, como pano de fundo, ainda mais importante quando se considera sua decorrência de um desenvolvimento histórico. Embora neste momento sua perspectiva seja desenvolvimentista, sua posição apresenta coerência em relação às questões táticas exigidas pela situação histórica que impunha uma adequação das questões teóricas à ação. Nesse momento, ela lutava por dentro da via representativa, antes de se desiludir totalmente com ela.

Contudo, o problema das condições do ser nacional político e do ser nacional cultural ocupa em grau não menor o âmbito dos interesses classistas do proletariado, a par das questões já enumeradas; entre estas e as político-culturais dá-se geralmente uma estreita união de inter-relações e causalidades. Em consequência, tampouco nesse caso pode a socialdemocracia deixar de cumprir seu dever e exigir em cada caso a consecução daquelas formas político culturais que melhor respondam aos interesses do proletariado e da luta de classes numa época e lugar dados, como também ao desenvolvimento revolucionário da sociedade, sem abandonar essas questões para que o povo as solucione (LUXEMBURGO, 1988, p. 44).

Ao discutir a questão da relação entre Estado nacional e proletariado, Luxemburgo (1988) afirma que não se trata apenas de incluir esse debate nos meios socialistas, pois há inúmeros partidos já “impregnados” do vocabulário marxista, inclusive com caráter classista, que não podem ser caracterizados como um partido socialista. Seria necessário, para propor uma solução prática para a questão das nacionalidades, que se tomem como exemplos os casos históricos, que correspondem aos termos em voga nos círculos socialistas (LUXEMBURGO, 1988).

Kautsky (1988), por exemplo, elabora uma ideia de nação que abarca três elementos: 1) A burguesia tende a assegurar um mercado interno de venda à sua produção mercantil; 2) tendência à liberdade política e à democracia; 3) divulgação da literatura e da educação nacionais nos círculos populares.

Rosa Luxemburgo analisa as posições de Kautsky da seguinte forma: o conceito de Estado Nacional cunhado por Kautsky leva em consideração três elementos: 1) interesses de mercado; 2) correntes democráticas; 3) Educação popular. Entretanto, apenas o segundo e o terceiro pontos interessam aos proletários e devem fazer parte do debate dos programas dos partidos socialistas. Especifica que não se trata de considerar a nacionalidade como um determinado grupo étnico isolado – tampouco – como uma questão específica do Estado burguês, pois peculiaridades nacionais existiam bem antes dessa fase (LUXEMBURGO, 1988).

Para seu desenvolvimento normal a burguesia necessita não só de condições de produção estritamente econômicas, mas lhe são igualmente indispensáveis as condições políticas que lhe assegurem a dominação de classe (LUXEMBURGO, 1988, p. 60).

Nesse sentido, Luxemburgo (1988) afirma que a formação de Estado Nação é a forma histórica imprescindível para que a burguesia passe da defesa nacional para posições mais ofensivas, da autoproteção e concentração da própria nacionalidade para a política de usurpação e dominação de outras nacionalidades – próprias do imperialismo (LUXEMBURGO, 1988).

Luxemburgo (1988) aponta que o interesse do proletariado é diferente dos interesses nacionalistas e denuncia como absurda a ideia de que o proletariado possa dar início a um Estado nacional moderno, pois sua luta é justamente pela abolição do Estado nacional moderno como forma política do capitalismo. Portanto, a política nacional do proletariado deve basear-se na harmonia dos interesses de todas as nacionalidades e não na conquista ou na escravização de umas por outras.

As instituições democráticas essenciais e a educação popular são os elementos fundamentais para o proletariado e há quatro questões de extrema importância para a maturidade política e espiritual dessa classe: 1) liberdade de expressão em seu próprio idioma; 2) desenvolvimento sem entraves e sem deformações da cultura nacional, da ciência, da literatura e da arte; 3) desenvolvimento normal das instituições públicas; 4) igualdade dos direitos civis de sua própria nacionalidade como as demais nacionalidades que integram o Estado. É nesse ponto que Luxemburgo (1988) avança na discussão educacional e afirma que é em termos políticos e culturais que se trava uma batalha que favoreça os trabalhadores.

A crítica de Luxemburgo (1988) atinge também a posição anarquista sobre a constituição de Estados nacionais, que se apoiava na liberdade e na vontade dos povos, afirmando que eles só serviriam de instrumento de conquista.

Nesse contexto de críticas às posições socialistas e anarquistas, Luxemburgo (1988) cita novamente o exemplo do Brasil para justificar a lógica de dominação dos brancos, pois a independência dessa colônia não resultou na libertação dos escravos negros.

O Brasil, que em 1825 conquistara depois de árdua luta sua independência de Portugal, entra em guerra neste mesmo ano contra a Argentina, recentemente independente da coroa da Espanha. A discórdia surgiu devido à província da Banda Oriental, da qual desejava apropriar-se cada um dos novos Estados Nacionais; finalmente, esta conseguiu sua própria independência como república do Uruguai, somente graças à intervenção armada dos Estados colonialistas da Europa (LUXEMBURGO, 1988, p. 70).

Outra discussão que Luxemburgo (1988) apresenta diz respeito às formas de organização Estatal pelo modelo de federalismo, centralismo e particularismo. No caso do modelo federalista, apesar de reconhecer que se trata de um avanço em relação ao modelo de Estado Nacional, não se resolve a questão do ponto de vista do operariado. Esse postulado foi assumido por alguns partidos socialistas revolucionários e por anarquistas. Tal apoio se deu por enxergarem nesse modelo de constituição política os princípios de independência, igualdade e fraternidade entre as nações.

Em consequência, do ponto de vista do direito das nações e do Estado nacional, isto [o federalismo] já significa uma certa concessão em favor da realidade. Este enfoque constitui uma consideração ideológica tão *sui generis* que é importante não deixá-la de lado: o fato de que, apesar de tudo, as nações não podem viver no vazio de seus “direitos” como Estados nacionais isolados e perfeitamente autossuficientes, mas que existem certas ligações entre as mesmas (LUXEMBURGO, 1988, p. 80).

Entretanto, Luxemburgo (1988) destaca enfaticamente que substituir a noção de violência brutal, entre as nações, pela noção de boa vontade entre os povos também é absurda. Assim como no caso do Estado Nação, o federalismo traz um conteúdo de ideologia subjetiva e só é possível analisá-lo para adequar a uma política que favoreça os trabalhadores do ponto de vista classista.

Também o centralismo tem uma análise geralmente distorcida, pois é sempre associado ao absolutismo, mas Rosa Luxemburgo desconstrói essa crença, afirmando que este modelo de gestão continua a ser impulsionado pela burguesia:

Acontece que independente do absolutismo e depois de sua caducidade histórica, a sociedade burguesa continua promovendo a tendência centralista com afinco e não menos consequente que este (LUXEMBURGO, 1988, p. 83).

O absolutismo se desenvolveu em duas direções: primeiro pela absorção de funções e contribuições das assembleias e dos autogovernos urbanos, a segunda uniformizando a administração em todo território estatal, mediante à criação de novos poderes centrais na administração e no sistema jurídico, e o estabelecimento de novos códigos: civil, penal e comercial (LUXEMBURGO, 1988).

O centralismo que comemora sua vitória na Europa do séc. XVIII sob a forma do chamado despotismo esclarecido, se tornará prontamente um despotismo obscurantista, burocrático e policial (LUXEMBURGO, 1988, p. 83).

No entanto, ela alerta para a questão da identificação problemática e generalizadora de que qualquer centralismo é ruim. O Absolutismo em sua luta contra a dispersão feudal representou um progresso histórico. Nos partidos socialistas, tais questões assumem novamente um caráter distinto:

Esta tendência centralista do desenvolvimento do capitalismo representa uma das bases principais do futuro regime socialista, pois somente a máxima concentração da produção e da troca permite estabelecer uma economia socialista planificada em escala mundial. Por outra parte, só mediante a concentração e a centralização, tanto da classe operária como força de combate como também do poder estatal, torna-se possível que o proletariado tome finalmente este poder em suas mãos para estabelecer sua ditadura e levar a cabo a revolução socialista (LUXEMBURGO, 1988, p. 84).

Luxemburgo (1988) afirma que um grande Estado capitalista, que se constitui como uma tendência do próprio capitalismo é um marco político apropriado no qual pode atuar e triunfar o proletariado. Para ela, o modelo federalista forma laços débeis entre as nações, como é o exemplo dos processos históricos da União Suíça, Estados Unidos da América, Reich Alemão e o Império Austro-Húngaro.

Como Luxemburgo (1988) já havia apontado anteriormente é inerente ao capitalismo a tendência à centralização, mas também tem como seu produto na sociedade burguesa o autogoverno local. Isso porque algumas características dos autogovernos locais também favorecem seu desenvolvimento como, por exemplo, a flexibilidade (LUXEMBURGO, 1988).

Rosa Luxemburgo, como membro de partidos sociais democratas, tinha em seu campo de visão, uma perspectiva de que a proposta social democrata, ainda que constituída em bases proletárias, constituía uma fase transitória de governo e que deveria atuar para fortalecer a ala revolucionária. Entretanto, apesar de sua tentativa de alinhar as táticas da social democracia, não perdia de vista o objetivo de que se estabelecesse uma nova forma de gestão pública que favorecesse de fato o proletariado, o que só seria possível, como fica claro no decorrer de sua obra, se esse governo fosse exercido pelos próprios trabalhadores. Os acontecimentos que se sucedem à crítica de Luxemburgo à social democracia deixam claro que a tática de um governo social democrata não seria aquela proposta por ela. É só no final de sua vida que Luxemburgo desiste completamente da adesão à social democracia e radicaliza seu discurso e prática.

2.3 Burocracia, Capitalismo e Estado Moderno

Luxemburgo (1988) apresenta uma interessante discussão sobre a relação entre o centralismo dos Estados Modernos, que se baseia na lógica da eficiência e da eficácia e o aparecimento da burocracia. Ela aponta que no Estado medieval as funções públicas estavam ligadas à propriedade rural, enquanto que no absolutismo há a separação das funções públicas das propriedades agrárias, o que originou outra categoria social: os funcionários da coroa. Tal fato ampliou o terreno para que o capitalismo pudesse prosperar (LUXEMBURGO, 1988). Podemos notar que esse tipo de separação entre o público e o privado coincide com a aparição da burocracia.

Portanto, com o desenvolvimento do Estado capitalista, as funções públicas passaram às mãos de funcionários pagos, grupo social que cresceu numericamente e gerou a burocracia

estatal moderna. Essa burocracia quando é centralista, geraria muitos problemas, cuja solução estaria na constituição de autogovernos locais, tal como é pontuado em sua análise:

A produção e a troca capitalistas se distinguem pela maior susceptibilidade, elasticidade, capacidade e ainda pela propensão a intermináveis mudanças, relacionadas às múltiplas influências sociais que ocasionam as contínuas oscilações e balanceamentos nas condições de venda e inclusive nas condições de produção. Em consequência a economia burguesa exige das repartições públicas uma sutileza e uma capacidade de adaptação tais que a burocracia centralista, rígida e estereotipada por natureza, é incapaz de dar. Daí parte a necessidade de corrigir o rumo da moderna centralização, e assim, junto à legislação delegada em mãos da população na sociedade burguesa, surge simultaneamente a tendência para o *autogoverno local*. Esse tipo de instituição oferece a possibilidade de uma mais adequada adaptação do aparelho estatal às necessidades sociais, não só porque leva em conta a diversidade das condições locais, mas também devido à influência direta e a coparticipação da sociedade nas funções públicas (LUXEMBURGO, 1988, p. 108).

Considerando tais elementos, notamos que há uma concessão ao modelo centralista. Tal análise está vinculada ao Estado Moderno e às práticas de gestão próprias daquele período. Trata-se, novamente, de uma tática alinhada aos objetivos sociais democratas e constituem duas questões distintas. Nesse momento Luxemburgo (1988) admite tal configuração como importante para as táticas da social democracia, mas isso não quer dizer, em absoluto, que essa seja sua concepção de gestão. Para chegar a essa consideração é necessário olhar para toda a sua produção e por isso, avançaremos um pouco mais nesse tema na próxima seção.

Para Luxemburgo (1988), a partir do desenvolvimento da produção fabril de massa, a economia burguesa provocou uma série de necessidades totalmente novas como a previdência, a saúde e a instrução públicas, que passam a ser consideradas, portanto, como funções públicas, assim como também a garantia de infraestrutura e de segurança às propriedades e às pessoas dentro de um território. Tais aspectos são inaugurados com o Estado Moderno. Com a dispersão territorial, surge a necessidade de autogoverno municipal para atender as demandas acima mencionadas. Entretanto, tal fenômeno não elimina o centralismo estatal, apenas o complementa.

Rosa Luxemburgo afirma que esses dois modelos em conjunto caracterizam o Estado Moderno. É importante notar aqui que ela aponta para uma tendência à autogestão dos municípios e, nesse sentido, a caracteriza pela adaptação às necessidades locais das funções estatais centralizadas e pela participação da população. Portanto, aqui, ainda não se trata de uma perspectiva de autogestão exercida pelos trabalhadores (LUXEMBURGO, 1988).

Novamente, lançando mão de exemplos, Luxemburgo (1988) aponta o desenvolvimento e a distinção entre a França e a Inglaterra em termos de autogoverno local. Nesse último caso,

há o desenvolvimento de conselhos administrativos (*local government board*) para cada uma das funções do Estado como, por exemplo, na área da saúde e da educação (*school board*). Em sua crítica, retorna ao debate das posições de Kautsky (1988) sobre o centralismo, no momento em que ele se posiciona a favor de um centralismo no âmbito legislativo, mas não no âmbito administrativo. Rosa Luxemburgo discorda dessa distinção e de seu apoio sem restrições a um centralismo administrativo:

Transcrevemos os extensos argumentos de Kautsky a propósito da questão que analisamos, não porque concordamos sem reserva com seu ponto de vista. O raciocínio dominante dessas deduções: a dedução do centralismo estatal em administrativo e legislativo; a recusa ao primeiro e a aceitação incondicional do segundo – nos parece uma concepção até certo ponto formal em demasia e não totalmente exata da questão. O autogoverno local – provincial, urbano, municipal – não invalida em absoluto o centralismo administrativo, mas abarca somente os assuntos expressamente locais; ao contrário, quando a condição do Estado como totalidade encontra-se em mãos do poder central, este, mesmo em Estados democráticos como o suíço, apresenta uma tendência constante para a ampliação de suas atribuições (LUXEMBURGO, 1988, p. 137).

O quinto artigo do livro *A nacionalidade e a autonomia* (1988) aponta para a insuficiência da noção de que uma nacionalidade constituída como individualidade em um distrito do Estado pode constituir a base para a autonomia local. Isso porque, de acordo com Rosa Luxemburgo, o desenvolvimento capitalista propicia transformações e exigências, além de uma cultura espiritual totalmente nova:

O capitalismo transforma as condições de vida e as relações sociais, desde suas bases materiais até os vértices de suas formas espirituais. Deste modo produz uma série de novos fenômenos econômicos: a grande indústria, a produção mecanizada, a proletarianização das massas, concentração da propriedade, as crises industriais, os sindicatos capitalistas, a indústria doméstica (artesanal) moderna, o trabalho de mulheres e crianças, etc. Mas, simultaneamente, uma nova camada: a *intelligentsia* profissional. A economia capitalista, com sua divisão de trabalho altamente desenvolvida e com seu incessante desenvolvimento técnico, requer o concurso de um numeroso exército de profissionais tecnicamente capacitados e eficazes no desempenho de suas funções; surgem assim engenheiros, químicos, arquitetos, eletrotécnicos e etc. (LUXEMBURGO, 1988, p. 141).

É nesse contexto que Luxemburgo (1988) reafirma a enorme importância da educação pública e universal. Isso porque, argumenta, há diferença entre o que consome o proletariado, em termos de arte e cultura, e o que consome a burguesia. E é por meio da educação que há condições de elevar o nível cultural da população e formar o operário capaz e adequadamente adestrado, gerando duas consequências: o aumento do consumo e ao mesmo tempo e, conseqüentemente, o atendimento da mão de obra da grande indústria.

Contudo, o capitalismo não cria a cultura espiritual no ar, nem no vazio teórico da abstração; o faz em um território, num meio ambiente social determinado, numa língua, com base em certas tradições, ou seja, dentro de formas nacionais específicas. Em consequência individualiza, através dessa mesma cultura espiritual, um território com uma população determinada num todo cultural nacional, dentro da qual cria uma coesão mais firme e uma comunhão de interesses espirituais (LUXEMBURGO, 1988, p. 143).

Luxemburgo (1988) distingue a *intelligentsia* como classe urbana, assim como a burguesia e a pequena burguesia e aponta também para o desenvolvimento da ideia nacionalista no campesinato e abarca, também, a questão judaica nessa problematização:

Se excetuarmos os esforços feitos por iniciativa de um punhado de publicistas e tradutores do dialeto judeu, para desenvolver a cultura judia, a única manifestação da autêntica cultura moderna baseada na realidade judia é o movimento social-democrata do proletariado judeu, que por sua natureza intrínseca dificilmente pode substituir a ausência histórica da cultura burguesa nacional dos judeus, já que é um fenômeno de cultura essencialmente internacionalista e proletária (LUXEMBURGO, 1988, p. 157).

Portanto, ela reafirma, por meio de inúmeros exemplos, que para a solução para o problema das diferentes nacionalidades que compõem um Estado é a instituição de um amplo autogoverno local, comunal, urbano, departamental e provincial, sem um caráter nacional determinado. Guardando algumas especificidades decorrentes da composição de cada Estado (LUXEMBURGO, 1988).

3 DEMOCRACIA, CONSELHOS E EDUCAÇÃO

Consideraremos, nesta seção, a discussão sobre autogestão realizada por Rosa Luxemburgo com base em textos escritos entre os anos de 1899 a 1918, nos quais apresenta uma noção de autogestão em termos políticos e culturais. Na seção anterior pode-se constatar que em sua crítica sobre as nacionalidades e Estados nacionais, nos programas dos partidos sociais democráticos da época, Luxemburgo posiciona-se como contrária à criação de novos Estados por nacionalidade, defendendo, como tática, a instituição de direitos e o estímulo à participação em instâncias decisórias ao nível local.

Voltamos agora, nosso olhar, nesta seção, para a discussão presente em seus escritos sobre democracia e conselhos, aproximando-nos um pouco mais do movimento teórico constituído no decorrer de sua obra. Dessa forma, podemos estudar melhor sua concepção de gestão. Ao final, buscamos estabelecer os laços que ligam essa temática à área da educação, o que é a base do debate aqui proposto.

3.1 Democracia: o Movimento Indispensável

Indicamos anteriormente e retomamos neste momento que a noção de democracia para Rosa Luxemburgo tem um caráter indispensável para a luta e para a conscientização das massas, bem como para as novas formas de governo oriundas do processo revolucionário. Esse caráter se dá em contraposição à compreensão burguesa da democracia. Portanto, para ela a democracia para os trabalhadores deve ser compreendida como uma constante indispensável.

Para discutir essa questão, trazemos aqui algumas análises de seu famoso texto *Reforma social ou revolução* (1899), fazendo interposições com alguns pesquisadores de seu trabalho¹⁴ e seu último discurso, antes de seu assassinato, que foi proferido na fundação do partido comunista alemão (Liga *Spartakus*): *Nosso programa e a situação política* (1918).

Reforma social ou revolução (2011), texto em que Rosa Luxemburgo debate e se contrapõe teoricamente as teses revisionistas de Edward Bernstein¹⁵. Logo de início, no prefácio, ela argumenta que a social democracia não pode se contrapor à reforma ou à revolução, mas tampouco de se tornar reformista, pois em sua visão na social democracia há

¹⁴ Para essa finalidade foi utilizada a edição da revista francesa *AGONE: Révolution et Démocratie: Actualité de Rosa Luxemburg* (2016).

¹⁵ Eduard Bernstein (1850-1932) foi um dos principais teóricos da corrente revisionista do marxismo e integrante do SPD.

um *elo inexorável* entre reforma social e revolução social, sendo que a reforma social é apenas um meio e a transformação social é o fim. Ocorre que as teses reformistas de Bernstein descaracterizam a revolução social ao tomar as reformas sociais a *finalidade*, e dessa forma, fazendo dos meios o próprio fim é que o objetivo final da social democracia é esquecido (LUXEMBURGO, 2011).

Ao defender a instauração do socialismo por meio de reformas sociais, Bernstein propõe a elevação da condição da classe trabalhadora para a instauração do socialismo. Portanto, não seria necessária uma crise política e social, o controle social seria inserido aos poucos por meio das cooperativas.

Se o que diferencia a social democracia, como partido representante dos operários alemães, da democracia burguesa é, precisamente, a perspectiva de revolução social, o que se põe em xeque não é uma questão de táticas, mas sim do próprio sentido da social-democracia.

Rosa Luxemburgo argumenta também que essa tese revisionista não se alinha com os objetivos práticos da social democracia, mas sim está atrelada ao desenvolvimento objetivo da sociedade capitalista. Seu argumento principal não versa sobre a rapidez do desenvolvimento capitalista, mas sim sobre a marcha de desenvolvimento capitalista, da sociedade capitalista e, em articulação com isso, a própria passagem à ordem socialista (LUXEMBURGO, 1899).

Para Luxemburgo (1899), Edward Bernstein questiona o ponto de partida da transformação socialista ao discordar que uma crise geral levaria a uma nova configuração social. Isso porque o socialismo científico se apoia em três resultados do sistema capitalista: 1. A crescente *anarquia* do sistema capitalista; 2. Crescente socialização dos meios de produção; 3. Crescente poder e consciência de classe do proletariado (LUXEMBURGO, 2011).

De acordo com Rosa Luxemburgo, o que Bernstein defende como meios de implementar o socialismo, apenas atenua as contradições do capitalismo e dão mais condições para seu desenvolvimento, fazendo com que não seja necessária uma transformação.

[...] Significado das manifestações apontadas por Bernstein como meios de adaptação capitalistas: os cartéis os créditos, os meios de transporte aperfeiçoados, a elevação da classe trabalhadora etc. Ao que tudo indica eles atenuam as contradições internas da teoria capitalista, ou, ao menos, as desgastam, impedindo seu desdobramento e acirramento (LUXEMBURGO, 2011, p. 10).

Em decorrência dessa anulação também o segundo pilar é comprometido e se mantém apenas a questão da consciência de classe, entretanto, também essa de forma diferente, pois não se trata de um processo oriundo das contradições do capitalismo, uma vez que essas seriam

atenuadas. Seria, portanto, uma fundamentação socialista por meio do conhecimento puro, o que nas palavras de Rosa Luxemburgo retrata uma simplificação idealista.

Retomando a questão dos meios de adaptação, para Bernstein os meios mais importantes que provocam a adaptação da economia capitalista são: o sistema de crédito, a melhoria dos meios de comunicação e as organizações patronais. O sistema de crédito retrata a expansão das forças produtivas e mediação e facilitação da troca. O crédito industrial: apresenta-se como meio capitalista de superar os limites da propriedade privada e o crédito comercial: acelera o processo de trocas de mercadorias (retorno do capital para a produção). Ele não apenas oferece os meios técnicos, que põe à disposição do capitalista os capitais de outrem, mas ao mesmo tempo estimula-o a uma utilização ousada e imprudente da propriedade alheia, ou seja, a especulação audaciosa. As associações patronais são meios de adaptação identificados por Bernstein e os fenômenos identificados como sintomas dessa adaptação, de acordo com Rosa Luxemburgo, precisam ser remetidos a causas totalmente diferentes.

Rosa Luxemburgo faz o seguinte questionamento: se os meios de adaptação descartam a teoria de colapso do capitalismo qual seria o caminho para a realização da sociedade capitalista? E afirma que sobre isso Bernstein ofereceu em seus escritos apenas uma resposta indicativa, mas houve um aprofundamento dessa questão por outro personagem: Conrad Schmidt¹⁶ que afirmou:

[...]a luta sindicalista e a luta política por reformas sociais” trarão um “controle social cada vez mais amplo sobre as condições de produção” e, pela legislação, “os proprietários de capital serão, por meio da restrição de seus direitos, cada vez mais reduzidos ao papel de administradores” até que, finalmente, “a direção e a administração do empreendimento serão tomadas daquele capitalista fragilizado, que vê sua propriedade tornar-se cada vez menos valiosa para si próprio” e, assim, o empreendimento social será definitivamente introduzido (LUXEMBURGO, 2011, p. 23).

Há elementos mais do que suficientes, nos dias atuais, para considerar que essa afirmação é tão imprópria quanto Rosa Luxemburgo já alertava, pois eles indicam que os meios para instauração do socialismo, nesse sentido, seriam os sindicatos, as reformas sociais e a democratização do Estado. Rosa Luxemburgo discorda de cada uma dessas formas.

Para Bernstein, o segundo pressuposto da instauração gradual do socialismo é a evolução do Estado para a sociedade. Com a vitória da burguesia, o Estado, que atende aos interesses da classe dominante, assume papel fundamental como Estado capitalista. Portanto, a

¹⁶ Schmidt, Conrad (1863-1932): economista e filósofo alemão, autor de obras que serviram de base teórica ao revisionismo.

evolução do Estado capitalista para a sociedade, de acordo com Marx, quando visa à proteção do trabalhador, tem sua primeira intromissão consciente da sociedade em seu processo social de vida. O desenvolvimento capitalista gera ainda outra mudança: o interesse geral só é assumido quando coincide com os interesses da classe dominante, pois quando o desenvolvimento econômico chega a um determinado patamar esses interesses tendem a divergir e, por esse motivo também, é que a tese de Bernstein é posta em questão. Pois, quando essa divergência começa a aparecer é como uma expressão da política alfandegária, colonial e do militarismo (LUXEMBURGO, 2011).

O desenvolvimento da democracia no qual Bernstein também vê o meio de instauração gradual do socialismo, não contradiz, mas pelo contrário, corresponde inteiramente à mudança na essência do Estado descrito acima (LUXEMBURGO, 2011, p. 35).

Rosa Luxemburgo (2011) destaca ainda que as divergências que foram apontadas quanto a essência do Estado capitalista aparecem de forma ainda mais contundente na democracia moderna, pois essa democracia, que serviria para expressar os interesses de toda a sociedade na organização estatal, passa a expressar apenas os interesses capitalistas. Ou seja, a democracia não aparece como um elemento imediatamente socialista, ao contrário, aparece como um meio especificamente capitalista de amadurecer e expressar suas contradições. Por esse motivo é que para ela o desenvolvimento objetivo do Estado, que para Bernstein e Schmidt traria à tona o socialismo, não é pertinente. Mas sim, a teoria bernsteiniana traria como consequência a retirada do piso material do programa socialista, colocando-o em uma base idealista.

Para Rosa Luxemburgo (2011), a maior conquista da classe proletária foi a descoberta de que o ponto de partida para a realização do socialismo são as relações econômicas da sociedade capitalista e, é por meio dessa compreensão, que o socialismo passa de um ideal para uma necessidade histórica. Entretanto, a teoria de Bernstein contesta a existência desses pressupostos.

De acordo com Rosa Luxemburgo (2011), também há um erro no apoio de sua argumentação em dados estatísticos industriais alemães do final do século XIX, pois ele faz confusões teóricas ao argumentar sobre a disseminação da propriedade do capital onde Marx enxergava a superação. Bernstein liga o conceito de capitalista não a uma categoria da produção, mas com o direito de propriedade e não o entende como uma unidade econômica,

mas sim como uma unidade política e fiscal. E também por capital não entende um todo produtivo, mas sim uma simples riqueza financeira.

Para Marx, de acordo com Rosa Luxemburgo (1899), a economia capitalista é um fenômeno histórico, mas Bernstein acredita que a economia capitalista deve ser enfrentada pelo cooperativismo. Há ainda um outro caminho apontado por Bernstein para a realização do socialismo: os sindicatos. Dessa forma, seriam alvejados o lucro industrial (sindicatos) e o lucro comercial (cooperativas). A respeito das cooperativas: elas representam algo híbrido – produção socializada sob troca capitalista:

Na economia capitalista é a troca que domina a produção e, diante da concorrência, torna a exploração desleal, isto é, a dominação total do processo de produção por interesses internos do capital torna-se uma condição para a existência do empreendimento (LUXEMBURGO, 2011, p. 56).

Um dos argumentos apresentados por Rosa Luxemburgo (2011) é que na cooperativa de produção há uma necessidade contraditória para o trabalhador de governar a si mesmo e de desempenhar diante de si o papel de empreendedor. E afirma, contrapondo a Bernstein, que o declínio das cooperativas não está na falta de disciplina do trabalhador, pois a disciplina é o regime natural e absoluto do capital, que os trabalhadores não conseguem pôr em prática contra si próprios (LUXEMBURGO, 2011).

Decorre daí que a cooperativa de produção pode apenas garantir sua existência em meio à economia capitalista quando supera, por meio de um atalho, a contradição oculta entre modo de produção e modo de troca, quando se retiram artificialmente as leis da livre concorrência. Ela apenas consegue isso quando garante, desde o início, um mercado, um círculo permanente de consumidores (LUXEMBURGO, 2011, p. 57).

Luxemburgo busca em Marx (vol. 3 de O Capital) a justificativa de que fábricas e cooperativas reproduzem todas as falhas do sistema capitalista. A sobrevivência das cooperativas em economias capitalistas está relacionada à superação da contradição entre modo de produção e modo de troca – quando se retiram artificialmente as leis de livre concorrência, é possível garantir um círculo permanente de consumidores. E, nesse sentido, elas dependem da existência de associações de consumo. Portanto, as teses de Bernstein dirigem a luta social democrata contra a distribuição capitalista.

Nesse caso, os sindicatos não seriam meios contra a exploração do capital produtivo por não terem condições de garantir aos trabalhadores a influência sobre o processo de produção, a quantidade de produção e ao procedimento técnico (LUXEMBURGO, 2011).

Rosa Luxemburgo já discordava da visão de progresso da democracia em um momento anterior a primeira guerra mundial. Tal concepção foi abordada no debate com Bernstein, em que ela identifica como o pressuposto político mais importante da teoria de Bernstein o desenvolvimento progressivo da democracia, pois para ele as ondas reacionárias no decorrer da história são passageiras.

Assim como os sindicatos e as cooperativas são pontos de apoio econômico, também o pressuposto *político* mais importante da teoria de Bernstein é o desenvolvimento sempre progressivo da *democracia*. As atuais ondas reacionárias para ele são apenas “espasmos”, que considera causais e passageiros, e que não leva em conta na elaboração das diretrizes gerais da luta dos trabalhadores. {Mas não importa o que Bernstein pensa com base nas garantias orais e escritas de seus amigos quanto a durabilidade da reação, e sim quais os nexos objetivos existem entre a democracia e o desenvolvimento social real} (LUXEMBURGO, 2011, p. 61).

É notório o quanto as afirmações de Rosa Luxemburgo (2011) são atuais. Mesmo nesse trabalho, em que ela apresenta uma visão mais ortodoxa, o que não é uma constante de suas produções, e teve papel fundamental para sua atividade junto a social democracia, ela alerta de forma original para a complexidade do conceito de democracia:

Entre desenvolvimento capitalista e a democracia não se pode construir um nexo interno absoluto. A forma política é sempre uma soma de fatores políticos - internos e externos – e admite, em seus domínios, todas as gradações, da monarquia absoluta à república democrática (LUXEMBURGO, 2011, p. 63).

Em contraposição a essa noção progressiva de democracia, Rosa Luxemburgo argumenta que com o desenvolvimento da burguesia a democracia torna-se dispensável, ou seja, ela pode ser retirada sem prejuízo para a ordem vigente. Nesse sentido, o destino da democracia para ela estaria atrelado ao destino dos movimentos operários.

[...] o movimento operário socialista é e pode ser o único suporte da democracia; não que os destinos do movimento socialista estão ligados aos da democracia burguesa, mas inversamente os destinos do desenvolvimento democrático estejam ligados ao movimento socialista; que a democracia não se torna capaz de viver na medida em que a classe operária abandona sua luta emancipatória, mas na medida em que o movimento socialista se torna suficientemente forte para combater as consequências revolucionárias da política mundial e da deserção burguesas [...] (LUXEMBURGO, 2011, p. 66).

Seria possível, portanto, que com o progresso da democracia a revolução proletária se tornaria supérflua? A esse questionamento Rosa Luxemburgo responde com uma diferenciação entre as essências da reforma legal e da revolução social, pois não se tratam apenas de

modificações quantitativas como no caso de uma reforma legal, mas sim de uma reversão qualitativa (LUXEMBURGO, 2011).

Ao final dessa discussão, ela afirma que a democracia “é indispensável, não por tornar supérflua a conquista do poder político por parte do proletariado, mas, inversamente, por tornar a conquista do poder necessária tanto quanto a única possível” (LUXEMBURGO, 1988, p. 73).

A Teoria de Bernstein deixaria de lado *o objetivo final* das lutas socialistas e também levaria à desistência do *movimento*. E esse é um tema importante a que nos dedicaremos nos próximos capítulos. Nesse texto, especificamente, Rosa Luxemburgo (2011) tem em sua produção uma noção de objetivo final das lutas operárias, entretanto é necessário trazer o texto a seu contexto e verificar que, em outro momento, ela revê essa postura, “*por não lhe agradar nem um pouco*”.

A partir dessa reflexão e retomando sua discussão acerca da democracia, há um excerto em que Rosa Luxemburgo (2011) aborda a importância que a democracia tem para o proletariado por oferecer as bases para novas formas políticas:

Se a democracia {como mostramos} se mostrou parcialmente supérflua e em parte um obstáculo para a burguesia, inversamente, para a classe trabalhadora, ela é necessária e indispensável. Primeiro, ela é necessária, pois cria formas políticas (auto-organização, direito de voto e similares) que servirão como pontos de partida e de apoio ao proletariado durante sua remodelagem da sociedade burguesa. Segundo, é indispensável, pois apenas nela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos é que o proletariado pode chegar à consciência de seus interesses e de suas tarefas históricas (LUXEMBURGO, 2011, p. 73).

Portanto, apesar desse texto de Rosa Luxemburgo denotar a inevitabilidade da falência do capitalismo, e questionar de forma exemplar a noção de que a progressão da democracia se daria em direção ao socialismo, ela considera que a forma democrática não é descartável para o proletariado, assim como é para a burguesia, por desempenhar um papel fundamental na aprendizagem, no desenvolvimento político da consciência de classe política e na inspiração para as novas formas de gestão. Aqui já podemos encontrar os indícios de uma argumentação que se encaminha para a concepção segundo a qual a conscientização decorre da própria ação política.

Em “Reforma Social ou Revolução” (2011) nota-se como sua análise é precisa, permitindo que se compreendam os desdobramentos políticos e econômicos do capitalismo. Os sindicatos não se fortaleceram, as cooperativas não são iniciativas revolucionárias e a

democracia permanece ao lado daqueles que tem já detêm o poder político e econômico em nossa sociedade.

Em “*Le coup du marteau de la révolution*” (O golpe de Martelo da Revolução) publicado no periódico francês *Agone*, Michael Löwy (2016) utiliza no título uma expressão de Rosa Luxemburgo presente no clássico *Reforma social ou revolução*, que abordamos acima. Sua intenção é verificar a crítica à democracia burguesa presente no texto de Luxemburgo (1899). Ele identifica tal ensaio como um dos textos fundadores do socialismo revolucionário moderno. Segundo Löwy (2016), trata-se de um uma síntese única entre a paixão revolucionária e a racionalidade discursiva; que mesmo após mais de um século de sua publicação é de uma surpreendente atualidade (LÖWY, 2016).

De acordo com Löwy (2016), esse texto ainda reflete uma Rosa Luxemburgo que acredita na inevitabilidade de uma falência econômica do capitalismo - um fatalismo otimista em suas palavras. No entanto, o que é interessante notar é que ela se dissocia do otimismo fácil da visão de progresso democrático.

Löwy (2016) afirma também que esse texto de Rosa Luxemburgo apresenta uma noção dialética de Estado. Sendo assim, o Estado assume as funções de interesse geral no desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que não faz mais que mensurar o interesse geral de desenvolvimento social, que coincidam com os interesses da classe dominante, pois quando a democracia tende a negar seu caráter de classe, é sacrificada pela burguesia e por sua representação de Estado. Portanto, é na luta pela democracia que há aprendizado dos trabalhadores sobre sua condição.

A universalidade do Estado na democracia burguesa é, então, severamente limitada, o que em uma larga medida nasce, efetivamente, por sua característica de classe. Suas contradições são características de dimensões profundamente antidemocráticas como o militarismo e o colonialismo (LÖWY, 2016). Rosa Luxemburgo (2011) também analisa esses aspectos no anexo deste famoso texto denominado “milícias e militarismo” e em sua discussão sobre o imperialismo presentes em diversos trabalhos.

Em continuidade a essa argumentação é que Rosa Luxemburgo retoma a importância da inventividade do movimento revolucionário, tomando a democracia não apenas como indispensável, por tornar necessária e ao mesmo tempo possível a tomada de poder pelos trabalhadores (LÖWY, 2016).

Rosa Luxemburgo resume aqui a distinção <clássica>, já formulada em *Reforma social ou Revolução?* Entre a forma democrática, a igualdade e a liberdade formais, e

o conteúdo burguês, desigual e liberticida; mas desta vez ela afirma claramente a solução: nem democracia burguesa, nem ditadura de uma elite de revolucionários, mas uma democracia socialista com um conteúdo social novo (LÖWY, 2016, p. 48).

David Muhlmann, autor do livro “*Réconcilier marxisme et démocratie*”¹⁷ (Reconciliar Marxismo e Democracia), em que aborda a obra de Rosa Luxemburgo, precisamente sobre a questão da democracia, dá sua contribuição ao periódico francês *Agone* sobre o tema *Révolution et démocratie – Actualité de Rosa Luxemburg* (Revolução e Democracia – Atualidade de Rosa Luxemburgo) no artigo denominado “*Du contenu de la démocratie socialiste*” (Do conteúdo da democracia socialista)¹⁸.

De acordo com Muhlmann (2016), o conjunto da obra de Rosa Luxemburgo, desde escritos circunstanciais até suas obras fundamentais, conta com traços de uma vigilância extrema quanto à necessidade de impulsionar cada vez mais a demanda democrática, seja na organização do partido, nos métodos de luta ou no desenvolvimento de uma sociedade pós-capitalista.

Portanto, a democracia nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, não aparece apenas como um antídoto. Há uma vigilância frente às formas autoritárias de partido e de governo, uma exigência de democracia é também mobilizada a serviço de um projeto positivo de um socialismo que visaria expandir os direitos e as liberdades públicas. Desse ponto de vista, aparecem as coordenadas de uma teoria da democracia socialista em toda sua complexidade: não apenas a autodeterminação contra a organização do partido, nem a crítica abstrata ao parlamentarismo, mas um pensamento que não separa os meios dos fins da emancipação, e que não se opõe mecanicamente à intervenção política direta das massas às formas de organização populares (MUHLMANN, 2016).

Ao pensar sobre a indissociabilidade entre socialismo e democracia, Muhlmann (2016) retoma o movimento «*Socialisme ou Barbarie*» (Socialismo ou Barbárie), que leva o nome de um dos termos mais famosos de Rosa Luxemburgo, fundado por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort na França pós-primeira guerra, cuja dinâmica conduziu a uma ruptura com o trotskismo. Esse grupo conhecia a tradição marxista cuja ditadura do proletariado assumiria a forma dos conselhos operários. Tal tradição, iniciada pelos alemães *linksradikalen*¹⁹ no período entre

¹⁷ MUHLMANN, D. **Réconcilier marxisme et démocratie**. [S.l.]: Seuil, 2010.

¹⁸ Atualmente, não há uma tradução dos artigos desse periódico. A leitura foi feita em língua original: Francês, por esse motivo, realizamos algumas traduções em citações.

¹⁹ *Linksradikalen*: designa a tendência de esquerda radical.

guerras e a chamada esquerda germano-holandesa (Otto Röhle, Hermann Gorter e, sobretudo, Anton Pannekoek - autor do livro *os conselhos operários*, de 1946).

A ideia principal do grupo tinha relação com a necessidade de tirar lições do fracasso dos regimes bolcheviques, mais radicalmente do que a crítica trotskista sobre a burocratização stalinista. Eles se posicionavam contra a tentativa de construção autoritária do socialismo, que está revolucionando e governando de cima – em termos gerais representaria a recriação do Estado Capitalista, caracterizada pela separação entre quem decide e quem executa. O desafio era reafirmar a dimensão auto emancipadora do socialismo, objetivando que o exercício do controle e a apropriação social dos meios de produção e do Estado seja obra dos trabalhadores.

Muhlmann (2016) afirma que o sucesso nos anos 1960 do tema da autogestão foi apenas a redefinição dessa noção de socialismo como poder pela base, tendo como condição intelectual de reabilitação de uma crítica socialista do Estado como uma forma diferenciada de exercício de poder político.

Rosa Luxemburgo é a figura emblemática e profética da oposição comunista em duas frentes: contra a social-democracia e o aparelho do Estado, e contra a ditadura do partido se instalaria na Rússia bolchevique. Revolucionária marxista e camarada de luta de Lenin, ela nunca se dedicou à crítica burguesa (social democrata) da revolução, mas exigiu que os bolcheviques fossem mais longe no autogoverno da classe trabalhadora, sem tolerar as recusas esquerdistas e a necessidade de uma vanguarda pré-constituída (MUHLMANN, 2016, p. 92).

A obra de Rosa Luxemburgo traça, com rigor e coerência, as coordenadas da alternativa de uma emancipação coletiva por meio da democratização socialista. O escrito em que essa problemática é formulada de maneira precisa é o texto sobre a revolução russa, redigido por Rosa Luxemburgo na prisão, no decorrer do ano de 1918 (MUHLMANN, 2016).

Verificamos, ao longo do estudo realizado sobre a obra de Rosa Luxemburgo, algumas divergências de interpretações. Uma delas é citada por Muhlmann (2016). Para ele, as divergências de interpretações de Rosa Luxemburgo podem ser divididas em duas correntes: (1) a que interpreta suas ideias principais pela via do “*luxemburguismo*” e (2) a que insiste em reconciliar as posições de Rosa Luxemburgo às de Lenin.

A primeira corrente (em particular Daniel Guérin ou Allan Guilherme) defende que Rosa Luxemburgo teria elaborado um modelo de revolução emancipado da vanguarda do partido, em razão do mote de autodeterminação total e da reivindicação de poder exclusivo aos conselhos operários. Essa interpretação de esquerda se esquece da oposição de Rosa ao *linksradikalen* que, precisamente, define esse ponto de vista como de extrema esquerda alemã, assim como a posição de Lenin sobre esse assunto.

Paradoxalmente, os partidários do Luxemburguismo tomam conta, sem objeção, da caricatura que foi feita de Rosa Luxemburgo na época da burocratização stalinista do movimento operário, quando seu voluntarismo democrático foi transfigurado em espontaneidade e utopismo e por se recusarem a reconhecer a importância estratégica do partido de classe na revolução (MUHLMANN, 2016).

Sobre o segundo ponto de vista, Muhlmann (2016) afirma que esse é defendido, principalmente, pela tradição trotskista, em particular Ernest Mandel, pela linha de divisão do campo marxista contemporâneo que se situa precisamente entre Leninismo e stalinismo.

Para essa corrente, Rosa Luxemburgo, mesmo criticando Lenin e os bolcheviques, permanece camarada de luta revolucionária. Se trataria, portanto, de uma crítica interna, ela não teria formulado qualquer apreciação divergente e construtiva, que não se trata de uma proposição de um novo modelo de revolução – nessa teoria, o essencial é salvar Lenin, como se os germes da contrarrevolução stalinista não estivessem presentes durante o período de Lenin. Eles se esquecem também que o próprio Trotsky, que apenas se conciliou taticamente com a corrente Leninista por questões internas de disputas no partido bolchevique, criticou a teoria e as práticas Leninistas de organização revolucionária, descobrindo no autoritarismo do partido os riscos de uma futura hipertrofia do Estado socialista.

Muhlmann (2016) considera, finalmente, que os dois pontos de vista falham ao não remeter Rosa Luxemburgo a um contexto histórico, pois, apesar de viver intensamente o contexto alemão, seu pensamento é profundamente marcado pelos sobressaltos revolucionários de 1905 e 1906 na Rússia.

Os dois pontos de vista contraditórios compartilham o mesmo ponto cego, que, não obstante, constitui o essencial: o fato de que Rosa Luxemburgo elabora a primeira crítica à esquerda (marxista) do bolchevismo. O desafio é, portanto, examinar como as teses de Rosa Luxemburgo constituem a afirmação de um modo específico de emancipação, que torna o socialismo e a democracia, o fim e o meio, inseparáveis, e traça os contornos de um conteúdo do socialismo incompatível com qualquer forma autoritária de governo. O pensamento de Rosa Luxemburgo é o esboço de um modelo de crítica do passado (contrário à gestão bolchevique da revolução) e antecedente diante da confusão, que permanece pregada até hoje nas organizações de transformação social, entre a ditadura do partido e a ditadura do proletariado como classe (autogestão socialista) (MUHLMANN, 2016).

É o que afirma Rosa Luxemburgo, que o socialismo pela base, a organização federal dos conselhos autogestionários constituem uma forma específica à ditadura do proletariado, que dá sentido e conteúdo à ideia de democracia socialista (MUHLMANN, 2016).

Em todo caso, a experiência socialista deve permitir ir o mais longe possível na ruptura com a concentração de poder em um organismo centralizado e separado, para o benefício das coordenações políticas horizontais. Um trabalho de radicalização da democracia contra a reificação política do Estado, em qualquer sorte. O aparelho do estado deve ser quebrado, dissolvido, em eco à maneira que Marx qualificou a Comuna de Paris: um não Estado (MUHLMANN, 2016, p. 103).

O último discurso público de Rosa Luxemburgo, proferido na fundação do partido comunista alemão (liga *Spartakus*): “*Notre programme et la situation politique*” (1918) teve como plano geral abordar os grandes eventos históricos, alguns pontos do programa social democrata alemão (SPD) para afirmar ao final que o programa socialista do proletariado deve emergir sobre novas bases.

Luxemburgo (2011b) destaca inicialmente a revisão feita pelo próprio Marx em referência ao prefácio do manifesto escrito por Marx e Engels para a edição de 1872, que foi copiado na edição de 1894, quando propôs a revisão de alguns pontos do “manifesto do partido comunista” em relação à introdução do socialismo como intermediário ao comunismo.

Assim, Luxemburgo (2011b) incorpora em seu discurso uma referência de Marx em relação à necessidade de revisão de certos pontos do “Manifesto” à luz da experiência de “fevereiro” e da Comuna de Paris²⁰. Principalmente, a Comuna de Paris teria demonstrado que não seria suficiente à classe operária apossar-se da máquina do Estado para fazê-la servir aos seus próprios fins.

Como vocês sabem, o manifesto comunista considera o socialismo, a realização dos objetivos socialistas a tarefa imediata da revolução proletária. Foi a concepção que Marx e Engels defenderam na revolução de 1848 e que consideravam igualmente a base de ação proletária em sentido internacional. Ambos acreditavam então – assim como os dirigentes do movimento proletário- que estava perante a tarefa imediata de introduzir o socialismo; que bastava realizar a revolução política, apoderar-se do poder político estatal para que o socialismo imediatamente se tornasse de carne e osso. Depois, como vocês sabem, os próprios Marx e Engels revisaram totalmente esse ponto de vista (LUXEMBURGO, 2011b, p. 344).

Rosa Luxemburgo segue sua argumentação destacando um trecho do prefácio acima citado para reafirmar que depois da decepção com a Revolução de 1848, Marx e Engels abandonam o ponto de vista visão de que o proletariado era imediatamente, diretamente capaz

²⁰ “A Comuna de Paris foi, simultaneamente, produto de uma crise internacional (a luta pela hegemonia europeia, que culminou na guerra franco-prussiana), de uma crise nacional (a deterioração política do Segundo Império e a crise do regime bonapartista) e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico socialista do proletariado europeu nas décadas precedentes, que confluiu na organização da Internacional Operária (Associação Internacional dos Trabalhadores, ou AIT, fundada em Londres em 1864)” (COGGIOLA, 2011, p. 165)

de realizar o socialismo, e em cada país foram criados partidos socialistas e social democrata, que tomaram pontos de vista diferente.

A revisão do Manifesto, realizada por Marx, foi atravessada por uma polêmica com a publicação de um prefácio escrito por Engels, em 1885, no livro *Lutas de classe na França* (2012), de Karl Marx, após sua morte. Nesse texto, Engels reafirma a via parlamentar por não considerar que a os trabalhadores têm chances de vitória nas ruas, dado o desenvolvimento militar e industrial do capitalismo.

Em seu prefácio à obra de Marx, Engels (2012) aponta que a experiência histórica teria apontado a necessidade de mudança das concepções das condições de luta e do curso dos movimentos revolucionários:

Quando irrompeu a Revolução de Fevereiro, todos nós nos encontrávamos, no que se refere às nossas concepções das condições e do curso dos movimentos revolucionários, sob a influência da experiência histórica, principalmente da ocorrida na França. Com efeito, justamente ela dominara toda a história europeia desde 1789 e dela havia partido agora também o sinal para a revolução geral. Assim, foi óbvio e inevitável que as nossas concepções a respeito da natureza e do curso da revolução “social” proclamada em Paris, em fevereiro de 1848, ou seja, da revolução do proletariado, estivessem fortemente matizadas pelas memórias dos modelos de 1789-1830 (ENGELS, 2012, p. 12).

As derrotas de 1849, para Engels (2012), teriam representado uma lição da história, desmascarando a visão segundo a qual uma revolução iniciada nas ruas com barricadas seria uma ilusão, não apenas demonstrando o equívoco, mas revolucionando principalmente as condições por meio das quais o proletariado deveria lutar. As formas de luta de 1848 seriam antiquadas. As derrotas teriam deixado claro que “o nível do desenvolvimento econômico no continente, naquela época, nem de longe estava maduro para a eliminação da produção capitalista” (ENGELS, 2012, p. 15).

E mais ainda, segundo Engels (2012), isso foi demonstrado pela revolução econômica que após 1848 teria levado a instalação da grande indústria por toda a Europa, evidenciando que o capitalismo teria ainda grande capacidade de expansão. Foram eliminadas as formas de produção intermediárias, provenientes ainda do período da manufatura, gerando uma burguesia e um proletariado específico da grande indústria, deslocando para o primeiro plano do desenvolvimento social que se estendia por toda a Europa. O malogro das Revoluções de 1849, que teria demonstrado a imaturidade das aspirações proletárias daquela época, teria criado, todavia, as condições sob as quais elas teriam de amadurecer, como proletariado industrial e internacional.

A derrota das barricadas de Paris não teria, assim, sepultado as condições sob as quais seria possível a revolução, mas fortalecido o próprio proletariado com um crescimento espantoso dos partidos socialistas: “Em 1871: 102 mil; em 1874: 352 mil; em 1877: 493 mil votos social-democratas” (ENGELS, 2012, p. 18). Isso permitiu que o partido socialista alemão, cada vez mais forte, demonstrasse ao proletariado de todos os países o uso de “suas armas mais afiadas, ensinando-lhes como fazer uso do direito de voto universal” (ENGELS, 2012, p. 18) e, como prossegue Engels (2012), “nas palavras do programa marxista francês, o direito de voto foi por eles *transformé, de moyen de duperie qu’il a été jusqu’ici, en instrument d’émancipation* – transformado de meio de fraude, como foi até agora, em instrumento de emancipação” (ENGELS, 2012, p. 19).

De acordo com Engels (2012), o voto universal na mão das classes trabalhadoras organizadas teria se convertido em uma ferramenta revolucionária:

Durante a campanha eleitoral, ele nos forneceu um meio sem igual para entrar em contato com as massas populares onde elas ainda estão distantes de nós e obrigar todos os partidos a defender-se diante de todo o povo dos nossos ataques às suas opiniões e ações; e, além disso, ele colocou à disposição dos nossos representantes uma tribuna no Parlamento, do alto da qual podiam dirigir a palavra tanto a seus adversários no Parlamento como às massas do lado de fora com muito mais autoridade e liberdade do que quando falam para a imprensa ou em reuniões (ENGELS, 2012, p. 19).

A análise de Engels (2012) aponta para uma mudança radical nas condições de luta que teriam tornado a luta de rua com barricadas totalmente ultrapassadas. Esse uso bem-sucedido do direito de voto universal efetivou um modo de luta bem novo do proletariado e ele foi rapidamente aprimorado.

O proletariado descobriu que as instituições do Estado, nas quais se organiza o domínio da burguesia, admitem ainda outros manuseios com os quais a classe trabalhadora pode combatê-las. Ele participou das eleições para as assembleias estaduais, para os conselhos comunais, para as cortes profissionais, disputando com a burguesia cada posto em cuja ocupação uma parcela suficiente do proletariado tinha direito à manifestação. E assim ocorreu que a burguesia e o governo passaram a temer mais a ação legal que a ilegal do partido dos trabalhadores, a temer mais os sucessos da eleição que os da rebelião (ENGELS, 2012, p. 19).

No entanto, Rosa Luxemburgo (1918) argumenta que tal escrito foi feito sob a pressão da tendência parlamentar da social democracia alemã para salvar o movimento dos operários de desvios anarquistas. E que as afirmações de Engels tiveram consequências como a consideração da via parlamentar como a antítese de ação revolucionária direta do proletariado e quase como o único meio da luta de classes (LUXEMBURGO, 2011b).

Para derrotar os elementos radicais na teoria e submetê-los na prática, para que nas autoridades de nossos grandes mestres as massas deixassem de prestar-lhes atenção, Babel e camaradas forçaram Engels, que vivia no exterior e devia confiar em suas afirmações, a redigir esse prefácio, uma vez que segundo eles era absolutamente necessário salvar o movimento operário alemão de desvios anarquistas (LUXEMBURGO, 2011b, p. 349).

Essa experiência culminou, em 4 de agosto de 1914, na aprovação dos créditos de guerra com apoio da social democracia alemã²¹. De acordo com Rosa Luxemburgo (2011b) se Engels e Marx estivessem vivos seriam os primeiros a protestar contra a via parlamentarista pura e simples:

Mas Engels morreu no mesmo ano em que escreveu o seu prefácio. Nós o perdemos em 1895, desde então, infelizmente, a direção teórica passou das mãos de Engels a um Kautsky e assistimos ao seguinte fenômeno: todo protesto contra o parlamentarismo puro e simples, o protesto vindo da esquerda a cada congresso do partido, sustentado por um grupo maior ou menor de camaradas em luta encarniçada contra a corrupção cujas funestas consequências deveriam aparecer a cada um, todos esses pretextos foram taxados de anarquismo, anarco socialismo, ou, no mínimo, de antimarxismo (LUXEMBURGO, 2011b, p. 350).

Mais adiante, ela reafirma a importância da manutenção da estrutura de conselhos criada pelos próprios trabalhadores:

É justamente nisso que consiste o vínculo que unifica internacionalmente a nossa ação, é a palavra-chave que separa fundamentalmente nossa revolução de todas as revoluções burguesas anteriores; é bem característico das contradições dialéticas em que esta revolução se move, aliás como em todas as revoluções, que em 9 de novembro, quando deu seu primeiro grito, seu grito de nascimento por assim dizer, ela tenha encontrado a fórmula que nos conduzirá ao socialismo: o conselho de trabalhadores e soldados (LUXEMBURGO, 2011b, p. 354).

A forma de atuação que assumiu o conselho de trabalhadores e soldados consolidou algumas noções que Rosa Luxemburgo já apresentara em outros momentos, principalmente, a

²¹ Até 1914, o SPD crescera de tal forma que nas eleições de 1912, chegou a cerca de 4,3 milhões de votos, 34,8% do total de eleitores elegendo a maior bancada do parlamento com 110 deputados. Em 1914, às vésperas da guerra, “o SPD tinha pouco mais de 1 milhão de filiados, 30 mil quadros profissionalizados, 10 mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais, movimentos de juventude e a principal central sindical. A confederação geral dos trabalhadores alemães, sob sua direção, tinha 3 milhões de filiados (COGGIOLA, 2011, p. 14). Em quatro de agosto de 1914, contrariando as posições oficiais do partido, a direção do SPD, entre eles Kautsky, apoiou a guerra, considerando-a defensiva, votando no Parlamento a favor dos créditos de guerra, recursos solicitados pelo Kaiser para investimento militar. A posição provocou a divisão do partido que culminou com o afastamento de inúmeros de seus membros, entre eles Luxemburgo e Liebknecht.

que nos interessa mais neste trabalho, que a educação política dos trabalhadores se consolida quando eles passam à ação:

Felizmente, foi-se o tempo em que se tratava de ensinar o socialismo ao proletariado. Para os marxistas da escola de Kautsky esse tempo parece não ter acabado. Educar as massas proletárias de maneira socialista significa: fazer-lhes conferência, distribuir panfletos e brochuras. Não, a escola socialista do proletariado não precisa de nada disso. Eles são educados quando passam à ação (“Muito bem!”). No princípio era ação, é aqui a divisa, e a ação consiste em que os Conselhos de Trabalhadores e Soldados se sentem chamados o único poder em todo o Reich e aprendem a sê-lo (LUXEMBURGO, 2011b, p. 369).

Em suas últimas publicações entre os dias 7 e 13 de janeiro de 1919, poucos dias antes de ser assassinada, Rosa Luxemburgo retoma à questão da relação entre dirigentes e trabalhadores em pelo menos três textos: “*O que fazem os dirigentes?*” (1919); “*Deveres não cumpridos*” (1919) e “*O fracasso dos dirigentes*”. Luxemburgo aborda novamente a questão da falha dos líderes perante à demanda das massas. Essa última parte da produção de Rosa Luxemburgo é dedicada ao período de tomada do poder da social democracia alemã e as críticas aos dirigentes.

Bens Lewis (2016), no artigo denominado *Rosa Luxemburg et la république* (Rosa Luxemburgo e a República), analisa a visão de democracia de Rosa Luxemburgo em seus últimos dias utilizando dois materiais: 1) “O que quer a liga Spartakus?”, programa do jovem partido comunista alemão (KPD); 2) “Nosso programa e a situação política” – discurso de Rosa Luxemburgo na fundação do KPD.

Ele escolhe esses textos por considerar que, durante esse período, o ponto de partida estratégico de Rosa Luxemburgo, situa-se na continuidade de uma tradição democrática, revolucionária-republicana do marxismo que ela visa defender contra as tendências oportunistas no interior do movimento dos trabalhadores da época (LEWIS, 2016).

Assim como Muhlmann (2016), Lewis (2016) considera que há equívoco na interpretação sobre o que seria a ditadura do proletariado de acordo com Marx e Engels por parte de marxistas e antimarxistas²². E que Rosa Luxemburgo seria a única marxista de seu tempo a empregá-lo sistematicamente de acordo com o que entendiam Marx e Engels.

Enquanto Draper argumenta que muito poucos marxistas parecem ter o que Marx e Engels queriam dizer com a ditadura do proletariado, pode-se dizer, do mesmo modo, que existe uma tradição republicana democrática no marxismo que foi em grande parte

²² Fonte utilizada por Lewis (2016): DRAPER, H. The "Dictatorship of proletariat": From Marx To Lenin. *Monthly Review Press*, Nova York, 1987.

esquecida / desnaturada, se não for deliberadamente enterrado, na segunda internacional. A imprecisão sobre a forma de governo republicano-democrático alvejado pela social-democracia facilitou a confusão dentro de suas fileiras e talvez até tenha criado um terreno mais favorável para a ascensão e disseminação do oportunismo [...] (LEWIS, 2016, p. 87).

Em debate com reformistas da ala hegemônica do SPD Alemão, Rosa Luxemburgo adota um discurso mais ortodoxo em sua produção intelectual. Mesmo que tempos depois ela demonstre insatisfação com essa posição, *Reforma e Revolução* (2011) contribui de forma original ao debate sobre a concepção de democracia como indispensável para a aprendizagem política e para forjar novas formas de gestão. Abaixo analisaremos outras concepções de Rosa Luxemburgo que são igualmente importantes para a compreensão de seu pensamento.

3.2 Os Conselhos, Ação Política e o Espaço Público

A centralidade da análise de Rosa Luxemburgo sobre os conselhos, tanto o Conselho de Operários e Soldados (COS) como os *soviets*²³, adquire grande importância para aqueles que buscam compreender e estudar seu pensamento. Tal destaque se dá pelo fato de ser, por meio dessa estrutura, desenhada de forma espontânea no curso dos respectivos movimentos operários, que ela discutirá a outra faceta fundamental de sua obra: a formação da consciência revolucionária por meio da *práxis* política.

A educação política se realizaria como prática nos conselhos operários e é por esse motivo que a vanguarda intelectual do partido para ela tem seu sentido esvaziado. Tal crítica foi feita mesmo antes das experiências dos conselhos mencionados acima. O questionamento posto sobre as táticas empregadas para uma revolução social em um contexto de regime absolutista já estava presente, em 1904, em “*Questões de organização da social democracia russa*”. Ela identifica como centralizadora a tática bolchevique de propaganda, objetivando uma ação política de massas, e critica o que considera em excesso nessas táticas - a propaganda e o centralismo:

[...] O livro em questão do camarada Lenin, um dos mais destacados dirigentes e militantes do *Iskra*, em sua campanha preparatória antes do congresso russo, é a exposição sistemática do ponto de vista da tendência *ultracentrista* do partido russo.

²³Os *soviets* surgiram de forma espontânea e semiespontânea durante a Revolução Russa, em 1905, e tinham como base a democracia direta. O início dessa forma de atuação política se deu a partir dos comitês de greve, que se ampliaram, assumindo características de um órgão democrático, amplo e flexível. Sua estrutura era horizontal. Os delegados soviéticos de operários, camponeses e soldados eram eleitos com base em regras que variavam de acordo com as necessidades da população local (ROTOLO, 2008).

A concepção que aqui se expressa de maneira penetrante e exaustiva é a de um implacável centralismo (LUXEMBURGO, 2011k, p. 154).

Retomando a questão dos conselhos com a experiência dos *soviets*, nota-se que a estrutura apresentava um esquema de luta que até aquele momento nunca fora empreendido: uma organização proletária que representava um contraponto ao centralismo e reforçava a perspectiva de que a consciência revolucionária era formada principalmente no interior da luta em uma situação revolucionária, do que com uma educação rígida e formal de conscientização por um partido.

Rotolo (2008) afirma que os conselhos operários foram manifestações que surgiram no calor da revolução como, por exemplo: nas sociedades populares na Revolução Francesa; a Comuna de Paris (1871); os *soviets* (1905) e o Conselho de Operários e Soldados (1917). Há, nesses modelos de gestão, uma tentativa de realizar uma ação que se apresenta como uma alternativa ao controle do poder instituído na época, modificando radicalmente sua forma. Segundo Arendt (1987),

Naturalmente, seu primeiro contato com a revolução real ensinou-lhe mais e melhores coisas do que a desilusão e as refinadas artes do desdém e da desconfiança. Daí decorreu sua percepção sobre a natureza da ação política, que o Sr. Nettl considera corretamente como sua mais importante contribuição para a teoria política. O ponto principal é que ela aprendera com o conselho de operários revolucionários (os posteriores soviets) que “a boa organização não precede a ação, mas é seu produto [...]” (ARENDDT, 1987, p. 53).

O conselho constituiria, nesse sentido, um espaço do exercício da liberdade humana, como uma forma de realização do espaço público de maneira autônoma. Destaca-se por se constituir como um meio de aprendizagem política na prática, vivenciada pela experiência de participação direta no conselho. Para Rosa Luxemburgo seria impossível que se realize a democracia nos conselhos sem a liberdade de pensamento, pois sua função fundamentalmente democrática seria distorcida. Portanto, a crítica à disciplina do partido, um dos elementos de sua polêmica com Lenin, oferece elementos para demarcar sua posição.

A disciplina que Lenin tem em vista não é, de forma alguma, inculcada no proletariado apenas pela fábrica, mas também pela *caserna* e pelo moderno burocratismo, numa palavra, por todo o mecanismo do Estado burguês centralizado. É apenas fazer mal uso da palavra de ordem designar igualmente por “disciplina” dois conceitos tão opostos quanto a ausência de vontade e de pensamento numa massa de carne de muitas pernas e braços, que executa movimentos mecânicos de acordo com uma batuta, e a coordenação voluntária de ações políticas conscientes de uma camada social, dois conceitos tão opostos quanto a cadavérica [*kadavergehorsam*] de uma classe dominada e a rebelião organizada de uma classe, combatendo pela sua libertação (LUXEMBURGO, 2011k, p. 159).

Outro exemplo destacado por Luxemburgo, no decorrer de sua produção teórica, refere-se ao caso da Alemanha - o COS (Conselhos de Operários e Soldados), produto da ação espontânea das massas, representariam para Rosa Luxemburgo um meio para se chegar ao socialismo, naquele momento, desde que fossem adotadas algumas medidas²⁴, quais sejam: o confisco da propriedade dos nobres e da propriedade fundiária; a aniquilação dos antigos órgãos administrativos, jurídicos e do exército e exercício do poder político pelos COS. As medidas propostas por Luxemburgo não chegaram a se concretizar, porque grande número dos membros concebiam os conselhos apenas como instrumentos transitórios (LOUREIRO, 2004).

Há com certeza uma desculpa puramente liberal para a atual paz de cenário na Alemanha: ela seria apenas uma renúncia “provisória” enquanto durasse a guerra. Mas um povo politicamente maduro não pode renunciar temporariamente aos direitos políticos e a vida pública, assim como um ser vivo não pode “renunciar” a respirar. Um povo que, por sua atitude, admite que durante a guerra o estado de sítio é necessário, admitiu assim que a liberdade política é, em geral, supérflua (LUXEMBURGO, 2011, p. 159).

A experiência de novas formas de organização, segundo Rosa Luxemburgo, exige a manutenção da ordem democrática, e sua concepção de democracia consiste, justamente, na afirmação do caráter público da ação política. Por esse motivo, as experiências dos conselhos, em momentos revolucionários representavam, para ela, uma alternativa coerente e à esquerda, de natureza diferente das proposições dos socialistas de sua época. As características apresentadas por esses órgãos, como, por exemplo, a existência de fóruns permanentes, a personificação de um novo poder, o espaço de exercício da liberdade humana, a articulação entre indivíduo e coletividade, caracterizariam a constituição de um espaço efetivamente público (ROTOLO, 2008).

Em seus últimos meses de vida, no final de 1918, Rosa Luxemburgo escreveu em “O que quer a liga *spartakus*²⁵” sobre a necessidade dos conselhos constituírem o legítimo órgão de efetivação da revolução, assumindo funções legislativas e executivas, desde que estabelecidos parâmetros adequados²⁶. O caráter público e democrático dos conselhos lhes garantiria as condições necessárias para assumirem as funções legislativas e executivas,

²⁴ Entretanto, essa não foi a opção adotada pela social democracia alemã recém-chegada ao poder (ROTOLO, 2008).

²⁵ A liga Spartakus foi uma organização revolucionária constituída, em 1914, por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, entre outros para organização de conselhos operários. A Liga organizava greves e promovia propaganda revolucionária de tendência marxista. A organização é extinta por meio do assassinato de seus líderes pelas *Freikorps* organizações paramilitares que estão na origem do partido nazista.

²⁶ Ela se refere, especificamente, ao caso da Alemanha em *O que quer a liga spartakus?*

constituindo-se, nesse processo, uma ferramenta de ação e educação política e uma experiência de liberdade.

É importante que se destaque que os conselhos, tal como Luxemburgo idealizara, eram formados por trabalhadores de diferentes segmentos e tinham como objetivo não apenas organizar de forma democrática e horizontal a luta política dos trabalhadores, mas, também, assumir a tarefa que antes competia ao Estado, isto é, de órgão gestor revolucionário. Nascidos nos movimentos de base dos trabalhadores, os conselhos deveriam preservar sua condição de gestores políticos durante todo o processo de ascensão e tomada do poder pela classe trabalhadora. Essa concepção constituiu uma ruptura com todas as formas de organização revolucionária propostas anteriormente.

A concepção de conselhos, tal como proposta por Luxemburgo (2011k), proporciona uma reflexão que pode ser estendida para além dos conselhos operários, uma vez que seriam órgãos de democratização do espaço público e de gestão participativa, precisamente como foram propostos inicialmente os conselhos populares das décadas de 1970 e 1980 no Brasil, que levaram à criação dos atuais conselhos escolares.

No estudo aqui proposto, pretende-se avançar na análise conceitual e considerar as implicações das propostas de Luxemburgo à luz da filosofia política, aprofundando o entendimento das concepções de experiência política, democracia participativa e autogestão.

3.3 Os conselhos em Rosa Luxemburgo e em Hannah Arendt

Ruggero D’Alessandro, cientista político e jurista italiano, apresenta uma interessante discussão a respeito de pontos de convergência entre as perspectivas políticas sobre os conselhos em Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt. Tal obra, intitulada: “*A comunidade possível: a democracia de conselhos de acordo com Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt*”²⁷ foi importante para o desenvolvimento desta pesquisa por auxiliar a compreensão de temas que são, de fato, pertinentes às duas autoras que inspiraram seu livro. Com base nas elaborações teóricas sobre conselhos, espaço público e ação política, pertinentes a ambas, o autor aborda quatro experiências históricas de conselhos. Destaca também que a reflexão de Rosa Luxemburgo sobre os conselhos (1917-1918), traz, ainda hoje, inúmeros aspectos atuais.

²⁷ O livro ainda não está disponível em Português, toda a tradução presente neste trabalho foi de nossa autoria e a partir da edição em francês: “*La communauté possible: la démocratie des conseils d’après Rosa Luxemburg e Hannah Arendt.*”

As duas filósofas²⁸ se nutrem da liberdade, da preocupação com o destino da humanidade, do desejo de ver nascer uma comunidade que possa decidir por si mesma, sem intermediários ou oportunistas²⁹. Os traços da personalidade, o fato de as duas pertencerem a famílias judias e de lutarem pela liberdade, mesmo antes de momentos auge da luta de direito das mulheres (no cenário europeu: décadas de 1950 e 1960, teóricas de Simone de Beauvoir a Betty Friedan e as lutas da década de 1970), também são destacadas por D'Alessandro, que não deixa de lado a influência de Rosa Luxemburgo sobre Hannah Arendt, tratada de forma mais completa pela biógrafa Young-Bruehl (1997), que ressalta a admiração de Martha Arendt, mãe de Hannah Arendt, pela revolucionária polonesa.

Destaca-se aqui que para Rosa Luxemburgo a rigidez do partido, o risco do fetichismo burocrata, a ditadura não do proletariado, mas sobre o povo, podem e devem ser tratados, atenuados, reequilibrados pelos *soviets*, quando analisa os desdobramentos da Revolução Russa em 1917. Paralelamente, para Hannah Arendt, a política como engajamento etimológico – no sentido grego de *pólis* – pode tornar-se um órgão autêntico de comunicação livre, de equiparação entre os desejos, necessidades fundamentais e básicas, que animam o espaço comum (público, comunitário), verdadeiro coração da política (D'ALESSANDRO, 2016).

Baseado nessa noção, D'Alessandro (2016) busca analisar e refletir sobre as experiências dos conselhos, essa forma de governo popular, que no decorrer do século XX, na Europa, vigoraram por breves momentos. Tais temas, de acordo com o autor, receberam as mais renomadas análises, precisamente, de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt: 1) os *soviets* na Revolução Russa em 1917; 2) Os Conselhos da Baviera, Hungria, e Itália do norte nos anos 1919 e 1920; 3) a invasão da Hungria em 1956 e a “enésima” supressão dos conselhos; 4) as diferentes formas empregadas pelo movimento estudantil.

As duas pensadoras, que protagonizam o livro de D'Alessandro, viveram tempos diferentes e ele está atento a essa questão ao destacar que, até por esse óbvio motivo da época histórica em que cada uma delas viveu, quem teve a possibilidade de vivenciar e se ater sobre

²⁸ O termo filósofa foi inspirado na recente publicação organizada por Juliana Pacheco, “*Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*”, que reúne artigos sobre essa temática, buscando resgatar o pensamento de autoras desde a Grécia antiga e conta com seções dedicadas ao pensamento de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt.

²⁹ A escolha de tradução da palavra *profiteurs* se deu em decorrência do contexto, pois a tradução literal seria aproveitadores. “*Les deux peuvent dire s'être nourries de la liberté, du soin pour les fortune de l'humanité, le désir de voir naître une communauté qui puisse décider pour soi-même, sans intermédiaires ni profiteurs*”

os desdobramentos dessa longa e intensa história da Revolução Russa, já transformada em U.R.S.S.³⁰ e sustentada por um partido monolítico, foi Hannah Arendt.

Em uma época de globalização agressiva como a atual, diante da crise dos partidos e sindicatos, recuo da democracia representativa e sua crescente rigidez, assim como a ditadura da economia sobre a sociedade e a cultura, reler a experiência global dos conselhos através das lentes de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt constitui uma parte preciosa na reflexão sempre urgente sobre novas formas de intervenção para assegurar o direito de todos – a partir daqueles elementares, à liberdade, à igualdade na diversidade, ao trabalho, à saúde, à proteção do meio ambiente (D’ALESSANDRO, 2016, p. 12).

A espontaneidade, um dos últimos elementos abordados por Rosa Luxemburgo, é um dos maiores responsáveis pela admiração que ela continua a exercer. Por esse motivo, sua análise sobre os conselhos se configura como inovadora para a teoria marxista e como um dos elementos que entonam sua análise sobre a Revolução Russa. Sua aposta, como dissemos anteriormente, é nessa organização e não na organização das massas via partido político, ou seja, pela via representativa. Experiência que também não foi instituída pelo Estado, apesar de sua absorção e vigor, mesmo que de forma distorcida, até os dias atuais.

Portanto, é no início dessa organização que está o germen de uma organização proletária revolucionária. Voltar aos seus escritos nos dá a noção desse posicionamento para que possamos analisar os movimentos populares recentes por esse prisma, pois nos deparamos novamente com uma pauta em escala mundial que ameaça a democracia representativa e, por consequência, a organização política partidária.

Se é uma questão de uma era que se desenvolve através de rede e estratificação de muitos elementos, é igualmente verdade que a eclosão dos jovens na qualidade de sujeito extraparlamentar político, pacifista, não-violenta ou não, possui realmente a característica espontaneidade que que certamente também são encontrados nos escritos e na figura de Rosa (D’ALESSANDRO, 2016, p. 14).

A crítica certa de Rosa Luxemburgo, assim que seu pensamento se desenvolve e adquire a originalidade absoluta, gira contra o fetiche da organização do partido (SPD em particular e a 2ª Internacional em geral) nutrido por uma rica série de aspectos originais e

³⁰ Há alguns trabalhos que buscam discutir a crítica de Hannah Arendt à Karl Marx em relação à *condição humana*. O debate gira em torno do conceito de trabalho em Marx e se a interpretação dada por Arendt seria pertinente ou não. Alguns estudiosos defendem que ela ignora a noção de dialética e o conceito de *práxis*, mas não é o caso de Ruggero d’Alessandro, como veremos no decorrer deste texto. Há também alguns estudiosos de Rosa Luxemburgo que rejeitam a aproximação entre as duas pensadoras, inspirados nesse debate ou ainda na discordância da interpretação de Hannah Arendt sobre Rosa Luxemburgo presente em seu livro “*Homens em tempos sombrios*”. Neste trabalho, retomaremos esse debate em alguns momentos com a intenção de destacar que há algumas divergências nas interpretações mencionadas.

constitui um dos pilares em que, a partir das experiências da Revolução Russa de 1905, a pensadora polonesa irá desenvolver a sua própria reflexão (D'ALESSANDRO, 2016).

Outro aspecto bastante interessante desenvolvido por Rosa Luxemburgo, nesse campo - em que teoria e *práxis* interagem de forma exemplar, é a coesão dialética que se estabelece entre a espontaneidade e a consciência. Portanto, é sobre os dois elementos que, longe de serem diferentes, vivem em uma interação dialética, que Rosa Luxemburgo desenvolve seu pensamento. É no decorrer da luta que o proletariado toma conhecimento dos deveres relacionados à luta. Nesse sentido, ela fala de uma vanguarda consciente em um estado contínuo de "tornar-se" <<*devenir*>>.

Vemos, em D'Alessandro (2016), um retrato de Rosa Luxemburgo como intelectual e não apenas o destaque a seu papel de militante. Considera, ao estudar seus escritos, principalmente aqueles redigidos a partir dos anos de 1910, que afirma ser fase madura do seu pensamento, desenvolve-se durante o notório desgaste com o partido social democrata alemão e a contestação de seu papel em um contexto revolucionário, bem como a relação deste com as massas. A questão que é debatida desde o início de suas publicações, em diferentes contextos, e que antecipa a crise que a democracia representativa enfrenta em meados do século XX emerge, justamente, de seu trabalho como intelectual e militante.

Nesse sentido, há três questões que ao mesmo tempo integram sua obra e possibilitam a compreensão das críticas desenvolvidas por Luxemburgo ao longo de sua obra: 1) A evolução de sua teoria política e a descoberta do papel dos conselhos; 2) Os eventos históricos que sucederam a revolução de 1905 e a de 1917, bem como a guerra de 1914 a 1918; os créditos de guerra votados por seu partido, contando apenas com a exceção Karl Liebknecht à revolução em Baviera, Berlim e em outros *länder* de uma Alemanha doravante republicana; 3) A sincera fidelidade ao partido que cede lugar à exigência de integrar o instrumento do partido com os russos e a *räte du*³¹ bávaros e berlinenses.

Mesmo em momentos anteriores a 1910, por exemplo, quando ela escreve sobre a greve de massas, Luxemburgo já demonstra um radicalismo maior e que será desenvolvido posteriormente a partir de seu conceito de imperialismo. Acrescentando-se a esses elementos a polêmica com Lenin, Luxemburgo adverte para a necessidade de uma vigorosa luta de classes. No caso de seus debates dentro do SPD alemão, ela abala todos os limites que a dirigente polonesa identifica: o conservadorismo, a desconfiança das massas, o medo de espontaneidade e a base do nacionalismo, que se materializará na votação dos créditos de guerra. Em 1910, ela

³¹ *Räte du*: conselhos (alemão).

se manifesta, pela primeira vez, contra a direção do partido. Entretanto, mesmo em sua famosa polêmica com Bernstein³², ela já defendia a ação das massas ao lado das iniciativas parlamentares (D'ALESSANDRO, 2016).

Os pontos de maior proximidade teórica entre Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt são, segundo D'Alessandro (2016): a espontaneidade, a recusa ao sectarismo e a falta de debate interior com a presunção de autoridade indiscutível dos líderes, assim como das decisões impostas somente à base do partido. Portanto, de acordo com essa perspectiva, os conselhos aparecem como reflexão em uma teoria que tenta mudar a realidade de forma profunda, a partir de baixo.

Se nos aproximarmos ainda mais do conceito de política formulado por Hannah Arendt, nota-se uma similaridade ainda maior. Resumidamente, a política, para ela, caracteriza-se como um espaço em que a liberdade é fundamental para se defender do inimigo e para explorar todas as possibilidades; a ação política nasce da vida cotidiana, concreta; é um espaço público em que as liberdades e valores devem ser partilhados por todos; sua dimensão central é, portanto, representada pela participação comum a todas as dimensões políticas; também há necessidade da reivindicação por autonomia. Entretanto, é, precisamente nesse aspecto, que a análise de Arendt se difere da escola de pensamento marxista. Há ainda outro aspecto que marca uma ruptura entre as duas autoras – a necessidade da revolução, pois para Hannah Arendt é necessário que as instituições tenham estabilidade.

O espaço público é caracterizado primeiro - *omen nomen* – pela publicidade (*publicité*). E <o fazer público> por definição é apenas política: basta pensar em duas etimologias mais evocativas, a antiga *polis* grega e a latina *res publica*. Fazer, tratar, pensar, mudar a política entende-se o agrupamento de reflexões, palavras, ações (D'ALESSANDRO, 2016, p. 73).

Se, assim como Rosa Luxemburgo, compreendermos a revolução como uma transformação social que emerge dos momentos de luta e transforma todas as relações, dando origem a uma nova forma de interação política e, por consequência de uma nova sociedade, para *habitar o espaço público*³³ e construir o novo, é necessário abordar um elemento que se caracterize como prático, subjetivo, coletivo e moral: a ação. Para Hannah Arendt, o agir é

A capacidade de falar sobre política, pensamento, sociedade, história ou qualquer outro tópico sempre falando e, em todo caso, sobre a vida vivida. A dimensão do

³² Uma das polêmicas mais conhecidas que Rosa Luxemburgo participou foi combater as teses revisionistas de Eduard Bernstein em *Reforma ou Revolução* de 1899 (LOUREIRO, 2004).

³³ Termo utilizado por Ruggero D'Alessandro.

cotidiano tende à repetição, portanto, a uma condição que Hegel chamaria alienante (D'ALESSANDRO, 2016, p. 79).

A problemática que trata dos conselhos, a autodeterminação e autoeducação de sujeitos políticos, decisões em assembleia, é um dos eixos de discussão da teoria política que, além dos grandes clássicos, aparece em Rosa Luxemburgo, bem como em Gramsci e será retomado por Hannah Arendt, quando ela volta sua análise para os primeiros *soviets* não bolcheviques nos conselhos de operários e camponeses alemães em 1918, na Revolução Húngara (1956) e mesmo em 1968, nas universidades estadunidenses e europeias (D'Alessandro, 2016).

Sobre as mudanças e movimentos mais recentes, no exemplo europeu e estadunidense, é notório que, desde as últimas lutas do final dos anos mil novecentos e setenta, há um novo internacionalismo que tomou o lugar daquele protagonizado por trabalhadores, estudantes, desempregados, intelectuais, marginalizados: é uma espécie de "internacionalismo de capital", lançado para a globalização. Nos anos 1990, um falso bem-estar, contando com crise definitiva da esquerda, da retomada do estado de direito (Reagan e Thatcher na liderança), ainda dependendo de uma década sobre os armamentos restantes da Guerra Fria. Portanto, entre 1989, do final dos regimes do socialismo real na Europa Oriental a 1991 com a queda na URSS, chegamos à decolagem triunfante da globalização na escala agora global (D'ALESSANDRO, 2016).

A questão central nesse livro de D'Alessandro (2016) e que também ecoa nesta pesquisa é se podemos falar de uma herança do modelo de conselhos para o presente e sobretudo para o futuro. Para o autor, apenas a consciência do concreto exige e a possibilidade de pequenos/grandes passos sobre a vida de uma sociedade e uma economia, finalmente, à medida do homem. Quanto aos conselhos, as reflexões de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt contribuem decisivamente para uma nova teoria política que tem grande valia para a *práxis* social. Indubitavelmente, duas importantes mulheres de grande coragem e consistência.

3.4 Rosa Luxemburgo e Movimentos Anarquistas Contemporâneos

Ao longo dessa exposição sobre os elementos que são considerados fundamentais para a compreensão da obra de Rosa Luxemburgo, quais sejam: as concepções de democracia, autonomia, autogoverno e espontaneidade das massas, a crítica à burocracia e seu entendimento acerca da história e, considerando também que suas elaborações teóricas se desenvolveram juntamente à sua prática militante, é possível constatar o quanto suas teorizações são atuais ao

ressaltarem a importância da educação política das massas na prática de luta no curso do movimento operário daquela época.

Na obra de Rosa Luxemburgo é possível notar uma proximidade de suas teorizações com as ideias anarquistas, mesmo que ela, ao longo de sua trajetória, tenha se preocupado em não se definir nessa corrente, inclusive, fazendo diversas críticas a Bakunin³⁴. A seguir, serão comentadas algumas questões sobre o significado de anarquismo e teoria política anarquista contemporânea com a finalidade de discutir a atualidade de suas perspectivas e os possíveis pontos de interlocução.

Segundo Herreros (1978), existe uma gama variada e contraditória de conteúdos que têm sido associados com o termo 'anarquismo'. Os significados de anarquismo podem apresentar-se, entre outros, como otimismo racional, desordem, propaganda pela ação, terrorismo, individualismo, antiestatismo, antiautoritarismo, socialismo, apoliticismo, revolução. Esses elementos, entretanto, se caracterizariam por um senso comum, carecendo de entendimento sobre o conteúdo e significado do pensamento anarquista.

Herreros (1978) considera que o esclarecimento da concepção de anarquismo exigiria uma análise em dois níveis que se encontrariam entrelaçados: o anarquismo como conceito abstrato, especulativo e acadêmico de um lado e o anarquismo como movimento social, concreto e prático, de outro.

Filosoficamente, o anarquismo é geralmente considerado como uma atitude filosófica de caráter humanista que proclama a dignidade e liberdade do homem e se caracteriza por dois elementos básicos: o libertário e federalista, que podem levar ao antiautoritarismo e ao anticentralismo. O princípio libertário seria aquele mais característico do anarquismo e não deve, para Herreros (1978), ser confundido com um individualismo radical, porque diferentemente do individualismo que coloca a liberdade como ponto de partida, o princípio libertário coloca a liberdade humana como meta (HERREROS, 1978).

De acordo com Herreros (1978), teria sido com Proudhon que o pensamento anarquista teria atingido a maturidade, transformando-se em um programa de revolução social ao enfatizar, na Primeira Internacional, a ideia anarquista como ação social. De concepção abstrata e controversa, o anarquismo tornou-se um programa de ação, de reivindicação e revolução social da classe trabalhadora (HERREROS, 1978).

Apresenta-se, segundo Herreros (1978), depois de Proudhon, um anarquismo como movimento social que acrescenta dois novos elementos ao anarquismo filosófico: o caráter

³⁴ Ver em Rosa Luxemburg “*A questão nacional e a autonomia*” sobre federalismo.

igualitário e revolucionário. Colocado a serviço do socialismo e do movimento operário, o anarquismo passou a focar a socialização dos instrumentos de produção e o método de ação ou tática a ser seguido para alcançá-lo. Foi em relação ao método de ação que se apresentaram as principais divergências entre os anarquistas.

Proudhon e Bakunin argumentaram que a classe trabalhadora, na fase preparatória da revolução, deveria recorrer aos sindicatos. Kropotkin e Malatesta defenderam, por sua vez, a formação de vários pequenos grupos de trabalhadores e intelectuais anarquistas para incutir nos trabalhadores o espírito revolucionário. Uma terceira opção espanhola, sob influência das ideias revolucionárias bolcheviques, defendia que o sucesso da revolução social estaria no estabelecimento de milícias operárias (HERREROS, 1978).

Para Herreros (1978), seria possível distinguir cinco correntes anarquistas: anarco coletivismo; anarco comunismo; anarco sindicalismo, anarco purismo e anarco bolchevismo. A educação ocupa uma posição central no pensamento anarquista, uma vez que considera que a uma nova sociedade igualitária não pode surgir sem a formação de um homem novo formado em um novo sistema de valores. A concepção da educação anarquista é radicalmente anti-autoritária e deve ser organizada para a aprendizagem da liberdade estimulando a espontaneidade criadora. Uma das mais importantes instituições anarquistas foi criada em Barcelona, na Espanha, por Francisco Ferrer y Guardia³⁵. em 1901, a Escola Moderna, fundada nos princípios de laicidade, igualdade de gênero, antidogmatismo e liberdade (FLORIT, 1985).

No Brasil, as ideias anarquistas e libertárias foram introduzidas durante a imigração italiana e espanhola na década de 1910³⁶. O movimento anarquista brasileiro foi responsável pela abertura das Escolas Modernas, entre 1909 e 1920, que seguiam os princípios libertários da pedagogia de Francisco Ferrer y Guardia. A pedagogia libertária tem despertado até os dias de hoje o interesse de muitos estudiosos da educação influenciados por educadores libertários como Freinet, Vasquez, Oury, Ferrer e Guardia, entre outros. O pensamento libertário na educação teve um grande incentivo nos estudos de Maurício Tragtenberg, cujas críticas às organizações burocráticas e a defesa de um projeto autogestionário fundavam-se na crítica à burocratização das instituições.

³⁵ Francisco Ferrer y Guardia era um pedagogo anarquista originário da Catalunha. Ferrer y Guardia criou um modelo de educação libertária denominado Escola Moderna, baseado em um método racional. A educação era baseada no cooperativismo e uma relação de respeito e igualdade. Em 1907, a Liga Internacional para a Educação Racional da Infância propagou os princípios da Escola Moderna em diferentes países do mundo.

³⁶ Existem, no Brasil, importantes acervos sobre o movimento anarquista brasileiro, entre os principais estão o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP, em Campinas e a Biblioteca Social Fábio Luz, do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Paes de Paula (2006) discute o estudo das organizações realizado por Tragtenberg e afirma que ele realiza uma forte crítica à burocracia, identificando Weber como um dos maiores críticos da dominação burocrática. Por esse motivo Tragtenberg simpatiza com as teses conselhistas de Rosa Luxemburgo, pois valoriza, além da autogestão, a autonomia do indivíduo. De acordo com suas concepções nas manifestações anarquistas, a educação assume enorme importância no processo revolucionário – tema amplamente abordado por Rosa Luxemburgo (1988) em *A questão nacional e a autonomia*. Ao contrário do que é geralmente associado ao termo anarquista, seu significado não é contrário à ordem, e sim contrário à autoridade.

Em *Afinidades Revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras: por uma solidariedade entre marxistas e libertários*, Michael Löwy e Olivier Besancenot (2016) buscam na história os momentos em que essas duas vertentes uniram forças e quais as linhas convergentes entre elas. Antes de iniciarem a argumentação acerca desses elementos, destacam o único momento em que houve um movimento que visou a união das duas bandeiras no Brasil, no passado, foi contra os integralistas liderados por Plínio Salgado, em 1933, pela Frente Única Antifascista (FUA) que entraram em combate na Praça da Sé contra os “camisas verdes” integralistas e saíram vitoriosos.

Os autores não deixam de mencionar um exemplo recente: o Movimento Passe Livre (MPL), em julho de 2013, que ocupou as ruas e avenidas em todo o Brasil contra o aumento das tarifas de transporte público nas capitais, e que, em 2019, retornou às ruas da capital paulista, sofrendo grave repressão do Estado. O movimento contou com marxistas, anarquistas e anarco-marxistas-punk e influenciou as ocupações das escolas públicas em São Paulo no ano de 2016, que serão abordadas na próxima seção.

O primeiro evento registrado de convergência solidária entre as duas vertentes foi durante 1864, em Londres, no congresso operário em que foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e é conhecido como a I internacional. Sem ignorar os conflitos entre anarquistas, em sua maioria proudhonianos, e marxistas presentes desde o início e agravados após a adesão de Bakunin, em 1868, e a vitória das teses libertárias, em 1869, no congresso da AIT, na Basileia. Entretanto, tais discordâncias não impediram a união das duas vertentes, durante a Comuna de Paris, em 1871, que apesar de sua curta duração, inspirou os grandes movimentos revolucionários do século XX (BESANCENOT e LÖWY, 2016).

Para demonstrar que as diferenças entre essas duas linhas políticas não são tão fáceis de se demonstrar, Besancenot e Löwy (2016) utilizam o próprio exemplo da Comuna de Paris:

Marx exultou com o fato de que, durante os acontecimentos da Comuna, os proudhonianos tenham esquecido as teses de seu mestre, enquanto alguns libertários observam com prazer que os escritos de Marx sobre a Comuna esquecem o centralismo em prol do federalismo. Com efeito, *a guerra civil na França*, texto redigido no calor dos acontecimentos a pedido da AIT, além dos rascunhos e materiais preparatórios do livro, testemunham o antiestadismo feroz de Marx. Ao definir a comuna como forma política finalmente encontrada de emancipação social do trabalhador, insiste na ruptura com o Estado, esse corpo artificial, essa jiboia constritora, esse pesadelo sufocante, essa excrescência parasitária (BESANCENOT e LÖWY, 2016, p. 20).

Besancenot e Löwy (2016) destacam também que a tensão entre as duas vertentes se agrava após a Comuna de Paris, mas o que os interessa, nesse momento, é o aspecto positivo dessa experiência de junção entre as duas correntes, já que acusações e críticas entre ambas não faltam. E afirmam ainda que, embora essa experiência não possa se repetir, ainda hoje ela é considerada muito importante. Assim como consideramos as experiências analisadas por Rosa Luxemburgo e diversos autores sobre a os Conselhos Operários em 1905 e 1917. Ela já compreende, naquele momento, a importância desses órgãos para a emancipação política e social dos trabalhadores.

Além desses apontamentos históricos da convergência entre essas duas vertentes, tanto em âmbito internacional como no caso de movimentos ocorridos no Brasil de união sob a bandeira antifascista, Löwy e Besancenot (2016) abordam também o Primeiro de Maio e os mártires de Chicago (1886); a Revolução Espanhola (1936 – 1937) e Maio de 1968³⁷.

A questão do altermundialismo³⁸ também é destacado pelos autores que, na primeira experiência, a conferência intercontinental contra o neoliberalismo e a favor da humanidade no México em 1996, convocada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). No entanto, o que a historiografia, em geral, identifica como início desse movimento são as manifestações, em Seattle, no ano de 1999, contra o novo ciclo de negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC). A iniciativa do Fórum Social Mundial, em 2001, no Brasil foi do grupo francês Attac, criado após a experiência se Seattle e marxistas revolucionários tiveram papel fundamental na organização do Fórum (BESANCENOT e LÖWY, 2016).

³⁷ Pode-se considerar as jornadas de junho de 2013 no Brasil e as ocupações dos secundaristas de 2015 como dois exemplos de movimentos que assumiram uma concepção autonomista. Tais movimentos estão relacionados às demandas sociais no Brasil que se tornaram mais aparentes porque no decorrer dos anos de 1990 e 2000, obtiveram maior espaço na dinâmica política do país, inclusive pela via institucional, por meio do engajamento e da militância de grupos socialmente marginalizados: movimentos feministas, LGBTTs, negros, indígenas, estudantis, entre outros, colocam-se cada vez mais como atores sociais a exigir representatividade (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017)

³⁸ Michael Löwy define o movimento altermundialista como uma grande rede descentralizada, múltipla, diversa e heterogênea, associada a sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas, cuja pluralidade é uma das fontes de força, crescimento e expansão do movimento (LÖWY, 2009).

Voltando nosso olhar, nesse momento, para algumas especificidades da teoria anarquista quanto às questões do nosso tempo, destacamos a tese de Uri Gordon: *Anarchism and Political Theory: Contemporary Problems* (Anarquismo e Teoria Política: Problemas Contemporâneos) que é resultado de uma pesquisa participativa com argumentação filosófica sobre o tema da teoria política anarquista. É notável a atualidade dessas questões, tendo em vista as recentes manifestações reivindicatórias dos mais diversos grupos em vários países, como citamos no decorrer deste texto.

O movimento anarquista contemporâneo é “novo” no sentido chave de que não forma uma continuidade com o movimento anarquista dos trabalhadores e camponeses do século XIX e do início do século XX - que conheceu seu fim sob o bolchevismo e o fascismo europeus e o American Red Scare³⁹. Pelo contrário, ele representa o renascimento da política anarquista na década passada na intersecção de vários outros movimentos, incluindo ecologia radical, feminismo, libertação negra e indígena, movimentos antinucleares e, mais recentemente, resistência ao capitalismo neoliberal e a “permanente guerra global”. Por causa de sua genealogia híbrida, o anarquismo na era da globalização é um movimento muito fluido e diversificado, evoluindo em um cenário de rápida mudança de contenda social (GORDON, 2007, p. 9).

Uri Gordon (2007) aponta para uma descontinuidade entre o movimento anarquista atual e os empreendidos até o século XX. Seu ressurgimento, na última década, realiza-se por meio da junção entre vários movimentos sociais. Portanto, o anarquismo contemporâneo assume uma genealogia híbrida e é um movimento fluido e diverso. Sua forma (*architecture*) atual implica: a) rede de comunicação descentralizada; b) coordenação e suporte mútuo entre as lutas sociais; c) permanentes canais de interação; d) princípios de conexão, heterogeneidade, multiplicidade e não linearidade. Compara essa arquitetura a de um rizoma⁴⁰ e verifica algumas questões comuns nas diferentes formas de organização: caracterizam-se como antiautoritarismo, não hierárquicas e consensuais. Possuem repertórios comuns de expressão política: ação direta, construção de alternativas, comunidades *outreach* e confronto. Os repertórios discursivos são comuns: palavras chaves, narrativas, argumentos e mitos. O repertório cultural é compartilhado: vestimenta, música e dieta, por exemplo.

Esses movimentos possuem também dois temas principais: 1) a rejeição de todas as formas de dominação, questionando, nesse sentido, todas as instituições sociais, bem como a maioria dos aspectos da sociedade moderna; 2) A ativação por dentro na *práxis* do cotidiano do

³⁹ Nota nossa: *American Red Scare* é uma expressão utilizada para designar o medo do avanço comunista que se propagou em diversos períodos na sociedade norte-americana.

⁴⁰ Conceito apresentado por Gilles Deleuze e Felix Guattari. Ver em *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (DELEUZE e GUATARI, 1995).

movimento – DIY: *Do it yourself*⁴¹. E também duas estratégias internas ao próprio movimento: a construção de alternativas de base e estresse causado pelas relações igualitárias e libertadoras. Constituem-se, portanto, como uma revolução na vida cotidiana. Ao mesmo tempo em que ocorrem debates introspectivos no movimento sobre hierarquias internas ou lideranças, definições, justificação e eficácia da violência, tecnologia e modernidade.

Com base nesses dois temas, desenvolvem-se os princípios básicos que são identificados por Uri Gordon (2007). Quanto ao primeiro tema: a) combate à centralização do poder, às estruturas hierárquicas e à instituição do Estado; b) oposição ao capitalismo, às classes sociais, e ao sistema escolar que tem por finalidade produzir cidadãos e trabalhadores obedientes. No segundo tema é possível verificar os princípios: a) formas de organização horizontais, associação voluntária e apoio mútuo; b) decisões tomadas em níveis menores ou mais locais possíveis.

Portanto, consideram-se que esses apontamentos sejam pertinentes para as finalidades deste trabalho por estabelecerem uma proximidade entre as ideias de Rosa Luxemburgo abordadas, nos dois primeiros tópicos, com as manifestações e movimentos ocorridos atualmente. Essas proximidades referem-se à ocupação dos espaços públicos, a não burocratização das organizações, à defesa da democracia direta, a questão da liberdade como valor e da educação na prática.

Rosa Luxemburgo, a grande revolucionária judia/polonesa/alemã, assassinada em janeiro de 1919 pelos bandos paramilitares mobilizados pelo governo social democrata contra os operários de Berlim, nunca foi anarquista e sempre permaneceu fiel a concepção marxiana do partido como expressão política da classe, mas por certos aspectos de seu pensamento e de sua ação revolucionária, estava, no entanto, próxima da cultura libertária: sua crítica ao autoritarismo burocrático no seio do movimento operário, seu anti-nacionalismo, sua confiança na espontaneidade das massas, sua insistência na revolução proletária “por baixo”. Sua defesa apaixonada das liberdades individuais e coletivas são elementos dessa afinidade latente. Não é por acaso que um dos grandes pensadores do socialismo libertário Daniel Guérin, consagra-lhe um livro, *Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária* (1971) (BESANCENOT e LÖWY, 2016).

É importante que afirmemos que não se trata de considerar Rosa Luxemburgo como anarquista, mas sim traçar algumas linhas de proximidade tal como fez Daniel Guérin e Michael Löwy e Olivier Besancenot no trecho citado acima.

Daniel Guérin é um autor considerado marxista libertário, assim como também são considerados representantes deste campo teórico autores como Walter Benjamin e André

⁴¹ Trata-se de uma expressão que se tornou lema do movimento punk e que significa “faça você mesmo”.

Breton (LÖWY e BESANCENOT, 2016). Outro exemplo é Maurício Tragtenberg, que com base na teoria da autonomia organizacional, que abrangeu estudos sobre a burocracia de Weber, compreensão das teorias anarquistas clássicas e do marxismo, lança um olhar sobre a educação por uma perspectiva autônoma (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017).

3.5 Educação, Gestão e Rosa Luxemburgo “*Eles são educados quando passam à ação*”⁴²”

Para explicitar a relação que estabelecemos no decorrer desta pesquisa entre três amplos temas: educação, gestão e a obra de Rosa Luxemburgo, serão apresentadas as perspectivas adotadas, quando nos referirmos a cada um deles. Rosa Luxemburgo é uma autora que desenvolve seu trabalho teórico e político entre o final do século XIX e início do século XX, momento de intensos movimentos revolucionários, da Primeira Grande Guerra (1914 - 1918) e de uma pequena parte do período entre guerras (1918 – 1919). Tais aspectos de sua obra nos oferecem uma análise específica daquele contexto, mas também nos remetem aos aspectos políticos e aos desafios de movimentos populares atualmente.

Educação baseada na ação política é a noção considerada aqui para discutir as contribuições de Rosa Luxemburgo relacionadas à problemática adotada. Nesse sentido, distanciamos-nos dos aspectos meramente formais e institucionais e consideramos a influência dos diversos grupos presentes na escola, visando propor um debate sobre os conselhos escolares e as práticas de autogestão.

Cândido (1953) baseou-se em Znaniecki (1947)⁴³ para discutir a estrutura da escola como um grupo social. No Brasil, a maioria das escolas são instituídas pelo poder público, ou seja, tem seu funcionamento normatizado por uma instância superior – o Estado, que homogeneiza a forma de gestão. Entretanto, esse aspecto não é o único presente, pois os “grupos institucionalizados” são “essencialmente produto da cooperação entre seus próprios membros, mas cujas funções coletivas são parcialmente institucionalizadas por outros grupos sociais” (CÂNDIDO, 1953, p. 2). Por esses outros grupos, ele exemplifica: grupos religiosos, políticos, de classe, entre outros.

Portanto, as escolas, mesmo que instituídas pelo Estado, não exprimem apenas a vida consciente e racionalizada de um grupo. Se apenas por esse aspecto fosse considerada, seria

⁴² (LUXEMBURG, 1918)

⁴³ ZNANIEKI, F. "Social Organization and Institutions", in Georges Gurvtch and Wilbert E. Moore (eds.), *Twentieth Century Sociology*, The Philosophical Library. Nova York, 1945, pp. 214-15. Há tradução francesa em dois volumes, sob o nome de *La Sociologie au XXe. Siècle*, Presses Universitaires de France, Paris, 1947.

deixada de lado sua “vida profunda” e espontânea, que é fruto da integração de seus membros e que nem sempre encontra expressão nas normas racionalmente previstas (CÂNDIDO, 1953).

Paro (2007) utiliza a concepção de escola como grupo social para analisar a promoção de práticas democráticas nas instituições escolares. As medidas voltadas para a democratização da escola pública, a partir da década de 1980, pelo estímulo às políticas públicas, visaram a criação de mecanismos de participação coletiva: conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmio estudantil e conselho de classe. Dentre eles, destacam-se os conselhos (de escola e de classe) que despertaram a atenção de agentes escolares (envolvidos diretamente na rotina escolar: alunos, pais, professores e comunidade), pesquisadores e das políticas educacionais pela especificidade e abrangência de sua atuação. As diferenças entre a atuação e funcionamento desses conselhos, dentro das escolas concernem à atuação na avaliação escolar e nas decisões acerca do desempenho pedagógico – características do conselho de classe e, no caso do conselho de escola, à familiarização e participação nas decisões por aqueles que são envolvidos no ambiente escolar.

Muito embora suas atribuições de partilha do poder nem sempre se realizem inteiramente de acordo com os desejos de seus idealizadores ou como constam nos documentos legais que o institucionalizam, o conselho de escola permanece como um instrumento importantíssimo, se não de realização plena da democracia na escola, pelo menos de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem (PARO, 2007, p. 2).

Tais considerações são fundamentais, por demonstrarem que, mesmo quando os conselhos escolares desempenham o papel instituído, permanecem como um órgão de resistência que motiva, precisamente, a contestação da centralização das decisões e a promoção da educação política por meio de práticas de autogestão.

Maurício Tragtenberg (1991), ao discorrer sobre os embates e problemáticas do campo da esquerda, afirma que a questão da participação da base dos movimentos sociais e o papel de conselho dos trabalhadores tem muita importância para o movimento socialista. Preocupação pertinente à tradição marxista, uma vez que Karl Marx valorizava um conceito que foi esquecido no marxismo-Leninismo: o conceito de associação.

A I Internacional de Trabalhadores chamou-se *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Marx dizia que o operário vale como força coletiva, mas pouco como indivíduo. Só tem valor como força coletiva. E o que vai ocorrer? O operário, para suprimir a concorrência que o capital estabelece entre eles, parte para a luta reivindicatória. Aí se organiza em forma de associação entre iguais e organizações horizontais em que todos são iguais, e nenhum é mais igual que o outro (TRAGTENBERG, 1991, p. 43).

Na obra de Rosa Luxemburgo, a concepção de democracia adquire um sentido particular, diferenciando-se da democracia liberal e se aproximando das perspectivas de autogestão, por ser este um elemento que traz a possibilidade de pensar o socialismo como um sistema que, ao mesmo tempo, elimine a sociedade de classes e a exploração burguesa (ROTOLO, 2006). Para ela, se o poder político for realizado via parlamento, mesmo que por um partido socialista, haveria a reprodução das relações de poder e pouca participação popular. Rosa Luxemburgo entendia a revolução como um processo de construção de uma forma completamente nova de se relacionar com o mundo público, por esse motivo não poderiam existir modelos prévios.

Segundo Haug (2016), as concepções de Luxemburgo teriam o seguinte ponto essencial:

Os trabalhadores devem se apossar do governo. Esta é finalidade para a qual tendem seus conceitos e proposições, que supõe a democracia socialista e sua maneira de considerar a greve, a revolução e cultura. Trata-se de emancipar os menos favorecidos para participação na formação da sociedade. Isto demanda escolas, educação, e, mais importante, requer aprender por meio da prática, uma experiência de transformação social sob o próprio sistema capitalista (HAUG, 2016, p. 9).

Assim, não se deve interpretar a concepção política de Luxemburgo, encontrada em seus escritos, como uma receita para uma política sindical ou para a autogestão das fábricas. Seus escritos mostram, acima de tudo, que a separação entre o mundo político e o mundo do trabalho é artificial (HAUG, 2016).

Trata-se de um processo de autonomização, que não se encontra em apenas um aspecto ou um só domínio, porque toda a vida do trabalhador é assujeitada ao capitalismo. Todos os domínios da vida estão entrelaçados e por isso é necessário interconectar as lutas que devem se desenvolver não apenas no sindicato, mas no Parlamento, nas ruas, na mídia, nas escolas (HAUG, 2016).

Löwy (2015) estabelece uma relação entre a *filosofia da práxis* em Marx e em Rosa Luxemburgo e a sua utilização no campo da Educação. Nesse sentido, afirma que, em “*A ideologia alemã*”, Karl Marx formula uma nova teoria: a *filosofia da práxis* – que supera tanto a noção de que são as circunstâncias que devem mudar para promoção da transformação do ser humano, própria dos materialistas franceses, como a noção de que primeiro se transforma o ser humano para depois transformar a sociedade, própria dos idealistas alemães. E afirma, ainda, que a mudança das circunstâncias, da atividade do ser humano ou a mudança de si mesmo, apenas pode ser compreendida enquanto prática revolucionária.

[...]na prática revolucionária, na ação coletiva emancipadora, o sujeito histórico – as classes oprimidas – transforma ao mesmo tempo as circunstâncias materiais e sua própria consciência (LÖWY, 2015, p. 1).

Nesse sentido, a auto emancipação revolucionária é realizada por meio da ação política. Há momentos em que o determinismo aparece na obra de Marx com mais ênfase, mas, de acordo com Löwy (2015), o princípio de auto emancipação dos trabalhadores continuou a inspirar Marx. Em “*Cadernos do cárcere*”, Gramsci utilizaria, pela primeira vez, a expressão “*filosofia da práxis*” para referir-se ao marxismo que se distancia de leituras positivistas ou evolucionistas do materialismo histórico, mas, como veremos a seguir, essa é uma noção que também já se encontrava presente na obra de Rosa Luxemburgo.

Para Löwy (2015), Rosa Luxemburgo é uma teórica marxista que se aproxima como poucos da *filosofia da práxis*. E, por mais que ela não tenha elaborado textos filosóficos, nem teorias sistemáticas “[...]ainda assim, a filosofia da práxis, que ela interpreta de maneira original e criativa, é o fio condutor – no sentido elétrico da palavra – de sua obra e de sua ação como revolucionária” (LÖWY, 2015, p. 2).

Na obra de Luxemburgo, não encontramos também um pensamento estático, pois trata-se de uma reflexão que contém transformações conceituais, fruto de sua experiência. Em *Reforma social ou revolução?* (1899), a perspectiva determinista histórica é presente. Entretanto, há uma pertinente discussão acerca da pedagogia revolucionária da ação. Já em 1904, no debate polêmico com Lenin, essa questão é um dos principais elementos:

A auto emancipação dos oprimidos implica a autotransformação da classe revolucionária por sua experiência prática; esta, por sua vez, produz não só a consciência – tema clássico do marxismo – como também a *vontade* (impor sua vontade contra as classes dominantes – vontade só conquistada na luta cotidiana contra a ordem estabelecida) (LÖWY, 2015, p. 2).

Se por um lado, para Lenin, a “*centelha*” revolucionária é trazida pela vanguarda política, para Rosa Luxemburgo, a ***consciência da vontade*** revolucionária ascende no combate, na ação das massas. Os movimentos revolucionários, na Rússia, em 1905, confirmam a perspectiva de Rosa Luxemburgo (LÖWY, 2015).

Rosa Luxemburgo (1906), em *Greve de Massas, Partidos e Sindicatos*, tem uma concepção de revolução que coincide com a de Marx, em *A ideologia alemã*, obra que ela não conheceu, pois foi publicada após a sua morte. É nesse texto que ela também enfatiza a noção de que é na prática que se generaliza a consciência revolucionária.

A categoria da *práxis* – que, para ela e para Marx, é a unidade dialética entre o objetivo e o subjetivo, a *mediação* pela qual a classe *em si* torna-se *para si* – permite superar o dilema paralisante e metafísico da social-democracia alemã, entre o moralismo abstrato de Bernstein e o economicismo mecânico de Kautsky[...] Isso permite entender melhor por que Rosa Luxemburgo se opunha não só aos revisionistas neokantianos, mas também, a partir de 1905, à estratégia de “atentismo” passivo defendida pelo assim chamado “centro ortodoxo” do partido” (LÖWY, 2015, p. 3).

Lenin faz uma distinção entre “*consciência sindical*” e “*consciência social democrata*”, enquanto, para Rosa Luxemburgo, há uma distinção entre “*consciência teórica latente*” e “*consciência prática ativa*”. A segunda surgiria apenas em momentos revolucionários em que se tornam sujeitos da revolução as massas de trabalhadores.

[...] encontramos em Rosa Luxemburgo uma ampla reflexão, filosófica e política, sobre uma outra forma de educação, que a seu ver é a mais importante, do ponto de vista da emancipação das classes subalternas: a autoeducação pela *práxis*, a autoeducação dos explorados e oprimidos pela experiência da ação coletiva (LÖWY, 2014, p. 28).

Rosa Luxemburgo acreditava firmemente que aqueles que estão abaixo aprendem com as suas mais diversas experiências, que podem ser incorporadas em uma pluralidade de atividades participativas, como conselhos populares, sindicatos, vários tipos de associações, protesto e resistência. Para ela, não existe uma forma única de organização das classes subalternas porque a luta de classes, no seu desenvolvimento, implica uma modificação perpétua de formas de organização:

O momento histórico exige cada vez que as formas adequadas ao movimento popular ao criar ele mesmo novas formas improvisa meios de luta ainda não conhecidos até então e enriquece o arsenal do povo, sem se importar com as prescrições de partidos (LOUREIRO, 2016, p. 9).

Para Luxemburgo, a importância da democracia e participação popular pode também ser encontradas em seu livro, *Reforma, revisionismo e oportunismo* (1975), onde ataca o revisionismo de Eduard Bernstein, um dos principais teóricos do Partido Social Democrata alemão e da Segunda Internacional, que após a morte de Engels passou a defender uma revisão completa dos conceitos fundamentais do marxismo. Em sua crítica, Luxemburgo defende a participação da classe trabalhadora em todos os setores da vida política, contrapondo-se àqueles que defendiam que não seria possível a emancipação da classe operária no âmbito das instituições burguesas.

Nas relações políticas, o desenvolvimento da democracia, na medida em que encontra terreno favorável, conduz à participação de todas as camadas populares na vida política e por consequência, de certo modo, ao “Estado Popular”. Mas isso sob a forma do parlamentarismo burguês, o qual, longe de os suprimir, os antagonismos e a dominação de classe, patenteiam-se, ao contrário, a olhos vistos (LUXEMBURGO, 1975, p. 66).

E mais adiante conclui:

Em suma, a democracia é indispensável, não porque torne supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, por tornar essa perspectiva, *necessária* tanto como a única possível (LUXEMBURGO, 1975, p. 67).

Consideramos, após essas reflexões, a importância deste estudo na perspectiva de uma educação política como uma prática para a democracia no espaço escolar. Não pretendemos, com essa afirmação, compreender os conselhos escolares como promotores do socialismo, mas antes, como órgãos que propiciam um tipo de formação política na prática cotidiana. Em outros termos, pretende-se verificar a potencialidade dos conselhos escolares como experiência coletiva e instrumento de aprendizado político-democrático na prática de participação coletiva.

3.6 Conselhos e Gestão Democrática da Educação

Desde o início da década de 1970, começaram a surgir em São Paulo núcleos e coletivos que iniciaram um movimento de participação popular em bairros por meio de Conselhos Populares (GOHN, 1995). Esses conselhos lançaram um germen que permitiram os debates políticos em torno de propostas de Conselhos Populares provenientes, principalmente, de movimentos populares na área de saúde, habitação e educação que ganharam fôlego nas lutas pelo processo de redemocratização do país na década de 1980.

Diversos setores da sociedade brasileira reivindicavam a democratização das instituições e das decisões políticas e influenciaram a introdução do dispositivo referente à gestão democrática na Constituição de 1988. Nesse período, proliferaram as propostas de conselhos participativos, cuja função seria a mediação entre a sociedade civil e as estruturas de poder governamental, baseados em procedimentos de negociação (GOHN, 1995). A regulamentação do princípio de gestão democrática, tal como disposto na Constituição de 1988, previa a criação de conselhos institucionalizados que, ao menos teoricamente, não dependeriam da interferência governamental e se caracterizariam por possibilitar a participação na formulação de políticas públicas de setores até então excluídos do processo decisório (RISCAL, 2009).

A proposta dos conselhos teve amplo apoio dos movimentos sociais, principalmente, em cidades como São Paulo, onde os conselhos populares e conselhos comunitários ganhavam grande importância pública. Segundo a proposta desses movimentos, os conselhos deveriam garantir uma maior participação da população na gestão dos negócios públicos e a elevação do controle público sobre os processos de gestão, com participação na determinação das diretrizes orçamentárias, planos-diretores e planejamento das atividades das instituições públicas.

No campo educacional, a incorporação da gestão democrática como princípio básico da administração da escola pública, no art. 206, item VII, e a introdução dos conselhos escolares na Lei de Diretrizes e Bases da educação, em seu artigo 14, inciso II, que garantiu a participação das comunidades escolares e local em conselhos que abriam espaço para que a escola pudesse se tornar um espaço de discussão, não apenas da elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como da discussão sobre o significado da educação como formação de cidadãos participativos.

Entretanto, a operacionalização dos conselhos, de uma forma geral, mostrou-se mais difícil do que parecia a princípio, porque dependia da existência de uma plenária, com participação ativa e regular de seus membros e de espaços designados para esse fim. Dependendo da capacidade de organização popular e de uma atuação conjunta dos poderes públicos, a implantação dos conselhos se mostrou difícil e lenta. Mas foi, essencialmente, a ausência de uma cultura participativa um dos principais empecilhos para implementação desses conselhos, que dependem da iniciativa e organização popular, além de empenho para implementar negociações políticas e acordos que atendessem às expectativas das lutas sociais (GOHN, 1995).

No caso da educação, em especial, a frequente confusão em torno dos conceitos de gestão na educação e gestão empresarial, acabaram por reduzir a capacidade de participação da comunidade nas deliberações de natureza mais políticas. Muitas vezes confundido com a Associação de Pais e Mestres (APM), o conselho foi cada vez mais burocratizado, restringindo-se a deliberações de estratégias de gestão financeira, com o objetivo de se obter recursos para suprir o que o Estado não conseguira. Além disso, a atuação dos diretores, que frequentemente consideram os conselhos como um mero ratificador de suas deliberações, acabou por eliminar as expectativas de uma legítima participação da comunidade nas deliberações de natureza político-pedagógica.

Cada vez mais dominada pelos imperativos da racionalidade econômica dominante e pelas exigências de produtividade, competitividade e empregabilidade, a educação vem sendo

concebida como atividade competitiva em um mercado mundial que a concebe como serviço e não como direito político.

4 ROSA LUXEMBURGO E A LUTA DAS MULHERES

A consideração de abordar a luta das mulheres – o movimento feminista, além da relação, que adiantamos na introdução, da notoriedade que Rosa Luxemburgo retoma na última década, deve-se ao fato de que, no decorrer da pesquisa, em diversas oportunidades nos deparamos com momentos em que essa questão foi posta. Portanto, o fato de estarmos, neste mesmo momento, estudando os trabalhos de Rosa Luxemburgo, possibilitou que também tentássemos responder a ela, acrescentando alguns outros elementos que nos pareceram pertinentes à discussão.

Para essa finalidade selecionamos três escritos presentes na coletânea *Textos Escolhidas Vol. I* (2011): *O que queremos?* (1906), *O Direito de voto das mulheres e a luta de classes* (1912) e *A proletária* (1914)⁴⁴. Outra fonte importante foram as correspondências de Rosa Luxemburgo publicadas na mesma coletânea, que foram organizadas por Isabel Loureiro, no volume III: *Cartas* (2011). Utilizamos também publicações recentes de pesquisadoras que abordaram essa temática de forma a identificar um campo de produção.

Antes de iniciar a discussão sobre os escritos específicos de Luxemburgo sobre a luta das mulheres, consideramos importante destacar que seu trabalho teórico não é o suficiente para analisar essa questão. Mas mesmo se analisarmos apenas em termos de seus escritos é possível afirmar que essa questão sempre a acompanhou em relação às discussões sobre os programas dos partidos de que fez parte como, por exemplo, quando comenta o programa do SDKPiL em “*O que queremos?*” no início de sua carreira, quando ela tinha 35 anos. Carreira essa que foi brutalmente interrompida 12 anos depois.

É uma tarefa difícil, por exemplo, afirmar de maneira definitiva o que ela entendia sobre o tema por três motivos principais, que também tocam outros temas abordados neste trabalho: 1) O último texto com o qual tivemos contato sobre o tema é *A proletária*, de 1914, pouco antes de Rosa Luxemburgo romper com o partido social democrata alemão; 2) Como destacamos no início deste estudo, somente aproximadamente 1/3 de sua obra está disponível em língua portuguesa, e há escritos em Polonês que ainda não foram traduzidos para o alemão; 3) a

⁴⁴ Citamos os anos que foram publicados pela primeira vez esses textos. Para o estudo, utilizamos a publicação de 2011: *Textos escolhidos vol.1 e vol.2*.

linguagem e objetivos, que são diferentes em seus textos de agitação política e em suas cartas. As cartas apresentam questões mais pessoais, e mesmo se fizermos o movimento de significar com as noções que temos atualmente, corremos o risco de não considerar que naquele tempo as discussões eram outras bem como os aspectos culturais próprios de sua época.

Em relação à sua vida, a luz do que compreendemos hoje, podemos dizer que foi claramente feminista⁴⁵. Combativa na busca por seu espaço e na manutenção de suas posições, mesmo sob ataques constantes, “recusando-se” a se enquadrar ao que na sua época era esperado das mulheres, mesmo que, por diversas vezes, se demonstrasse cansada disso. Essa última afirmação é também reflexo do desgaste que tem uma mulher que ocupa o espaço público e se propõe a debater de igual para igual com nada mais nada menos do que todos os grandes nomes da esquerda da época (todos homens).

Hannah Arendt (1987) advertiu corretamente para a marginalização das contribuições de Rosa Luxemburgo para a esquerda. Constatamos, no decorrer deste trabalho, que Arendt e Rosa Luxemburgo se dedicaram a estuar os conceitos de ação e revolução e, por este motivo, fizemos também alguns apontamentos relativos à essa temática nesta seção.

Em 2018, devido aos 100 anos de seu assassinato (em 2019), muitos artigos sobre Rosa Luxemburgo foram publicados. Aqueles envolvidos há tempos com o estudo de sua obra e diversos pesquisadores interessados discorreram sobre o tema. Um deles foi a publicação da argentina Claudia Korol que faz uma análise muito interessante sobre o que ela representava:

Faz um século desde que o feminicídio político de Rosa Luxemburgo consumou-se em 15 de janeiro de 1919. Denominamos como "femicídio", não só porque Rosa era uma mulher, mas porque ela, como mulher, foi perseguida, desprestigiada e espancada -antes e depois do crime - com crueldade. Quando os oficiais de justiça a arrastaram até a morte, o ódio acebo dos seguidores da socialdemocracia alquebrada politicamente e eticamente gerou um grito ao seu redor: "puta, louca, sanguinária, violenta". A vermelha - em um país onde crescia a contrarrevolução – judia- em um país em que se incubava junto com o racismo e o nacionalismo "o ovo da serpente", o nazismo, - a polonesa - em uma Alemanha disputava com a Rússia durante anos território polonês, onde Rosa nasceu, a desobediente - que se atreveu a convocar a juventude para que não fossem para a guerra imperialista, - mulher autônoma - com companheiros a que se uniu e que se separou em liberdade-, foi ferozmente maltratada, como tantas mulheres que romperam os códigos e mandatos sociais, e desafiaram o poder de um capitalismo patriarcal e socialismo machista e misógino (KOROL, 2019).

Como destacou Gomes (2016), muita coisa mudou dos tempos de Rosa Luxemburgo para os nossos tempos em relação às pautas propostas pelas mulheres na luta feminista. Por este

⁴⁵ Novamente aqui não se trata de uma leitura que a própria Rosa Luxemburgo fazia de si mesma, mas sim uma análise a partir das noções teóricas que temos atualmente sobre o tema.

motivo, acreditamos ser importante destacar aqui uma compreensão fundamental: o movimento feminista atualmente tem como característica a pluralidade de pautas, por abranger também grupos mulheres que apresentam suas especificidades como é o caso das mulheres negras e LGBTQ+.

4.1 Um chamado à ação

Retoma-se aqui o texto *O que queremos?* (2011i) em que Rosa Luxemburgo tece comentários sobre o programa do partido social democrata do reino da Polônia e Lituânia. No que diz respeito aos itens do programa: direito de voto universal, igual, direto e secreto; igualdade de direito das mulheres e legislação protetora dos trabalhadores, podemos destacar que como pano de fundo ela afirma que a libertação da classe trabalhadora deve ser realizada pela própria classe trabalhadora e que seria a revolução socialista que seria capaz de realizar uma libertação coletiva.

O sistema socialista será a verdadeira libertação da coletividade humana da desigualdade entre as pessoas, da exploração de algumas pessoas por outras, da dominação de uns sobre os outros, da opressão das nações derrotadas pelos imperialistas, da humilhação do sexo feminino, da libertação da perseguição pela fé, religião e crença (LUXEMBURGO, 2011i, p. 212).

A partir dessa afirmativa, ela elabora suas contribuições, em um primeiro momento reivindicando o direito ao voto universal, igual, direto, secreto. E já destaca a questão do direito de voto das mulheres, tema que depois irá aprofundar:

As mulheres também não devem ser excluídas do direito de voto. A grande maioria das mulheres, pertencentes ao povo, trabalha pesado, da mesma forma que os homens, e suporta cargas pela sociedade. As mulheres são as que dão à luz e que educam as novas gerações da sociedade. Por isso, elas também devem, igualmente aos homens, ter direito de fazer ouvir sua voz lá onde se discute o destino e o bem estar de toda a população, ou seja, das próprias mulheres, seus maridos e filhos (LUXEMBURGO, 2011i, p. 228).

Sobre o item 10 do programa: *igualdade de direito das mulheres*, Rosa Luxemburgo discorre sobre a exploração das mulheres no Capitalismo e apresenta mais uma vez o socialismo como solução para todas as formas de opressão, vemos nesse momento, que Luxemburgo, apesar de demonstrar uma visão idealista, se olharmos mais de perto, podemos significar mais precisamente, pois fazia parte de seu ponto de vista sobre essa questão que as mulheres

trabalhadoras avançassem na garantia de seus direitos, mesmo que isso não significasse uma ruptura imediata com o sistema capitalista.

Na sociedade de hoje, apoiada na propriedade privada e na dominação dos capitalistas, a mulher é privada de quaisquer direitos políticos e considerada uma criatura de segunda classe, subordinada ao homem. A liberação da mulher desta humilhação, a devolução a ela de certos direitos iguais e de dignidade humana só é possível com o sistema socialista, o qual irá remover a dominação da propriedade privada, e com ela toda a desigualdade da sociedade humana [...] (LUXEMBURGO, 2011i, p. 242).

Pode-se notar aqui, que ela compreendia a condição da mulher na sociedade de sua época e que acreditava que o direito a voto era fundamental, porém a exploração apenas cessaria com a modificação radical das formas de organização do poder vigentes. Destaca-se também a questão da dependência econômica como um dos fatores que faziam crescer a ilegalidade e a humilhação social das mulheres e faz um chamado à social democracia como representante desses interesses:

A classe trabalhadora é a única que não tem motivo para a humilhação política das mulheres. A social democracia é o único partido que exige sinceramente a libertação das mulheres de sua situação atual, e que luta pela sua libertação. A social democracia exige: 1) A abolição de quaisquer leis públicas, criminais ou civis, emitidas para a desvantagem das mulheres ou que limitem de qualquer modo a sua liberdade pessoal ou de propriedade, e seu poder de decidir sobre os filhos em igualdade de direitos com os pais das crianças; 2) Garante às mulheres todos os direitos e liberdades políticas em igualdade com os homens, principalmente quanto ao direito de voto para o parlamento, câmara e conselhos das cidades e campos (LUXEMBURGO, 2011i, p. 245).

Já no item *Legislação protetora dos trabalhadores*, Rosa Luxemburgo volta à questão para reforçar a necessidade de que as mulheres tenham direitos garantidos relacionados à jornada de trabalho e ao que chamamos, atualmente, de licença maternidade:

Em defesa da mulher do povo em face da impiedosa exploração dos capitalistas, e também para salvar todas as gerações do povo, a social democracia exige que, além do dia de 8 horas de trabalho os empresários sejam obrigados legalmente a liberar a mulher grávida do trabalho duas semanas antes e por quatro semanas após o parto. Então, o organismo das mulheres trabalhadoras será pelo menos poupado durante o tempo que necessita de mais sossego, e os bebês do proletariado poderão ter, nestas primeiras semanas de vida, o peito e o cuidado materno [...] (LUXEMBURGO, 2011i, p. 256).

No momento em que Rosa Luxemburgo escreve *Direito de voto das mulheres e a luta de classes* (1912), a legislação alemã permitia que as mulheres se filiassem a partidos políticos, mas elas ainda não tinham o direito ao voto. Luxemburgo (2011d) fez uma referência à organização das mulheres proletárias na Alemanha, declarando que a organização teve expresso

crescimento desde a publicação, em 1898, do texto *As trabalhadoras e a luta de classes*, por Emma Ihrer – uma das fundadoras do movimento das mulheres proletárias na Alemanha e expressa novamente seu apoio a luta por direitos políticos.

O progresso incontrolável da luta de classes proletária arrastou as mulheres para o meio do turbilhão da vida política. Graças ao aproveitamento do direito de associação e de reunião, as proletárias conquistaram para si a parte mais ativa na vida parlamentar, nas lutas eleitorais. E, agora, apenas uma consequência impiedosa, é o resultado lógico do movimento que hoje milhares de mulheres proletárias gritem à sua maneira autoconsciente e provocadora: *Que venha o direito de voto das mulheres!* (LUXEMBURGO, 2011d, p. 445c).

Há reconhecimento de Rosa Luxemburgo sobre a importância da luta das mulheres proletárias, ela afirma, por exemplo, que todos os meios de luta e pressão que partam do proletariado devem ser empregados. Ela associa a segregação das mulheres da política à tradição de direito divino ao trono, concedido majoritariamente aos homens, afirmando que “a monarquia e a falta de direitos da mulher tornaram-se as ferramentas mais importantes da dominação de classes capitalista” (LUXEMBURGO, 2011d, p. 446).

Em relação ao trabalho doméstico, realizado pelas mulheres proletárias Rosa Luxemburgo destaca:

Esse trabalho não é produtivo no sentido da ordem econômica capitalista de hoje, ainda que ele possa, por meio de milhares de tantos e tão variados esforços, constituir uma gigantesca contribuição em termos de autossacrifício e dispêndio de forças. Ele é apenas assunto particular do proletário, sua felicidade de sua bênção e, justamente por isso, não passa de ar para a sociedade atual. Como produtivo vale – enquanto durarem a dominação do capital e o sistema salarial – apenas aquele trabalho que cria a mais-valia, que dá origem ao lucro capitalista. Desse ponto de vista, a dançarina de café-concerto, que enche de lucro o bolso dos empresários com suas pernas é uma trabalhadora produtiva, enquanto todo trabalho duro das mulheres e mães do proletariado entre as quatro paredes do lar é visto como atividade não produtiva. Isso parece absurdo e desumano, mas corresponde exatamente à brutalidade e absurdidade da atual ordem econômica capitalista, e aprender essa verdade brutal de modo claro e aguçado é a primeira necessidade para as mulheres proletárias. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 448).

Portanto, Rosa Luxemburgo considera que para os objetivos revolucionários é importante apoiar a luta das mulheres pelo direito ao voto e contra a brutal exploração do trabalho doméstico, atividade que não é considerada produtiva, mas que possibilita maior rentabilidade para o sistema capitalista, precisamente, por não ser um trabalho remunerado.

Já no texto *A proletária* (1914), Luxemburgo faz um chamado às mulheres para que elas assumam seu lugar na luta política empregada pelo partido social democrata. É importante

destacar que os trabalhadores lutavam neste momento também pela regulamentação da jornada de trabalho em oito horas semanais.

Em nota, o texto nos informa que, em 1914, o partido social democrata deu início a Semana Vermelha, no dia 8 de março, que serviu de agitação da social democracia e de sua imprensa. Nessa semana, houve apoio à luta pelo direito ao voto das mulheres e pela igualdade de direitos da mulher.

A mulher do povo teve de trabalhar pesado desde sempre. Na horda bárbara ela carrega o peso, coleta alimentos, no povoado primitivo planta e moí cereal, faz panelas; na Antiguidade, como escrava serve os senhores e amamenta os rebentos; na Idade Média, fiava para o senhor feudal. Mas, desde que existe propriedade privada, na maioria das vezes, a mulher do povo trabalha separada da grande oficina da produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar. Foi apenas o capitalismo que a arrancou de sua família e a colocou sobre o fardo da produção social, empurrou-a para as lavouras de outrem, para as oficinas, construções, escritórios e lojas (LUXEMBURGO, 2011a, p. 494).

Rosa Luxemburgo (2011a) direciona sua argumentação à importância de que as mulheres proletárias lutem juntamente com a social democracia por seus direitos e pelo socialismo. Quanto à mulher burguesa, ela não mede palavras para afirmar que é também uma parasita, mas que se aproveita de segunda mão da exploração dos trabalhadores e, por este motivo, por se sentir sempre beneficiada pelo lucro que recebe, elas são defensoras ferozes da ordem vigente. Há ainda uma frase muito interessante: “Para a mulher burguesa, proprietária, a casa é o mundo. Para a proletária todo o mundo é a sua casa.” (LUXEMBURGO, 2011a, p. 494). Aqui aparecem as noções de público e privado em relação às mulheres e a questão da mulher proletária como protagonista do mundo público.

De acordo com Gomes (2016), para Rosa Luxemburgo a luta das mulheres é em primeiro lugar a luta da mulher trabalhadora:

Não se trata de uma luta por emancipação seccional, mas é uma luta do conjunto dos trabalhadores contra a exploração do capital. Entretanto, Rosa acrescenta que “a proletária assalariada moderna pisa no palco público como a protagonista da classe trabalhadora, quanto ao mesmo tempo, de todo o gênero feminino, a primeira protagonista em milhares de anos” (GOMES, 2016, p. 170).

Essa discussão sobre o trabalho é interessante porque Luxemburgo (2011a) diz que apenas as trabalhadoras proletárias é que podem, por meio justamente do trabalho, ascender à esfera pública porque a categoria trabalho é fundamental no marxismo. Aborda também a migração da mulher proletária da Europa para a América em uma frase quase profética:

No deque do navio a vapor, ela se desloca com as ondas que levam a Miséria da crise da Europa para a América, em um amontoado de vozes e idiomas de proletários famintos, para, quando a onda de refluxo de uma crise americana se fizer presente, retornar para a miséria familiar da Europa, para novas esperanças e decepções, para uma nova caça por trabalho e pão (LUXEMBURGO, 2011a, p. 495).

É nesse texto que Rosa Luxemburgo faz um chamado à ação, utilizando uma de suas mais famosas afirmações: “No princípio de toda a ascensão social era a ação” (LUXEMBURGO, 2011a, p. 495). De acordo com Isabel Loureiro (2004), ela cita a famosa frase de Goethe, em *Fausto*: “No princípio era a ação” (GOETHE, 2004). Essa frase presente em *Fausto*, por sua vez, é uma referência e uma modificação da frase bíblica “No princípio era o verbo”. Rosa Luxemburgo (2011a) finaliza seu texto de forma poética, convocando as mulheres proletárias para ocupar seus lugares na social democracia:

A oficina do futuro necessita de muitas mãos e bastante fôlego. Um mundo de lamúria feminina aguarda a libertação. A mulher do pequeno camponês suspira à beira do colapso sob o fardo da vida. Ali, na África alemã, no deserto do Kalahari, permanecem os ossos de mulheres Hereros indefesas que foram levadas pelos soldados alemães à pavorosa morte de fome e de sede. Do outro lado do oceano, nos altos rochedos Putumayo, perdem-se, inaudíveis para o mundo, grito de morte de mulheres indígenas torturadas nas plantações de borracha de capitalistas internacionais. Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá à luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital. A social democracia concedeu a você um lugar de honra. Corra para o *front*, para a trincheira (LUXEMBURGO, 2011a, p. 496).

Esse texto foi escrito antes do rompimento de Rosa Luxemburgo com a social democracia, que, como mencionamos anteriormente, foi motivado pela aprovação dos créditos da Primeira Guerra Mundial – uma guerra que serviu aos interesses do Capitalismo, e foi motivo da ruptura de Rosa Luxemburgo com a direção do partido.

4.2 Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt: ação e revolução

Nos capítulos anteriores, abordamos a aproximação entre as ideias centrais de Rosa Luxemburgo e de Hannah Arendt. Voltamos à discussão sobre essa temática por meio da análise de Tanja Storløkken (2006), em *Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt*, traduzido por Isabel Loureiro. O título é uma referência ao livro de Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios* (1987) que, por sua vez, é uma referência aos “Tempos Sombrios” de Bertolt Brecht (2000)⁴⁶. Nesse texto, Storløkken (2006) também analisa as proximidades e distanciamentos entre as duas filósofas e afirma que “ambas lançaram alguma luz sobre os seus

⁴⁶ “*Aos que vierem depois de nós*”, poema de Bertolt Brecht.

tempos sombrios e nos encorajaram a desafiar o totalitarismo, a barbárie e as tendências autoritárias” (STORLØKKEN, 2006).

Storløkken (2006) discute a crítica de Hannah Arendt ao marxismo e a leitura que ela faz de Rosa Luxemburgo, ao passo que, ao encontrar em Luxemburgo um conceito de revolução como um evento de longa duração, que toma como base a experiência, Arendt (1987) opta por afastá-la do marxismo.

Entretanto, de acordo com Storløkken (2006), o conceito de ação política de Arendt é bem próximo ao de Rosa Luxemburgo, exceto quanto à questão da finalidade. Enquanto para Luxemburgo, ação representa meio e fim, sem deixar de lado a luta socialista, que possibilitaria formas mais justas de governo para o proletariado, justamente, por visar maior democratização, Arendt adota uma perspectiva republicana, em que a ação estaria mais próxima de ser um fim em si mesma, justamente porque identifica tendências totalitaristas em ações orientadas para fins.

Considera-se interessante abordar, neste momento, dois textos em que Rosa Luxemburgo discute acerca da teoria marxista de sua época e da utilização dessa base teórica pelo partido social democrata e pelo proletariado em “*Paralisia e Progresso no Marxismo*” e “*Karl Marx*”. Os dois textos foram publicados em 1903. Trata-se de análise sobre a base teórica marxista da social democracia. Há também uma discussão a respeito do aproveitamento dessas teorias tanto no sentido de novas proposições, como em relação à questão da apropriação dessa teoria pelas massas.

Em “*Paralisia e Progresso no Marxismo*”, Rosa Luxemburgo (2011j) propõe uma questão: se a falta de novas proposições marxistas derivaria do fato de essa teoria se apresentar como um sistema fechado (em que não caberiam novas proposições). Em resposta, ela afirma que apenas em termos de análise econômica é que se pode considerar a teoria de Marx e Engels como mais ou menos fechada. Portanto, ela discorda de uma rigidez da teoria marxista em decorrência dessa ser abordada como uma teoria que finda em si mesma.

Em sua percepção, a parte mais importante dos ensinamentos de Marx reside no método de pesquisa: a dialética-materialista da história e também nesse domínio, salvo algumas contribuições, a herança de Marx permaneceu não desenvolvida até aquele momento (LUXEMBURGO, 2011j).

A classe trabalhadora apenas estará em condições de criar uma ciência e uma arte próprias após ter realizado a total emancipação de sua atual situação de classe. Tudo que ela é capaz de fazer hoje é proteger a cultura da burguesia, do vandalismo da reação burguesa, e criar as *condições* sociais para o desenvolvimento da cultura livre.

Na sociedade atual ela mesma pode atuar apenas nesse domínio na medida em que crie, para si, *as armas intelectuais para sua luta de libertação* (LUXEMBURGO, 2011j, p. 128).

Nesse sentido, Rosa Luxemburgo (2011j) acredita que o método de pesquisa não é tão utilizado por não estar ao alcance do proletariado, que precisa, inicialmente, libertar-se de sua condição de explorado e desenvolver-se.

Em “*Karl Marx*”, Rosa Luxemburgo (2011f) inicia sua argumentação com a citação da 11ª tese sobre Feuerbach, de Karl Marx, que vamos reproduzir aqui: “Os filósofos apenas interpretam o mundo de maneiras diferentes; trata-se, porém, de transformá-lo”⁴⁷. Esses sublinhados, em destaque, são interessantes, pois salientam uma mudança substancial que poderemos atribuir à ênfase na filosofia da *práxis*.

A respeito da importância das *Teses de Marx sobre Feuerbach* (1845), Löwy (2011) ressalta que:

Marx supera dialeticamente - o célebre *Aufhebung*: negação/afirmação/superação - do materialismo e idealismo precedentes, e formula uma nova teoria, que poderíamos descrever como a filosofia da *práxis*. Enquanto os materialistas franceses do século XVIII insistiam na necessidade de mudar as circunstâncias materiais para que os seres humanos pudessem mudar, os idealistas alemães afirmaram que, graças à formação de uma nova consciência dos indivíduos, a sociedade seria transformada (LÖWY, 2011, p. 2).

Segundo essa concepção de filosofia da *práxis*, ela reside na auto emancipação revolucionária, a única forma possível de libertação do operariado. Isso significa que é somente por meio pela sua própria *práxis*, pela sua experiência em ação, que as classes oprimidas poderiam, ao mesmo tempo em que subvertem o poder do capital, transformar a sua própria ação por meio da consciência (LÖWY, 2011).

Na opinião de Löwy, poucos marxistas do século XX teriam compreendido o espírito dessa filosofia marxista de *práxis* como Rosa Luxemburgo, que incorpora a concepção de *práxis* como uma dialética da educação através da luta (LÖWY, 2011). A categoria da *práxis*, observa Löwy (2011), constituiria para Luxemburgo, assim como para Marx:

[...] a unidade dialética entre o objetivo e o subjetivo, a mediação pela qual a classe em si se torna a classe para si - permite superar o dilema paralisante e metafísico da socialdemocracia alemã, entre o moralismo abstrato de Bernstein e o economicismo mecânico de Kautsky: enquanto, para o primeiro, a transformação “subjetiva”, moral e espiritual, de “seres humanos” é a condição para o advento da justiça social, para o segundo, é a evolução econômica objetiva que conduz “inevitavelmente” ao socialismo. Isso nos permite entender melhor por que Rosa Luxemburgo se opunha

⁴⁷ Mantivemos o destaque da publicação em *Textos Escolhidos* Vol.1.

não apenas aos revisionistas neokantianos, mas também, a partir de 1905, à estratégia da passiva “política de esperar para ver” defendida pelo que foi chamado de “centro ortodoxo” (LÖWY, 2011, p. 4).

A compreensão da dimensão dialética da *práxis* permitiu a Luxemburgo conceber teoricamente as críticas de superação ao dualismo tradicional encarnado no Programa do SPD. A *práxis* constituiria o caminho pedagógico por meio do qual o proletariado seria capaz de transformar as lutas econômicas ou a luta pelo sufrágio universal em um movimento revolucionário geral. A *práxis* auto emancipatória é concebida, assim, como um processo de mediação dialética de auto educação por meio da ação que se eleva, na inteligibilidade de experiência à condição de consciência.

Portanto, é a busca da harmonia entre ser e pensar, formas históricas de existência e consciência social que possibilitaria uma mudança:

Se transpusermos os conceitos de *ser e pensar* do mundo natural e abstrato e da especulação individual na qual filósofos profissionais navegam com seu bastão para o domínio da vida social, então de certo modo pode-se dizer o mesmo do socialismo. Ele foi desde sempre o tatear, a procura de meios e caminhos para harmonizar o ser com o pensar – a saber, as formas históricas de existência com a consciência social (LUXEMBURGO, 2011f, p. 133).

Retomamos aqui a questão das críticas que Rosa Luxemburgo faz a algumas experiências históricas – bolcheviques e SPD alemão, entretanto sua ruptura se dá no final de sua vida com a “via institucional” para o atingir o socialismo, por mais que ela sempre destacasse que essa finalidade só seria possível se realizada pelos trabalhadores e não pelos dirigentes do partido que visaria representá-los. Rompe em sua prática de militância no SPD, mas funda, juntamente com demais colegas dissidentes, o partido comunista alemão (KPD).

Storløkken (2006) afirma também que Arendt adquiriu uma dívida com Luxemburgo, por ter identificado seu conceito de ação e de revolução após a elaboração de sua crítica a Marx:

O conceito de ação política e a concepção de revolução de Rosa Luxemburgo como um evento de longa duração baseado na experiência rompem com a interpretação arendtiana de Marx. Por isso não é tão estranho que Arendt duvide de que Luxemburgo fosse marxista. A visão revolucionária de Luxemburgo contém um conceito de ação política que compreende a ação numa perspectiva meios-fins, mas que dá igualmente espaço ao espontâneo e imprevisível, e em que as pessoas devem aprender com as experiências que emergem das ações políticas no processo revolucionário (STORLØKKEN, 2006, p. 9).

É interessante aqui retomar brevemente o livro de Arendt (2010), “*A condição humana*”. Nessa obra, a autora apresenta o conceito de *vida ativa* que seria constituída pelas três formas de atividades humanas: o labor, o trabalho e a ação⁴⁸. Trataremos, aqui, especificamente da categoria da ação, porque é por meio dela que Arendt propõe a reabilitação da *vita activa*, em contraste à *vita contemplativa*⁴⁹. Enquanto o labor e o trabalho referem-se à produção da vida e da materialidade da existência, a ação é a *práxis*, que não se encerra no momento em que o resultado é obtido. A *práxis* remete à produção do próprio homem entre outros homens e, dada a pluralidade dos homens, constitui a possibilidade de criar espontaneamente e imprevisivelmente.

A liberdade dos homens está particularmente ligada com a ação. A ação, incluindo a ação política, é imprevisível e depende da pluralidade dos homens. “A ação [...] corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (citação de “A Condição Humana”). O fato de sermos capazes de agir significa que podemos começar algo novo e de forma espontânea, mas as consequências de nossas ações não são incalculáveis ou irreversíveis no momento da ação. Os resultados da ação dependem das ações e dos discursos de muitos homens no passado, no presente e no futuro, e são, por isso, imprevisíveis [...] (STORLØKKEN, 2006, p. 7).

Vimos que o conceito de ação política, tanto em Hannah Arendt como em Rosa Luxemburgo, é bastante próximo, pois Luxemburgo considerava que era necessário “espaço” para a ação espontânea das massas para que se possam criar novas formas de relações políticas que seriam oriundas do próprio movimento. Para Storløkken (2006), Arendt buscava afastar as tendências totalitárias das ações políticas e, para isso, afastar as noções de trabalho e labor como centrais, justamente, por essas representarem para ela uma via instrumental: meios para fins preestabelecidos. Entretanto, consideramos que essa afirmação é válida em parte, pois apenas a noção de trabalho é analisada por Arendt como uma categoria que assume característica instrumental.

A crítica de Arendt não se limitou apenas a Marx, seu pensamento, que se aproximava do existencialismo, questionava a unidade entre pensamento e ser, que desde Parmênides teriam predominado na produção filosófica.

⁴⁸ O *labor* é a atividade do *homo laborans*, que se refere à produção da existência. É o movimento cíclico necessário para o sustento da vida e, ao contrário do trabalho, não deixa para trás artefatos mundanos; O trabalho, definido pelos antigos gregos como *poiesis*, refere-se ao processo de fabricação, o *homo faber* e refere-se à produção de artefatos necessários para a vida no mundo (ARENDR, 2010).

⁴⁹ A *vita contemplativa*, constituiria o pensamento especulativo puro e refere-se às atividades inteligíveis individuais. A atividade contemplativa, por sua condição absolutamente individual é solitária e só pode efetivar-se por meio de um afastamento do mundo (ARENDR, 2010).

Como indica corretamente Margaret Conovan, estudiosa de Arendt, a justaposição feita por esta entre nazismo, stalinismo e barbárie é um reflexo do pensamento de Luxemburg sobre barbárie: “Para Arendt, tanto o nazismo como o stalinismo representavam a *barbárie* num sentido bem mais retórico. Contudo, por trás de sua análise ecoam as palavras de Rosa Luxemburgo (ela mesma lembrando um dito de Engels), escritas durante a primeira guerra mundial: “Esta guerra representa um retorno à barbárie. O triunfo do imperialismo leva a destruição da cultura” (STORLØKKEN, 2006).

Embora para ambas a revolução fosse capaz de deter tendências bárbaras e totalitárias, Storløkken (2006) afirma que as duas não estavam de acordo quanto ao conteúdo e extensão dessa revolução. Isso porque Hannah Arendt acreditava que a revolução deveria ser política e não social, para, novamente, não incorrer em risco de uma política totalitária. Mas estavam de acordo quanto à revolução e à ação política serem uma questão de sobrevivência cultural da humanidade.

Segundo Luxemburg e Arendt, a questão da revolução não era apenas uma questão relativa a como queremos organizar as coisas no futuro do ponto de vista político, econômico, social e existencial, mas em grande medida era uma questão acerca da possibilidade de sobrevivência cultural da humanidade enquanto tal. Revolução e ação política eram uma questão de ser ou não ser (STORLØKKEN, 2006, p. 14).

Nesse sentido, a revolução, tal como concebida por Rosa Luxemburgo, é um evento de longa duração que toma por base a experiência. Isso porque a prática e a experiência devem corrigir a teoria no interior do processo revolucionário. Portanto, é a experiência que faz um papel importantíssimo de mediação entre teoria e prática, de forma que teoria e prática revolucionárias estejam em interação mútua (STORLØKKEN, 2006).

Agir politicamente implica imprevisibilidade. As experiências adquiridas por meio da ação política só podem ser sistematizadas posteriormente, e deve-se tentar aprender com elas (STORLØKKEN, 2006, p. 15).

Para Arendt (2010), o “espaço” para a ação espontânea é necessário devido à pluralidade dos homens e dos discursos. Entretanto, ela busca fazer uma diferenciação entre revolução política e revolução social.

O temor de Arendt era que a revolução tivesse que se transformar de revolução política em revolução social, pois tal desenvolvimento solaparia as possibilidades da ação política e da liberdade e, portanto, também seu potencial antiautoritário (STORLØKKEN, 2006, p. 16).

Outra questão importante abordada por Storløkken (2006) é a relação entre o conceito de ação e o de liberdade em Hannah Arendt (2011) que, em “*On Revolution*” (“Sobre a Revolução”), defende que o sucesso de uma revolução política depende de sua capacidade de estabelecer e manter arenas que possibilitem que a ação política e a liberdade sejam integradas como partes integradas: “a *raison d’être* da política é a liberdade e seu campo de experiência é a ação” (STORLØKKEN, 2006, p. p.16).

Além dessa relação, há ainda outro elemento fundamental - a ação em conjunto. Para a concepção de revolução de ambas as autoras, a questão da ação conjunta está diretamente relacionada à modificação da forma de exercer o poder. O poder desse grupo continuaria a existir a depender da própria existência do grupo.

Por esse motivo:

Arendt espera uma revitalização e um papel mais permanente do sistema conselhistas, o qual representou um papel temporário em muitas revoluções. Porém, não pensava que todos deveriam ter uma participação política (STORLØKKEN, 2006, p. 16).

E, portanto, há aqui a retomada da perspectiva de necessidade da longa duração de uma revolução para que o processo de aprendizado possa ser permanente. Faria, portanto, um papel central em relação à aprendizagem pela tentativa e erro.

Acredita-se que, em seu estudo, Storløkken (2006) teria ignorado um aspecto importante da própria experiência de Arendt em relação ao nazismo e stalinismo. Como constatou D’Alessandro (2016), a diferença entre os momentos históricos e o contexto político foi crucial para a constituição do pensamento das duas autoras. O impacto dos regimes totalitários teria sido crucial sobre a produção de Arendt e, como observa D’Alessandro (2016), o fato de ter vivenciado os horrores do nazismo e do stalinismo teria determinado a trajetória do pensamento de Hannah Arendt, dedicado ao estudo do totalitarismo. Luxemburgo, embora não tenha vivido a experiência das catástrofes humanitárias advindas desses regimes, crítica duramente a burocracia *bolchevique*, que ofereceu um prenúncio do que adviria. Duas mulheres filósofas à frente de seu tempo, cujos pensamentos atemporais, responderam também às experiências que vivenciaram em seus tempos.

4.3 Rosa Luxemburgo e o protagonismo das mulheres

Em maio de 2018 Isabel Loureiro lançou uma série de vídeos resultantes de um curso sobre o pensamento de Rosa Luxemburgo. Na terceira videoaula da série, Loureiro (2018)

discutiu as contribuições de Rosa Luxemburgo para o movimento feminista. O vídeo aborda uma questão central para a nossa discussão nesta seção. Esse ponto central seria precisamente aquilo que consideramos um dos principais aspectos que ligam o pensamento de Hannah Arendt e Rosa Luxemburgo, e denotam a influência que Rosa Luxemburgo exerceu sobre as feministas alemãs da década de 1980, a saber: a ação autônoma como forma de emancipação.

Loureiro (2018) foi assertiva em destacar que Rosa Luxemburgo era uma inspiração para as mulheres daquela época por ocupar o espaço público por meio de sua atuação como jornalista, intelectual, professora e oradora. Além disso, podemos destacar também sua ativa participação nos partidos políticos sociais democratas e comunistas na Alemanha e na Polônia. Rosa Luxemburgo, até os dias atuais, permanece como uma importante referência para o movimento feminista.

São interessantes as observações de Loureiro (2018) relativas à análise da acumulação de capital, segundo a qual seriam os espaços extra capitalistas que permitiriam acumulação capitalista. Nessa perspectiva, as feministas alemãs da década de 1980 teriam atualizado essa concepção que incorpora o trabalho doméstico como elemento fundamental para a acumulação de capital, uma vez que seria o trabalho mal remunerado das mulheres que permitiria a manutenção do salário dos trabalhadores em patamares baixos (LOUREIRO, 2018).

Partindo dessa relação entre acumulação de capital e exploração das mulheres, Loureiro (2018) introduz a concepção de Silvia Federici (2017), que apresenta uma análise de transição do feudalismo para o capitalismo do ponto de vista feminino, distanciando-se de Karl Marx, que não teria considerado a especificidade do trabalho feminino no processo de acumulação primitiva de capital, como também de Michael Foucault, que, segundo Federici (2017), teria omitido a caça às bruxas e o discurso sobre a demonologia em sua análise.

De acordo com Loureiro (2018), os personagens, o Calibã e a Bruxa⁵⁰, representam duas formas de resistência à lógica do capitalismo: o escravo e as mulheres, que não se ajustavam ao papel destinado a elas na divisão do trabalho necessário para acumulação do capital (bruxas, curandeiras, hereges, mulheres que vivem sozinhas, entre outras).

Na interpretação de Federici (2017),

Calibã não apenas representa o rebelde anticolonial cuja luta ressoa na literatura caribenha contemporânea, mas também é um símbolo para o proletariado mundial e, mais especificamente, para o corpo proletário como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo. Mais importante ainda, a figura da bruxa, que em

⁵⁰ O título do livro de Silvia Federici, **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva** é inspirado na peça *A tempestade*, de Shakespeare.

A tempestade fica relegada a segundo plano, neste livro situa-se no centro da cena, enquanto encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos a se rebelarem (FEDERICI, 2017, p. 23).

Federici (2017) observa que sua análise se distingue das conclusões de Marx sobre acumulação primitiva na medida em que não considera, como faz Marx, o processo de acumulação apenas do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino, uma vez que se dedica mais especificamente sobre as mudanças que essa acumulação introduziu na posição social das mulheres na produção da força de trabalho, incluindo fenômenos que estariam ausentes em Marx tais como: o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores e, o que considera mais importante, a perseguição às bruxas, na Europa e no Novo Mundo, que julga ter sido fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

A caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno, na medida em que desencadeou uma campanha de terror contra as mulheres bruxas, aprofundando a divisão do trabalho entre mulheres e homens e inculcou um medo que destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social.

O estudo de Federici (2017) dá continuidade a um dos principais temas estudados por Luxemburgo, expandindo seu âmbito para a teoria feminista ao considerar que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher durante o período de acumulação primitiva do capital teria estabelecido os papéis sexuais na sociedade capitalista: “Se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe” (FEDERICI, 2017, p. 31). Nesse sentido, a autora considera que a “feminilidade” teria sido construída por meio de uma função-trabalho que ocultaria a produção da força de trabalho sob a aparência de um destino biológico.

Outro exemplo sobre as formas de resistência das mulheres perante o avanço do capitalismo foi destacado por Löwy (2015) ao comentar a respeito de estudos recentes que se embasam na teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo:

Ainda em nossos dias — anos 90 — trabalhos em diferentes disciplinas científico-sociais continuam a ser inspirados pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Um exemplo interessante é o dos trabalhos recentes da antropóloga norte-americana Carol McAllister sobre a região do Negeri Selimban na Malásia: analisando a combinação das formas tradicionais de economia, de família e de ritos com as novas relações econômicas e sociais impostas pelo capitalismo, ela mostra como as mulheres tentam combinar a sua participação no regime assalariado moderno com formas de resistência “tradicionalista” ao desenvolvimento do capitalismo que subverte o sistema matrilinear tradicional (LÖWY, 1995, p. 80)

As reflexões presentes nesta seção sobre os escritos de Rosa Luxemburgo que concernem à luta das mulheres, bem como a centralidade da concepção de ação autônoma como emancipadora e as formas de resistência empregadas pelas mulheres no decorrer do desenvolvimento capitalista nos permitem estabelecer algumas ligações com as discussões presentes neste estudo. Nota-se, atualmente, o crescimento significativo do impacto e da visibilidade do movimento feminista no Brasil e no mundo. Consideramos que o aprendizado propiciado pela luta das mulheres por garantia de direitos, autonomia, maior democratização e representatividade nas instituições e, neste sentido, por maior participação no espaço público, repercutiu na forma de organização do movimento secundarista durante a ocupação das escolas estaduais de São Paulo em 2016, tema que abordaremos na próxima seção.

5 “OCUPAR E RESISTIR”: O MOVIMENTO DOS SECUNDARISTAS EM SÃO PAULO

Consideramos estudar as ocupações dos estudantes secundaristas do estado São Paulo e seus desdobramentos para o desenvolvimento argumentativo desta tese, pois, no decorrer da pesquisa, identificamos tal movimento como uma expressão do que abordamos ao longo deste estudo em relação à conscientização por meio da *práxis* política, a importância do espaço público, da manutenção da democracia e da autogestão, precisamente, no campo que nos é específico: a educação e a gestão escolar.

O livro *Escolas de Luta* (2016), de Antônia Malta Campos, Jonas Medeiros e Márcio Moretto Ribeiro retrata de forma vívida, pela visão dos estudantes secundaristas de São Paulo, como foi o movimento de ocupação das escolas estaduais entre o final de 2015 e início de 2016 contra a política de “reorganização” proposta por Geraldo Alckmin (PSDB). Esse livro foi uma de nossas principais fontes de pesquisa para a discussão que se seguirá nesta seção, pois possibilitou acesso a materiais de mobilização utilizados durante as ocupações, dado que ainda não há ampla produção bibliográfica sobre o tema, o que muito se deve a seu recente desenrolar. O livro conta com entrevistas de secundaristas participantes das ocupações, do coletivo O Mal-Educado e depoimentos recolhidos de páginas organizadas pelos secundaristas nas redes sociais.

Pablo Ortellado⁵¹ (2016), em prefácio ao livro de Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), identifica esse movimento como uma das flores de junho de 2013⁵². O movimento que originalmente reivindicava um transporte público de qualidade e sem aumento de tarifa – protagonizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que posteriormente, desdobrou-se em protestos contra a Copa no Brasil, a corrupção e por melhoria nos serviços públicos, influenciou a reivindicação de revogação do projeto de reorganização escolar imposto pelo governo Estadual, sem diálogo com os estudantes e demais envolvidos no processo. Essa política previa entre outras medidas o fechamento de 94 Escolas Estaduais em São Paulo.

⁵¹ Pablo Ortellado é filósofo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e colunista do jornal Folha de São Paulo.

⁵² Referência às Jornadas de Junho de 2013 – série de manifestações ocorrida no Brasil durante o ano de 2013 que expuseram a crise de representatividade do sistema político e a insatisfação da população brasileira com suas condições de vida. As manifestações ocorreram inicialmente em São Paulo e se espalharam pelas demais regiões do país (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017)

Segundo Ortellado (2016), os estudantes secundaristas deram um passo adiante dos denominados movimentos de junho (MPL e Não vai ter Copa!)⁵³, pois conseguiram reunir em seu movimento, o que era necessário para derrubada da medida do governo: o caráter social de sua luta e o caráter radicalmente democrático de sua organização. Entretanto, principalmente, o MPL, por meio de sua cultura organizativa, liga-se diretamente ao coletivo “O Mal-Educado”, que teve papel fundamental na ocupação, como destacaremos no decorrer desta seção.

O processo de organização de protestos, mas sobretudo as ocupações, geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais, tanto entre os estudantes, como entre os estudantes e os professores. Os secundaristas romperam o isolamento individualista do cotidiano escolar e criaram uma nova sociabilidade no processo de luta: sociabilidade baseada na corresponsabilidade, na horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público (ORTELLADO, 2016, p. 13).

Essas novas relações são o que a tradição anarquista denomina de política pré-figurativa. Trata-se da capacidade de forjar, no próprio processo da luta, as formas sociais a que se aspira, convergindo meios e fins. Ortellado (2016) destaca ainda que a estratégia foi inovadora e contou com amplo espectro de táticas: abaixo-assinados, protestos nas escolas, protestos nos bairros, passeatas no centro da cidade, ocupações de escolas e realizações de aulas públicas. Ele atribui dois outros aspectos ao sucesso do movimento dos secundaristas: sua capilaridade em todo território estadual e a difusão de notícias por meios informais: vizinhança e familiares e redes sociais, principalmente o *Facebook*. (ORTELLADO, 2016).

Abaixo buscaremos retratar a política proposta pelo governo Geraldo Alckmin, em 2015, que motivou a mobilização dos secundaristas e as especificidades que acarretaram na derrubada da política de reorganização escolar e na queda do secretário de educação Hermann Voorwald.

⁵³ O caráter autonomista das Jornadas de Junho foi perceptível não apenas pela presença de grupos anarquistas que utilizaram a tática black bloc mas por expor as demandas de uma juventude que luta por maior participação política e diálogo e, para isso, se organiza de forma horizontal e emprega novas formas de articulação (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017). De origem alemã, a tática black bloc foi empregada pela primeira vez na década de 1980 e consiste em ações diretas, durante manifestações de rua, que visam garantir a autoproteção dos participantes e atingir bens de capital como, por exemplo, bancos e joalherias (COSTA, 2010). Durante essas novas configurações de luta as redes sociais tiveram papel fundamental para mobilizar, instrumentalizar, articular, denunciar os abusos da PM e apresentar um contraponto ao discurso da mídia tradicional (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017).

5.1 “O cara fecha escola e abre cela, não tô nem entendendo, tio!⁵⁴”: A proposta de reorganização escolar do governo Geraldo Alckmin (2014-2018)

No dia 23 de setembro de 2015, o governo do estado de São Paulo anuncia a transferência de 1 milhão de alunos da rede pública estadual paulista com a finalidade de realizar uma “reorganização” das Escolas Estaduais (E.E). A intenção proferida, pelo então secretário de educação, Hermman Voorwald, era de que as escolas atendessem, em cada unidade, apenas um ciclo – Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II ou Ensino Médio. Sabemos, por meio das experiências de gestões anteriores em São Paulo e em outros estados, que se trata aqui de uma tentativa de focar apenas na oferta e gestão estadual no Ensino Médio, que é atribuição exclusiva dos governos estaduais, além de um indicativo de privatização, pois foram realizadas algumas tentativas de transferência da gestão para Organizações Sociais (OS) no caso das escolas de Goiás⁵⁵.

Entretanto, os argumentos oficiais apresentavam como justificativas dados e estudos que visaram informar a população de que essa reorganização seria realizada com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Tais argumentos tomaram como base a coleta de dados da SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) que apontou a existência de salas ociosas, resultante da diminuição em quase 2 milhões de alunos da rede estadual e um estudo conduzido pela CIMA (Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional) órgão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Esse estudo demonstrou que pela ótica da aprendizagem, as escolas de ciclo único favoreciam o desenvolvimento dos estudantes (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

⁵⁴ MC Foice e martelo “Escolas de Luta”: <https://www.youtube.com/watch?v=QvdrLD1RbTI>. Música composta para agitação do movimento secundarista e divulgada pelo coletivo “O Mal-Educado”. Trata-se de uma versão politizada da música “Baile de Favela”, do MC João. Além desse “hit”, inspirado pelas ocupações, os MCs também lançaram outras músicas: “Medley das ocupações” e no depoimento concedido aos autores do livro “Escolas de Luta”, que leva o mesmo nome do “hit” lançado MC Foice e Martelo, declaram que são participantes das ocupações e moradores da Zona Sul de São Paulo, e que já haviam composto outros *funks* com conteúdo parecido em 2015 “Faixa de Frente”, “Tapa no Patrão” e “Greve dos Professores”. Com esses *hits* de *funk*, eles pretendem levar à “quebrada” conteúdos que por vezes não são acessíveis. Têm a compreensão de que os estudantes são trabalhadores, pois muitos já estão no mercado de trabalho e outros em breve estarão (MC Foice e Martelo, 2016 Ibidem: CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

⁵⁵ Em 2015 o governador do estado de Goiás, pelo 4º mandato, Marconi Perillo (PSDB) propôs uma reforma da gestão das escolas públicas do estado que transferiria parte da gestão das escolas às OS por meio de parceria público-privada –iniciativa de implementar uma gestão compartilhada. Em resposta a esta política os estudantes secundaristas do estado de Goiás também iniciaram manifestações e ocupações das escolas. De acordo com Souza e Flores (2017): “Cabe destacar que a política de gestão compartilhada, através de OS ainda não foi implantada no Brasil e que essa tentativa do governo de Goiás pode se expandir para outros Estados, haja vista, que há um Projeto de Lei em tramitação no Senado (PLS) n. 739/2015 que modifica a lei n. 11.494/2007, que facilita o repasse de recursos do FUNDEB às OS, instituições comunitárias e filantrópicas que atuem em qualquer das etapas e modalidades da educação básica” (SOUZA e FLORES, 2017, p. 228).

Além das problemáticas que já apresentamos quanto à reorganização, o que foi marcante e determinante para a onda de protestos e ocupações, que culminou em sua derrubada, foi a falta de diálogo do governo com estudantes e pais e a fragilidade das argumentações apresentadas, uma vez que o estudo realizado pela CIMA foi contestado por diversos pesquisadores do campo da educação e a questão das salas ociosas não parecia motivo suficiente para o deslocamento dessa quantidade enorme de estudantes. Soma-se a isso a questão da precariedade das escolas estaduais, pois é comum no relato dos estudantes secundaristas a seguinte percepção: se não há investimento no que já existe, não há sentido em reorganizar e fechar escolas.

Houve uma tentativa pífia do governo de São Paulo em marcar um dia para o esclarecimento da comunidade escolar sobre a reorganização, o dia E (dia da Educação), 14 de novembro de 2015, que também não convenceu os estudantes e a comunidades escolar, pois não se tratava de um diálogo – o projeto permaneceria do jeito que fora apresentado.

Marco Antônio Teixeira e Vitor Paro⁵⁶, em entrevista ao documentário *Anjos rebeldes* (2015), afirmam que Mário Covas (Governador de São Paulo de 1995 a 2001) também colocou em prática essa política na década de 1990 com a municipalização do ensino em São Paulo. No entanto, o desgaste político foi menor, pois naquela época as redes sociais e celulares com câmera não existiam.

Com a municipalização do ensino no Estado de São Paulo, a oferta de Ensino Fundamental e Pré-escola passaram quase que exclusivamente para a responsabilidade dos municípios. Essa política veio na esteira da reforma do Estado proposta por Bresser-Pereira e executada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que passou a conceber a educação como um serviço que não é de exclusiva oferta do Estado. Os municípios, ao receberem esse encargo, depararam-se com enormes dificuldades de organização e gestão devido ao despreparo de muitos gestores e diretores. Isso impulsionou muitos municípios a recorrerem às parcerias público-privadas com empresas e ONGs para a realização de diversos serviços, atuando inclusive na formação dos profissionais em serviço (STABELINI, 2013).

Outro fator que gerou desconfiança entre os secundaristas foi o deslocamento dessa enorme quantidade de estudantes. A suspeita era de que a precarização do ensino estadual seria ainda maior, com mais sala superlotadas, que é uma realidade nas escolas do estado de São Paulo.

⁵⁶ Vitor Paro é professor titular (Colaborador Sênior) da Faculdade de Educação da USP e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração Escolar (GEPAE). Sua pesquisa abrange a área de Educação, com ênfase em políticas educacionais e Administração de Unidades Educativas.

5.2 “O Estado veio quente, nós já tá fervendo”⁵⁷: Os Protestos e Ocupações Promovidas pelos Secundaristas

A forma como a notícia sobre a reorganização escolar chegou aos estudantes secundaristas também foi motivo de muita indignação. De acordo com Campos, Ribeiro e Medeiros (2016), muitos estudantes foram informados pela mídia ou simplesmente por não constarem na lista de matrícula daquela escola para o ano seguinte. Os estudantes secundaristas, que compartilhavam o sentimento de revolta e insegurança, passaram a criar grupos de comunicação no *Facebook* para dialogarem sobre possíveis providências.

Muitas falas transcritas no livro “Escolas de Luta” são oriundas tanto de relatos de estudantes secundaristas quanto das páginas criadas por eles no *Facebook*, como de entrevistas realizadas pelos autores do livro. Essas entrevistas e relatos demonstram um vínculo afetivo dos estudantes secundaristas com as escolas, igualando-a, muitas vezes, à sua casa e às pessoas que ali convivem a família.

Com base nessa comunicação entre os estudantes, foram organizados entre o final de setembro e início de novembro aproximadamente 163 manifestações contra a reorganização escolar, inclusive em escolas do interior do estado, contando, em algumas delas com a participação de pais e professores. Naquele momento da luta dos secundaristas também houve multiplicidade nas formas de manifestação: atos em frente às unidades escolares, paralisação de aulas, passeatas, trancamento de ruas, avenidas e rodovias e atos-debate (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Os secundaristas reivindicavam o poder de decisão em relação à política que afetaria diretamente suas vidas. Eles compareceram inclusive à Câmara dos vereadores em muitos casos para buscar apoio, mas tais ações não pareciam estar surtindo efeito no governo, que continuava a negar uma negociação em torno da política de reorganização.

Foi nesse momento que o coletivo O Mal-Educado teve um papel importante na luta dos secundaristas. Ao notarem que suas táticas de pressão para recuo do governo estadual não estavam funcionando e a partir do contato com o material “Como Ocupar um Colégio?”⁵⁸, que

⁵⁷ Idem nota 52.

⁵⁸ O MAL-EDUCADO. Como ocupar um colégio? **O Mal-Educado**, outubro 2015. Disponível em: <<https://gremioliivre.wordpress.com/2015/10/>>. Acesso em: 05 dez. 2018

foi elaborado pelos estudantes chilenos na época da “A Rebelião dos Pinguins” (*La rebelión pingüína*, 2007), e traduzido pelo coletivo “O Mal-Educado”, os secundaristas da E.E Diadema e da E.E Fernão Dias decidiram pela ocupação de suas escolas como tática de luta.

Os estudantes secundaristas explicam que não foi uma ação coordenada, mas foi quase simultânea à ocupação dessas duas E.Es, dado que a consideração dos estudantes de que tática de manifestações era insuficiente. Foi por meio de outra mídia social, o *WhatsApp*, que os estudantes secundaristas começaram a pensar sobre como efetivar a tática de ocupação, por grupos de comunicação entre eles, que foram criados no período de mobilizações.

Só que aí, nesses milhões de grupos que surgiram no WhatsApp de reorganização eu vi uma cartilha d’ “O Mal-Educado” ... que, isso, nossa, foi o ápice do negócio... Eu primeiro já vi “Como ocupar um colégio?”. Aí eu li aquilo ali e aí: “Opa! Como assim?! Oi? Aí eu comecei a ler e vi: é uma galera do Chile que tinha feito isso em 2006... 2006 ou 2011... foram 2 vezes. Teve na Argentina também. Aí eu tava lendo e eu: “Caraca! É loucura, mas talvez dê certo!” (Ibidem: CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 54).

O manual citado pela secundarista foi traduzido pelo coletivo O Mal-Educado com base em documentos elaborados pela seção argentina da “Frente de Estudantes Libertários” sobre sua experiência de luta que teve como inspiração os secundaristas chilenos.

Outro fator que colaborou com esse contexto de mobilização autônoma dos estudantes foi a crise com suas próprias entidades representativas, como demonstrou a versão impressa da cartilha ao problematizar que as entidades como UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo), UPES (União Paulista dos Estudantes Secundaristas), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e UNE (União Nacional dos Estudantes) que há muito tempo, segundo os próprios estudantes, não atendem às necessidades urgentes dos estudantes ou apenas ficam um passo atrás nas propostas de reivindicação (O MAL EDUCADO, 2015).

Houve ainda a experiência da E.E Professor Luiz Carlos Sampaio, localizada no município de Nova Andradina, no estado do Mato Grosso do Sul, em que os estudantes secundaristas ocuparam a escola contra a iniciativa de municipalização e conquistaram a vitória.

A seguir abordamos com mais detalhes a história e organização do coletivo “O Mal-Educado”, que desempenhou importante papel na luta dos secundaristas.

5.3 O Mal-Educado

De acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), o coletivo O Mal-Educado formou-se após duas experiências de organização entre os secundaristas: a atuação dos estudantes da E.E José Vieira de Moraes em 2009, que apesar de resultar na “queda” da diretora da escola, gerou descontentamento por parte dos secundaristas com a impossibilidade de participação da comunidade escolar na escolha da nova direção. A segunda experiência foi uma articulação entre os grêmios de escolas estaduais ETECS e SESI e colégios particulares de São Paulo, denominado de Poligremia⁵⁹. O movimento de Poligremia, que atingiu seu auge de grêmios envolvidos em 2011 também tinha ligação com o MPL.

Em 2012, após o convite a um estudante da E.E José Vieira para se juntar a remanescentes da Poligremia e a outros estudantes que participaram da experiência autogestionária do grêmio da ETESP, o coletivo teve início e sua primeira ação foi a criação de um jornal que leva o nome do coletivo: “O Mal-Educado”. De acordo com seus membros,

[...] a proposta de “O Mal-Educado” é não deixar essas histórias se perderem. Queremos registrar e divulgar algumas experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas. Acreditamos que essa troca pode inspirar mais estudantes, que poderão aprender com os erros e acertos dos outros e pensar em formas de agir para enfrentar seus problemas (O MAL EDUCADO, 2015).

Essa ação desempenhou importante papel no movimento dos secundaristas, ao abrir um canal de comunicação, troca de experiências e registro de memória. Outro fato interessante é que até o final de 2013 a atuação do coletivo se deu junto às ações do MPL e a partir de outubro daquele ano suas ações se voltaram novamente a pauta da educação, justamente com a tradução do manual “Como Ocupar um Colégio”, a atuação junto a E.E Antônio Alves de Lima e a organização de grêmios autônomos na Zona Sul de São Paulo.

Foi um negócio, assim, fortuito. Meio que...um dia vai acontecer ocupação de escolas no Brasil e a gente precisa... se a gente traduzir isso vai ajudar bastante a gente. [...]Era uma ideia assim: “Vamo deixar no gatilho”. Um dia os estudantes vão usar isso daí. [...]. Foi um negócio desprezioso: traduzimos, deixamos lá, quando a gente viu que dava pra usar... (O Mal-Educado. Ibidem: CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016. p. 65).

⁵⁹ Uma reflexão interessante sobre essa experiência foi escrita por quatro secundaristas e publicada no site do coletivo passa palavra: “A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista” (MARTINS, CORDEIRO, *et al.*, 2012).

Consideramos importante destacar aqui que essa discussão também está presente no livro sobre as ocupações, bem como em nossos estudos sobre a gestão escolar, que há falta de efetividade dos mecanismos institucionais democráticos de participação nas decisões das escolas. No livro são destacadas as falas dos estudantes secundaristas contra o mau funcionamento do conselho escolar, que deveria ser um órgão que possibilitasse a participação de todos os agentes escolares nas decisões da escola.

Além disso, a iniciativa dos estudantes de se auto organizarem para reivindicar diálogo do governo com suas pautas, criando mecanismos de comunicação não ficou sem retaliação. Várias páginas do *Facebook*, inclusive a do coletivo “O Mal-Educado” foram “derrubadas” e tiveram seus relatos e postagens apagadas. Foi possível recuperar alguns materiais que já estavam difundidos, mas outros tantos se perderam (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

5.4 “Hoje vocês não entram. Chegaram atrasados. O sinal já bateu!”⁶⁰: as ocupações tomam força

Como destacamos anteriormente a estratégia de ocupar as escolas surgiu com base na conclusão sobre a ineficiência das outras estratégias adotadas. A primeira escola ocupada em São Paulo – E.E. Diadema, foi seguida da ocupação da E.E Fernão Dias pelos secundaristas na manhã do dia seguinte.

É interessante notar como se deu o processo de organização para a ocupação no caso da E.E. Diadema. Uma das secundaristas dessa escola relatou que no dia anterior à ocupação, alguns nomes foram recolhidos por ela a partir de conversas informais e escolhas mais ou menos aleatórias. Ela conversou com outros estudantes, que estariam interessados em participar da ocupação. A estudante relata também que o manual “Como Ocupar um Colégio?” serviu como base, mas foram necessárias algumas iniciativas para dar conta da realidade de seus colégios, promovendo assim algumas adaptações (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

Os estudantes secundaristas se organizaram em comissões para cuidar de diversos setores: comida, limpeza, segurança, imprensa, informação e relações externas, como indicava o manual divulgado pelo “O Mal-Educado”, mas também criavam outras comissões de acordo

⁶⁰ Fala de uma estudante secundarista à diretora no portão da escola (Ibidem: CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

com suas necessidades como, por exemplo, as comissões de organização e recreação para atender a própria demanda da ocupação de suas escolas.

Baseados em suas experiências de ocupações, houve uma rápida onda que se espalhou por todo o estado de São Paulo - interior e litoral tiveram escolas ocupadas pelos secundaristas – o movimento passa assim a não se concentrar apenas na Grande São Paulo, tomando grande dimensão. Em 22 de novembro de 2015 já estavam ocupadas 89 E.Es. A segunda grande onda de ocupações ocorreu durante a aplicação da prova do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Foi resultado também da tática de boicote à avaliação e a maior conscientização dos estudantes sobre a educação que estavam recebendo. *“Se cuida, Geraldinho, que sua prova do SARESP não vai virar, não!”* (MC Foice e Martelo – Medley das ocupações).

Para essa tática de boicote, “O Mal-Educado” lançou outro manual: “Como Boicotar o SARESP.” As táticas propostas envolviam piquetes, confisco de prova, realização de assembleias no mesmo horário da aplicação da prova e em caso de insucesso dessas tentativas, a rasura e foto dos gabaritos, o que originou as fotos que foram amplamente divulgadas nas mídias sociais com os dizeres, por exemplo, “Alckmin Fascista”.

Houve tentativas de coerção por parte da direção e professores da escola, visando a realização da avaliação e tais casos foram denunciados na página do facebook do coletivo “O Mal-Educado”.

Os secundaristas enfrentaram vários tipos de dificuldades durante o processo de ocupação das escolas: a negociação com a comunidade escolar, com os caseiros que trabalham e moram em casas dentro de algumas E.Es , com os dirigentes e professores e com a repressão direta do governo estadual. Essa repressão se deu de forma mais explícita pelo uso da força policial (que representa também uma pressão psicológica e, muitas vezes, foi convocada por diretores) e por formas mais veladas como ameaças e difamação do movimento dos secundaristas, as quais os estudantes resistiram bravamente.

190 a diretora até discou
Na escola quem manda é nois
Quero ver os homi pegá
Lugar que nois dá risada
E bota a escola pra ocupar
(MC FOICE E MARTELO, 2015).

Um movimento de ocupação de espaços públicos, como é o caso das E.Es, é uma ação que, em geral, cria um clima de pressão intensa em governantes e dirigentes. Isso ocorre porque

é uma ação que concentra ataques a estruturas caras à manutenção do poder estatal: o funcionamento regular da instituição é paralisado, o acesso livre ao aparato burocrático é possibilitado, inclusive com episódios de descoberta de materiais escolares e de lazer que estavam escondidos dos alunos.

Dessa forma, os secundaristas se apropriaram dos meios necessários para literalmente dar uma aula prática sobre um tipo de escola que atenderia às suas necessidades, incluindo a forma de gestão por meio de assembleias, indicando uma perspectiva horizontal de poder na instância decisória. Além da organização promovida pelas comissões, os alunos também contaram com doações diversas de apoiadores, que foram desde alimentos a aulas, oficinas e atividades, ofertadas, principalmente, por coletivos culturais, teatrais, professores e estudantes universitários, e, com isso, puderam debater temas que eram de seus interesses.

Se esta ocupação for autogerida de maneira horizontal – como foi o caso dos secundaristas –, isto tende a fazer com que toda atividade ou decisão, por mínima que seja, se torne uma experiência de exercício da democracia e da horizontalidade. Mesmo as questões mais prosaicas são submetidas a um processo decisório, reflexivo coletivo – a assembleia (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 128).

Nesse sentido, durante as ocupações os secundaristas se submeteram a um processo de formação política contínua. Há relatos desses estudantes sobre o aprendizado no dia a dia das ocupações, uns com os outros, e como esse processo contribuiu para a aceitação de opiniões e diferenças.

Outro destaque foi o visível protagonismo feminino no movimento, retratado pelas declarações e imagens das secundaristas na linha de frente, majoritariamente porta-vozes e organizadoras do movimento. Não aceitando papéis que por ventura poderiam ser impostos.

Assim como os estudantes passam a ver a si e aos outros de maneira diferente, a percepção sobre espaço da escola também muda com a ocupação. A permanência no espaço durante um longo período de tempo desencadeia um processo de apropriação da escola, tanto concreto como simbólico (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 141).

No documentário *“Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile”* (2016), de Carlos Pronzato, mesmo diretor do documentário sobre as ocupações dos secundaristas no Chile, *“A revolta dos pinguins”* (2007), Pablo Ortellado destaca três derrotas sofridas por Geraldo Alckmin no decorrer de seu governo, que foram resultado de manifestações e ocupações. A primeira foi a manifestação dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), com ocupação

da reitoria, contra a política de Alckmin que visava à retirada de parte da autonomia da universidade. A segunda decorreu em razão das manifestações do MPL contra o aumento da tarifa do transporte público. E a terceira foi, precisamente, a ocupação dos secundaristas contra a sua proposta de reorganização.

A relação dos sucessivos governos “psdbistas” com professores e estudantes frequentemente se mostrou problemática. Greves de professores, com repressões duras em seus protestos e atos se repetiram ao longo dos anos (1995; 1998; 2000; 2010; 2013), culminando em 2015 com a mais longa greve da categoria. Durante 92 dias, os professores ficaram em greve, inicialmente com a adesão de boa parte da categoria. No entanto, a resposta do governo de Geraldo Alckmin foi ignorar a existência da greve, decretando, por meio da Secretaria da Educação, que as aulas fossem mantidas e que professores grevistas fossem substituídos, tendo seus honorários congelados (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017, p. 124).

Hodiernamente, sabemos que uma quarta derrota ainda estaria por vir: o seu péssimo desempenho na campanha presidencial em 2018, que conferiu a ele o pior desempenho de um candidato do PSDB nos últimos anos, contando apenas com 4,76% dos votos e ficando com a 4ª colocação. Outros elementos da conjuntura política colaboraram para esse resultado, entretanto consideramos que movimento dos secundaristas colaborou para o desgaste de sua imagem perante o eleitorado.

Apesar disso, João Dória (PSDB) foi eleito para governador do estado (2018), mantendo a hegemonia política do partido no estado de São Paulo⁶¹. No entanto, sua campanha não passou nem perto da tranquilidade de sua eleição em primeiro turno para a prefeitura de São Paulo em 2014. Ao contrário, seu rival Marcio França (PSB) perdeu com uma margem mínima de diferença. Sabe-se também que houve disputas internas entre os políticos Alckmin e Dória durante a campanha eleitoral de 2018 e que o segundo representa um pensamento que, muitas vezes, é estranho até mesmo a seus companheiros de partido.

Retomando a questão da apropriação do espaço da escola pelos estudantes secundaristas, pode-se afirmar que se tratou de movimento de ocupação do espaço público e que tal ação propiciou conscientização dos alunos sobre o descaso com sua formação, além de possibilitar reflexão sobre a estrutura de poder do Estado e, em particular, do mal funcionamento da Secretaria de Educação.

Outra consequência interessante dessa experiência foi a constatação de que a gestão da Secretaria de Educação não era apenas ruim – ela era pautada por princípio na ideia

⁶¹ Como temos uma mudança considerável na conjuntura política no Brasil, possibilitando a eleição de candidatos conservadores da direita, momento que coincidiu com esta tese, considero que é interessante destacar que o MPL sofreu dura repressão já no primeiro mês de governo Dória, em São Paulo, em seu segundo grande ato contra o aumento da tarifa do transporte público 17/01/2019.

de que a escola *não* é um espaço dos estudantes (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 143).

Ao descobrir materiais, alimentos e espaços que lhes eram negados, os estudantes se depararam com a crueldade e incompetência de gestores e dirigentes que deveriam zelar pela qualidade dos serviços oferecidos à população. O apelo é ainda maior por se tratar da educação e da alimentação de crianças e jovens em formação. Posteriormente ao movimento de ocupação, houve também denúncias dos estudantes quanto à péssima qualidade da merenda. Além disso, foram realizadas denúncias sobre a formação de uma máfia para desvio de verba da merenda escolar das escolas estaduais. A pressão realizada pelos estudantes pelas mídias sociais por meio da (hashtag) #QuemVaiPrenderOLadrãodeMerenda, resultou na instalação de uma CPI para investigar o caso.

As ocupações ajudaram os alunos a visualizarem uma escola diferente, mais democrática e com aulas mais prazerosas. Uma grande variedade de coletivos (principalmente coletivos culturais, grupos de teatro e etc.) e pessoas independentes (em especial professores e estudantes universitários) se mobilizaram intensamente para contribuir com a vitalização do cotidiano das ocupações, e essas atividades tiveram grande impacto nos estudantes (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 149).

Sobre a questão de apoio de partidos políticos à ocupação, os secundaristas demonstraram autonomia novamente e não adotaram uma postura anti-partidária, tão pouco pró partidos políticos. Reivindicaram apenas o protagonismo e a autonomia na tomada de decisões e souberam se posicionar quando esses aspectos prioritários estavam sendo ameaçados, avaliando caso a caso de participantes das ocupações filiados a partidos políticos. As participações mais frequentes foram dos partidos PSOL (Partido Socialismo e Liberdade); PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado); PCB (Partido Comunista Brasileiro) (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

O movimento de ocupação em seu auge contou com aproximadamente 200 escolas ocupadas em todo o estado de São Paulo. Para a articulação e organização das ocupações, os secundaristas sentiram a necessidade de criar um comando das escolas ocupadas, que foi composto por membros de várias escolas e teve como propósito ser um espaço de articulação independente, horizontal e apartidário, aberto a todas as ocupações.

A criação do comando das escolas ocupadas também foi motivada pela necessidade de unificação para que o movimento pudesse se apresentar publicamente. Ocorreu então a convocação de uma audiência de conciliação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) no dia 19/11. A iniciativa também colaborou para reafirmar a falta de disposição do governo em

dialogar com os estudantes, pois a proposta apresentada à mesa de negociação era de suspensão por 10 dias para que os envolvidos fossem esclarecidos sobre as mudanças.

Tá só começando, viu, Geraldinho, se liga! Os trabalhador já tá apoiando nossa luta, daqui a pouco é eles que começa a ocupar as fábricas e as empresas, aí cê num guenta, hein? E na humilde, Geraldo, cê achou que aquele papinho teu de atrasar em 10 dias ia desmobilizar os estudantes? Tem mais de 70 escola ocupada, tiozão, se liga! Nós já tá boladão e só vai ocupar mais e mais escolas, então, meça suas manobras, parça! (MC FOICE e MARTELO, 2015).

A irreverência dos estudantes MCs traduz o que foi visto nas mídias sociais durante a ocupação dos secundaristas e demonstra a grande capacidade dos estudantes de manter e suportar a pressão psicológica, conquistar a simpatia da população, assim como de repensar e propor novas ações.

A não aceitação da proposta de suspensão da reorganização deu início a uma nova pressão do governo pela desocupação das escolas. Foram muito relatos de assédio sofrido pelos secundaristas e praticado pela direção das escolas – que incluíam ameaças e agressões.

[...] é possível afirmar que o Estado, através da polícia militar, ou pessoas ligadas à base da burocracia da Secretaria de Educação, colocou em prática – para além das campanhas de desinformação e difamação – uma *campanha de assédio e violência* diretamente em cima dos estudantes, na sua maioria menores de idade, que ocupavam as escolas (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 206).

Outra iniciativa do governo do estado de São Paulo neste sentido foi relativa aos pedidos de reintegração de posse. Alguns pedidos chegaram a ser concedidos, mas foram, em seguida, derrubados, porque vários desembargadores compreendiam as ocupações como forma de manifestação (VALLE, SILVEIRA, *et al.*, 2017).

O episódio do vazamento do áudio, feito por uma jornalista infiltrada, da reunião de mais de 40 dirigentes regionais no gabinete de Secretário de Educação com o chefe de gabinete da SEE Fernando Padula, no dia 29 de novembro, escancarou ainda mais a estratégia de difamação do movimento secundarista que seria intensificada pelo governo e dirigentes com auxílio da Polícia Militar (PM).

Outra estratégia do governo, que entrou em ação nesse momento, foi a atuação de membros da juventude do PSDB como agentes difamatórios e desarticuladores. A pressão psicológica era intensa. PM e dirigentes de ensino atacaram o movimento com falsas acusações de predação e mentiras sobre a retomada do calendário escolar. O intuito era desgastar o

movimento, utilizando, para isso, a comunidade escolar e pais como massa de manobra contra os estudantes.

Depois do vazamento do áudio e da escalada da violência das estratégias do governo, a perspectiva para o movimento não parecia das melhores, por outro lado, a coragem e disposição dos estudantes em luta só tendia a aumentar, e a dimensão que as ocupações tinham tomado em todo o estado lhes dava mais confiança (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 228).

Apesar da força empregada pelo governo contra os secundaristas não resultar em um recuo do movimento, os estudantes sentiram a necessidade de empregar novas táticas de enfrentamento. Com base na experiência da E.E Fernão Dias no bloqueio da marginal Tietê, que ganhou ampla repercussão na mídia, o coletivo O Mal-Educado produziu um novo manual: “Hoje a aula é na rua: o primeiro ensinamento é como travar uma avenida” (O MAL EDUCADO, 2015).

Naquele momento, escolas estaduais em todo território de São Paulo promoveram atos, muitas vezes simultâneos, de trancamento de ruas e avenidas ou protestos na vizinhança das escolas. Com essa mudança tática, o movimento dos secundaristas ganhou ainda mais visibilidade, por consequência, as declarações de apoio se ampliaram: artistas, figuras públicas, instituições de ensino e universidades promoveram ainda mais atos e declarações de apoio ao movimento. Um exemplo foi a virada das ocupações em que diversos artistas realizaram *shows* nas escolas ocupadas, além da promoção de várias atividades culturais.

Em sequência, foi publicada a pesquisa do Instituto Datafolha que indicou a queda de popularidade do governo de Geraldo Alckmin. Como decorrência, um cerco institucional se formou: a promoção de uma ação civil do Ministério Público e da Defensoria do Estado de São Paulo contra a reorganização. No município de Guarulhos (Grande São Paulo), também ocorreu outro processo em que a sanção do governo seria em 200 milhões de reais, caso prosseguisse a reorganização (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Por fim, o Governador Geraldo Alckmin decidiu recuar e revogar o decreto que regulamentava a reorganização do ensino no Estado de São Paulo por tempo indeterminado. Como consequência, o então secretário de Educação, Hermmann Voorwald, entregou seu pedido de demissão. A decisão anunciada pelo governador na manhã de 04 de dezembro de 2015 em pronunciamento público, decorreu do pedido que foi feito pelos secundaristas que afirmaram que não negociariam a portas fechadas.

5.5 Rosa Luxemburgo e a luta dos secundaristas

No decorrer deste trabalho foram destacados três conceitos presentes na obra de Rosa Luxemburgo, quais sejam: a autogestão, a democracia e a ação política. Tais conceitos que estão entrelaçados em sua obra de forma muito pertinente e nos permitiram a compreensão do sucesso da tática empreendida, mesmo que pontualmente, pelos estudantes secundaristas em 2015. Além desses três conceitos, nos propusemos a abordar os textos de Rosa Luxemburgo que têm como destaque a luta das mulheres em sua época por um motivo específico: o protagonismo feminino nas ocupações estudantis.

Podemos ponderar o fato de Rosa Luxemburgo, em seu tempo, se dirigir a um público específico: a classe proletária, ou seja, os trabalhadores das fábricas europeias entre o final do século XIX e início do século XX, em uma fase distinta do sistema capitalista da que vivemos hoje. Entretanto, consideramos que a complexidade das manifestações sociais acompanhou os desdobramentos do sistema capitalista e seus mecanismos de controle social. É válido lembrar também que o movimento secundarista de 2015 contou com duas grandes influências: as jornadas de junho de 2013 e o movimento secundarista chileno de 2011. Assim como Rosa Luxemburgo, consideramos as lutas sociais como momentos de aprendizagem por parte de trabalhadores e estudantes.

Camila Jourdan⁶² em “2013 memórias e resistências” (2018), relata que em junho 2013 o Brasil passou por um momento de levante popular, uma insurreição, assim como aconteceram em diversos países em anos anteriores. Jourdan (2018) utiliza como exemplo os levantes de Wall Street, Grécia e Seattle e destaca o que essas insurreições e junho de 2013 têm em comum: a horizontalidade de sua organização, a recusa à via institucional e ao reformismo da esquerda partidária.

[...] uma revalorização explícita do anarquismo e dos valores historicamente ligados à tradição libertária, dentre os quais se destacam a busca pela participação política direta; a recusa às hierarquias e a recusa ao paradigma representacional (JOURDAN, 2018, p. 109)

Notamos também que há uma disputa discursiva entre grupos distintos em torno das jornadas de junho de 2013. Jourdan (2018) identifica algumas linhas de narrativas: a primeira seria promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que tratou as manifestações como um

⁶² Camila Jourdan é professora do departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2013 participou ativamente dos levantes populares que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013. Foi “eleita” pela mídia e pelo Estado como uma das “organizadoras” dos protestos e sofreu perseguições que resultaram em sua condenação à prisão em julho de 2018 (JOURDAN, 2018).

movimento manipulado pela direita e que foi utilizado para preparar o golpe contra o PT em 2016; a segunda teria sido promovida pela ultradireita que associou as manifestações a ações de vandalismo ou até mesmo terrorismo, que seriam incentivadas e até mesmo pagas pelo próprio PT; e a terceira via discursiva, que teria tratado os acontecimentos de forma positiva inicialmente, consideraria que a crítica ao governo do PT poderia resultar em visibilidade e proporcionar o crescimento de partidos de esquerda menores. Entretanto teria ocorrido uma frustração deste grupo resultante da dificuldade desses partidos em liderar as manifestações. Pequenos grupos fascistas e intervencionistas também foram críticos às jornadas de junho e convocaram uma intervenção militar justamente para barrar as manifestações. Jourdan (2018) defende o afastamento dessas leituras e uma proximidade com a leitura insurrecionária de 2013. É esta leitura que abordamos neste trabalho porque é a que destaca o aprendizado político propiciado por junho de 2013.

Neste sentido, retomamos a noção de que a escola não se restringe apenas aos seus aspectos institucionais. A gestão democrática da escola pública, garantida pela constituição federal de 1988, e os conselhos escolares, fazem parte do projeto de redemocratização do Brasil, resultado das lutas sociais da década de 1980. Entretanto, ainda podemos notar a existência práticas autoritárias no interior das escolas brasileiras e que são inspiradas pelas práticas arraigadas em nossa sociedade, como ficou evidenciado nos relatos dos estudantes que participaram das ocupações em 2015.

Maurício Tragtenberg (1985) destacou que a escola, em uma escala menor, reproduz as relações de poder que existem em nossa sociedade e estabelece um diálogo com a obra de Michel Foucault a respeito do poder disciplinar nas escolas, retomando a noção de que a escola é, a partir do século XIX, responsável pela disciplina dos corpos por meio de exercícios de utilização do tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes. É, dessa forma, que o poder disciplinar produz o saber. Para Tragtenberg (1985) a possibilidade de desvincular saber do poder está nos processos de democratização da escola.

A possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas de organização horizontais onde professores, alunos e funcionários formem uma comunidade *real*. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, de vitórias setoriais e de derrotas também. Mas sem dúvida, a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação – incluindo os alunos – é a condição de democratização escolar (TRAGTENBERG, 1985, p. 5).

Tragtenberg (1985) enxergava nos processos de democratização das escolas a possibilidade de emancipação, pois é a democratização da escola que torna a democratização

da sociedade possível. Por esse motivo, Rosa Luxemburgo é fundamental para pensarmos tais processos no interior das instituições escolares, pois sua teoria nos ajuda a compreender a importância da luta pela democracia como forma de emancipação. E é neste sentido também que a escola se tornaria um espaço público, a partir da possibilidade de sua autogestão.

Os conselhos escolares, tal como destacado anteriormente, nascem como iniciativa de democratização das escolas, entretanto, dado o contexto escolar e social, muitas vezes, este órgão não alcança seu objetivo. Isso porque a escola permanece tomada por práticas autoritárias. Ademais, as relações políticas ao nível local tensionam ainda mais o ambiente escolar, pois muitas vezes as decisões tomadas pela direção ou pelo conselho pouco favorecem estudantes, professores e comunidades escolar, por visarem agradar prefeitos ou vereadores.

Considerando esses aspectos, a hipótese levantada inicialmente neste trabalho, que foi escrita nos seguintes termos: os conselhos autogestionários, tal como concebidos por Rosa Luxemburgo, constituiriam espaços de realização de autonomia e liberdade, visariam a formação de uma consciência pública, de uma *práxis* política, possibilitando uma perspectiva educativa fundada na ação política, nos possibilitou a compreensão de que essa formulação foi plenamente verificada durante as ocupações dos secundaristas. Os secundaristas, ao tomarem escolas e avenidas, ao se apropriarem desses espaços e participar, mesmo que por curtos momentos da gestão, efetivaram um modelo de organização horizontal em resposta a uma medida autoritária.

De acordo com Rosa Luxemburgo são em momentos de embate com o poder vigente que ocorre o entrelaçamento entre teoria e prática. E foi, precisamente, na luta pela derrubada de medidas autoritárias que se forjaram as bases para uma atuação que favorecesse os estudantes. Entretanto, não se trata de uma luta pontual, que estaria deslocada das demais lutas travadas desde a década de 1980, do mesmo modo que não acreditamos que tenha encontrado seu ponto final. O aprendizado proporcionado por esses momentos poderá favorecer os desdobramentos dos embates dos movimentos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos discutir o conceito de autogestão com base em alguns textos de Rosa Luxemburgo, de forma a tentar captar as nuances que essa concepção assume no decorrer de sua obra. Partimos da análise de Luxemburgo sobre a questão das nacionalidades e a autonomia por tratarmos de aspectos da gestão estatal e das diferenças entre os modelos de gestão em determinados períodos. Tal estudo evidenciou sua posição anti-nacionalista, cuja expressão se vê em seu posicionamento claro: a tarefa de constituição de Estados nacionais, além de não caber ao proletariado nem ao partido que o representa, constituiu-se como uma forma de potencializar a exploração de uma nação sobre a outra.

Para Luxemburgo, o Estado capitalista moderno se caracteriza por um modelo de gestão que combina centralismo e autogoverno local. Portanto, é imprescindível para os trabalhadores lutarem pela manutenção de seus direitos e pela democratização das práticas de gestão ao nível local, por meio de maior participação política nessas esferas. Logo, é completamente plausível que ela aponte as instituições democráticas e a educação popular como fundamentais para o proletariado em termos de emancipação política e cultural.

Outro aspecto central da obra de Rosa Luxemburgo, no que diz respeito à autogestão, está presente em seus escritos sobre os conselhos operários. A experiência desses órgãos, mesmo em rápidos momentos, ofereceu a Luxemburgo um exemplo histórico de ação das massas, no sentido revolucionário de transformação da forma de gestão estatal para uma autogestão dos trabalhadores organizados em conselhos. Além dessa importante questão, os conselhos também foram capazes de reunir elementos que ela considerava imprescindíveis, quais sejam: a manutenção da democracia, da liberdade política e a articulação ente indivíduo e coletivo - de forma a caracterizarem-se como espaço público de ação política.

Este estudo possibilitou encontrar alguns elementos presentes na obra de duas grandes pensadoras do século XX, Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt, de forma a retomar o debate proposto por elas e nos questionarmos sobre suas contribuições para o modelo de conselhos no presente e no futuro. Apresentamos também um debate inicial sobre os movimentos anarquistas contemporâneos, estabelecendo algumas conexões com a obra de Rosa Luxemburgo.

Nos entrelaçamentos das concepções de Rosa Luxemburgo e das problematizações do campo da Educação, destacamos a importância da perspectiva desse estudo para uma educação política como prática democrática no espaço escolar. Nesse sentido, o conselho escolar assume

enorme importância como órgão que poderia propiciar um tipo de formação política na prática cotidiana e na experiência de participação.

Entretanto, foi a experiência dos jovens secundaristas das escolas estaduais de São Paulo em 2015 que protagonizou uma experiência política de pertencimento ao espaço público. Organizando-se de forma democrática e horizontal obtiveram sucesso quanto à comunicação e aos objetivos de sua luta. Ao tensionar a relação de poder com o governo do estado e dirigentes de ensino com práticas autonomistas, os secundaristas se tornaram um exemplo de organização democrática.

7 REFERÊNCIAS

- ACABOU a paz, isto aqui vai virar o chile! Direção: Carlos Pronzato. [S.l.]: Amestiza. 2016.
- ARENDRT, H. Rosa Luxemburgo 1871 – 1979. In: _____ **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 33-55.
- _____. **A condição humana**. 11^a. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.
- _____. **Sobre a revolução**. São Paulo: Cia das letras, 2011.
- ASSUNÇÃO, D. Prólogo à edição brasileira. In: FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburgo: Pensamento e Ação**. [S.l.]: [s.n.], 2019. p. 9-12.
- BESANCENOT, O.; LÖWY, M. **Afinidades revolucionárias: Nossas estrelas vermelhas e negras - Por uma solidariedade entre marxistas e libertários**. São Paulo: UNESP, 2016.
- BOURDET, Y. **Rosa Luxemburg et le marxisme anti-autoritaire**. L'Homme et la société, p. 249-263, 1972. ISSN 24-25. Acesso em: 02 janeiro 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. [S.l.]: [s.n.], 1996.
- BRECHT, B. **Poemas 1913 - 1953**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- CÂNDIDO, A. **A Estrutura da Escola**. Rio De Janeiro: Separata de Educação e Ciências (Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), 1953.
- COGGIOLA, O. **A primeira internacional operária e a comuna de Paris**. Aurora: Marília, agosto 2011. ISSN 1982-8004. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/aurora>. Acesso em: 2 fevereiro 2019.
- COSTA, J. **A tática do black bloc**. Revista Mortal, p. 9-15, Outubro 2010.
- D'ALESSANDRO, R. **La communauté possible: la démocratie des conseils d'après Rosa Luxemburg e Hannah Arendt**. Milan-Udine: Éditions Mimésis, 2016.
- DELEUZE, G.; GUATARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DRAPER, H. **The "Dictatorship of the proletariat": From Marx To Lenin**. Monthly Review Press, Nova York, 1987.
- ENGELS, F. Prefácio ao livro "As lutas de Classe na França de 1848 a 1850" de Karl Marx (1895). In: MARX, K. **As lutas de Classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 09 a 26.
- EVANS, K. **Rosa vermelha: uma biografia em quadrinhos de Rosa Luxemburgo**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda., 2017. Organização e posfácio de Paul Buhle.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. S.P.: Elefante, 2017.

FLORIT, M. J. Verbete - anarquismo. In: CERESO, S. S. (.). **Diccionario de las ciencias de la Educación**. Madrid: Santillana, 1985. p. 94.

FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburg**: sa vie et son oeuvre. Tradução de Johanna Hoornweg. Paris: L'Harmattan, 1939.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Sobre Rosa Luxemburgo – obra**. Disponível em: <<http://www.rls.org.br/obra-de-rosa-Luxemburgo>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GOHN, M. D. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES, D. C. Rosa Luxemburgo, uma teoria da ação revolucionária. In: (ORG), J. P. **Filósofas**: a presença das mulheres na Filosofia. [S.l.]: Fi, 2016.

GORDON, U. **Anarchism and Political Theory**: Contemporary Problems. [S.l.]: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://theanarchistlibrary.org/library/uri-gordon-anarchism-and-political-theory-contemporary-problems>>. Acesso em: 29 Maio 2014.

GUÉRIN, D. **Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. **Rosa Luxemburgo et la spontanéité révolutionnaire**. Amsterdam: Flammarion, 1971.

HAUG, F. Sur les traces de Rosa Luxemburg, pour une démocratie par le bas. **Agone, Révolution et Démocratie – Actualité de Rosa Luxemburg**, Marseille, n. 59, p. 137-143, fev. 2016.

HERREROS, A. Y. El Anarquismo como doctrina e movimiento, Madrid, p. 99-113, 1978. ISSN 01.

JOURDAN, C. **2013 memórias e resistências**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.

KOROL, C. **La Revolution Rosa**. Página12: Buenos Aires, 2019 jan. 2019. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/169114-la-revolucion-rosa?fbclid=IwAR0yQ0qCQLrpx_Hu9J8MifRZIUQ_7etPBZrECOiH0mGLiNI_VOck5ZE_BAY>. Acesso em: 23 jan. 2019.

LA rebelión pingüina. Direção: Carlos Pronzato. [S.l.]: [s.n.]. 2007.

LENIN. Notas Críticas sobre a questão nacional. In: _____ **A instrução pública**. Moscovo: Edições Progresso, 1981. p. 51-55.

_____. Sobre o direito das nações à autodeterminação. In: _____ **Obras escolhidas I**. 3ª ed. [S.l.]: Alfa-omega, v. I, 1986.

LEWIS, B. **Rosa Luxemburg et la république**. Agone: Marseille, 2016.

LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburgo**: Os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **A atualidade de Rosa Luxemburgo**. [S.l.]: UFMG, 2012. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/economia/seminario/2012/ECN_30_05.pdf>. Acesso em: 2014 Julho 29.

_____. **Une démocratie par l'expérience révolutionnaire - Lukács, lecteur de Rosa Luxemburg**. Agone: Maiseille, n. 59, p. 107-115, fev. 2016.

_____. Feminismo - videoaula 03, 21 maio 2018. Acesso em: maio 2018.

_____. Posfácio à edição brasileira. In: FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburgo: Biografia**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 351 - 361.

LÖWY, M. A significação metodológica da palavra de ordem “Socialismo ou barbárie”. In: _____ **Método dialético e teoria política**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. Rosa Luxemburgo. In: _____ **Método dialético e teoria política**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, Paris, p. 73-80, 1995.

_____. Rosa Luxemburgo. In: _____ **Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Negatividad y utopía en el movimiento altermundialista. **Herramienta, n.42. Buenos Aires**, Buenos Aires, 2009.

_____. The spark ignites in the action - the philosophy of praxis in the thought of Rosa Luxemburg. **International viewpoint - online socialist magazine - Fourth International**, friday, 20 May 2011. disponível em: <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article2153> , acesso 14/02/2019.

_____. **A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo**. Educação e Filosofia: Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, janeiro/junho 2014. ISSN ISSN 0102-6801.

_____. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo: Uma releitura dos escritos econômicos de Rosa Luxemburgo. In: _____ **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

_____. **O pensamento de Rosa Luxemburgo**. Blog da boitempo: 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-2/>><<https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-2/>>. Acesso em: 2017 Julho 10.

_____. **Le coup du marteau de la révolution**. Agone: Marseille, 2016.

_____; BESANCENOT, O. **Afinidades Revolucionárias: Nossas estrelas vermelhas e negras**. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Unesp, 2016.

LUXEMBURG, R. **Notre programme et la situation politique**. 1918. Disponível em: <<http://www.marxistsfr.org/francais/luxembur/spartakus/rl19181231.htm>>. Acesso em: 2 dezembro 2018.

- _____. **La question nationale et l'autonomie**. Paris: Le Temps des cerises, 2001.
- LUXEMBURGO, R. A questão polonesa. In: (ORG.), J. P. **Questão nacional e marxismo**. Tradução de Jaime Pinsky. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.
- _____. A proletária. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011a.
- _____. Congresso de fundação do partido comunista alemão (KPD). In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume II**. São Paulo: UNESP, v. II, 2011b.
- _____. Deveres não cumpridos. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume II**. São Paulo: UNESP, v. II, 2011d.
- _____. Direito de voto das mulheres e luta de classes. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011d.
- _____. Greve de massas, partidos e sindicatos. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011e.
- _____. Karl Marx. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011l.
- _____. O fazem os dirigentes? In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume II**. São Paulo: UNESP, v. II, 2011g.
- _____. O fracasso dos dirigentes? In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume II**. São Paulo: UNESP, v. II, 2011h.
- _____. O que quer a liga spartakus? In: LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburgo: Os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. O que queremos? In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011i.
- _____. Paralisia e progresso no marxismo. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011j.
- _____. Questões de organização da social democracia russa. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011k.
- _____. **Reforma Revisionismo e Oportunismo**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. Reforma social ou revolução. In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos: volume I**. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011l.
- _____. **Rosa Luxemburgo: cartas: Vol III**. (ORG.), Loureiro, I. Tradução de Mário Luiz Frungillo (alemão), Pedro Leão Costa Neto e Grazyna Maria Asenko da Costa (polonês) São Paulo: UNESP, v. III, 2011
- _____. **Textos Escolhidos: volume I**. In: (ORG.), Loureiro, I. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011.

_____. **Textos Escolhidos: volume II.** In: (ORG.), Loureiro, I. **Textos escolhidos.** São Paulo: UNESP, v. II, 2011.

MARTINS, C. et al. **A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista.** Passa Palavra, junho 2012.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e Autogestão.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUHLMANN, D. **Réconcilier marxisme et démocratie.** [S.l.]: Seuil, 2010.

_____. **Du contenu de la démocratie socialiste.** Agone: Marseille, 2016.

MUSTO, M. **Trabalhadores, uni-vos! Antologia Política da Primeira Internacional.** São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTL, J. P. **Rosa Luxemburgo.** Mexico: Era, 1974.

O MAL EDUCADO. Como ocupar um colégio? **O Mal Educado**, outubro 2015. Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. **Hoje a aula é na rua: o primeiro ensinamento é como travar uma avenida.** O Mal Educado: São Paulo, 2015.

_____. **Quem somos?** O Mal Educado, 2015. Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, A. R. **Historia social y política de Alemania (1800-1950).** México: Fondo de Cultura Económica, 1952.

ORTELLADO, P. A primeira flor de Junho - Prefácio do livro *Escolas de Luta*. In: CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta.** São Paulo: Veneta, 2016.

PARO, V. H. **Estrutura da escola e prática educacional democrática.** Reunião anual da ANPED, Caxambu, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>>. Acesso em: 2017 jan. 25.

PAULA, A. P. P. D. **Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos.** Desenvolvimento e X Colóquio Internacional sobre o poder local, desenvolvimento e gestão social, Salvador, 10, 2006. 1-16.

RISCAL, S. A. **Gestão Democrática no cotidiano escolar.** São Carlos: Edufscar, 2009.

_____; LUIZ, M. C.; CONTI, C. L. A. **Caminhos e (Des) caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares.** HISTEDBR On-line, 13, 2013. 279-302.

ROTOLO, T. **O socialismo democrático segundo Rosa Luxemburgo.** Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Orientadora: Profa. Dra. Olga Chain Ferez Matos.

_____. **Autonomia Popular e Socialismo Democrático no Pensamento Político de Rosa Luxemburgo.** Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP), 9, 2007. 131-146.

_____. Rosa Luxemburgo e os conselhos operários. In: NEILS **Lutas Sociais**. [S.l.]: [s.n.], 2008. p. 94-106.

SCHÜTRUMPT, J. **Rosa Luxemburgo ou o Preço da Liberdade**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOARES, S. A. R. **Organização e espontaneidade: A relação dialética e o papel de agente transformador na teoria de Rosa Luxemburgo**. Universidade Estadual Paulista – Marília. Marília. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

SOUZA, F. A. D.; FLORES, M. M. L. **Uma análise sobre a implementação das Organizações Sociais nas escolas de Goiás: os recursos públicos em questão**. Revista Eletrônica de Educação, v. 11, p. 217-229, jan./maio 2017.

STABELINI, A. M. **A gestão entra em cena: um estudo do programa gestão nota 10 do Instituto Ayrton Senna**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2013.

STORLØKKEN, T. **Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt**. Crítica Marxista, Campinas, p. 111-128, 2006. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/A_Storlokken_23.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

TRAGTENBERG, M. **Relações de poder na escola**. Lua Nova, São Paulo, 1, Março 1985. 68-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2019 maio 02.

_____. Rosa Luxemburgo e a Crítica aos Fenômenos Burocráticos. In: LOUREIRO, I.; (ORGS.), T. V. **Rosa Luxemburgo: Recusa da Alienação**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **A revolução russa**. São Paulo: UNESP, 2007.

VALLE, M. R. D. et al. **Identidade de participação: apontamento sobre a experiência política das ocupações secundaristas de 2015**. Revista Estudos Universitários, Sorocaba, v. 43, p. 113-133, jun. 2017.

WEILL, C. **Rosa Luxemburg et la question nationale**. Paru dans Rouge, setembro 1999.

_____. Les libertés contre les droits: nation et démocratie chez Rosa Luxemburg. **gone, Révolution et Démocratie – Actualité de Rosa Luxemburg**, Paris, n. 59, fev. 2016.

_____. Les libertés contre les droits: nation et démocratie chez Rosa Luxemburg. **Agone**, p. 63-74, 2016.

YOUNG-BRUEHL, E. **Por Amor ao Mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ZNANIECKI, F. Social Organization and Institutions. In: MOORE, G. G. E. W. E. **Twentieth Century Sociology**. [S.l.]: The Philosophical Library, 1945. p. 214-215.